

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MARIA JÚLIA BUCK ROSSETTO

**“(No) me gustas cuando callas”: a contradição da manutenção socioespacial da violência
contra a mulher em Campinas -SP**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo - SP
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MARIA JÚLIA BUCK ROSSETTO

**“(No) me gustas cuando callas”: a contradição da manutenção socioespacial da violência
contra a mulher em Campinas -SP**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Geografia Humana. **Orientadora:** Prof^a Dr^a Amália Ines Geraiges Lemos.

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo - SP
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE**

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Maria Júlia Buck Rossetto

Data da defesa: 30/11/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Amália Ines Geraiges de Lemos

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25/01/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))



ATA DE DEFESA

Aluno: 8136 - 8578312 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Dissertação do(a) Senhor(a) Maria Julia Buck Rossetto no Programa: Geografia (Geografia Humana), do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 30 dias do mês de novembro de 2022, no(a) Sala dos Professores realizou-se a Defesa da Dissertação do(a) Senhor(a) Maria Julia Buck Rossetto, apresentada para a obtenção do título de Mestra intitulada:

""(No) me gustas cuando callas': a contradição da manutenção socioespacial da violência contra a mulher em Campinas-SP"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

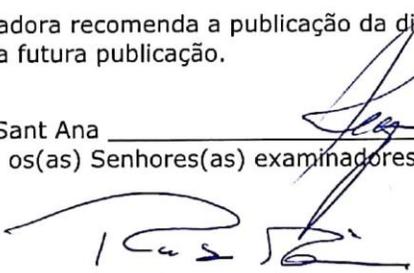
Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Amalia Ines Geraiges de Lemos	Presidente	FFLCH - USP	Não Votante
Rosa Ester Rossini	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Lucilene Cury	Titular	ECA - USP	Aprovado
Joseli Maria Silva	Titular	UEPG - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca examinadora recomenda a publicação da dissertação, bem como o atendimento às sugestões concernentes ao título em uma futura publicação.

Eu, Regina Celi Sant Ana _____, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 30 dias do mês de novembro de 2022.


Rosa Ester Rossini


Lucilene Cury


Joseli Maria Silva


Amalia Ines Geraiges de Lemos
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 30/11/2022 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Mestra em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.


Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Prof. Dr. Edécio Gonçalves de Souza
Presidente da CPG
FFLCH-USP

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B829? Buck Rossetto, Maria Júlia
“(No) me gustas cuando callas”: a contradição da
manutenção socioespacial da violência contra a mulher
em Campinas -SP / Maria Júlia Buck Rossetto;
orientador Amália Inês Geraiges de Lemos - São
Paulo, 2022.
144 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. mulheres. 2. violência. 3. Campinas-SP. I.
Geraiges de Lemos , Amália Inês, orient. II. Título.

Dedico esta dissertação a todas que foram vítimas da violência. Espero dar voz àquelas que foram silenciadas.

*Mujer, no me gusta cuando callas,
ni cuando, injustos, tu sangre derraman
Mujer, quiero verte sonreír
y que tu risa resuene en mí,
como el trinar de las aves
Quiero mirarte y escucharte,
Quiero que hables, que grites,
que tu luz sea esperanza y tu lucha, la paz
Mujer... ¡quiero que vivas!
(Adrienne, autora feminista)*

“Agora, vivo num planeta dolorido, transparente como o gelo. É como se houvesse aprendido tudo de uma vez, numa questão de segundos. Minhas amigas e colegas tornaram-se mulheres lentamente. Eu envelheci em instantes e agora tudo está embotado e plano. Sei que não há nada escondido; se houvesse, eu veria.” (Frida Kahlo).

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional em todas as minhas decisões, pela presença acolhedora em cada um dos problemas enfrentados, pelo amor e carinho gigantes vindos através de atos e palavras que me fortaleceram. Agradeço especialmente aos meus pais, Julio e Rita, por todo o esforço, paciência, serenidade, e resistência nos percalços da vida, e por serem tão guerreiros junto a mim, nas lutas que decidi enfrentar. Amo vocês incondicionalmente.

Ao Lucas, meu companheiro e personificação do amor, do afeto, do carinho e da dedicação. Agradeço pela felicidade que é dividir a vida com você, e pela coragem que todos os dias você cultiva em mim. Obrigada por estar junto a mim quando pensei em desistir de tudo, me ajudando a ter força e mostrando como esta jornada seria preciosa, mesmo com os tropeços no decorrer do caminho. Se existe algum “destino”, serei eternamente grata por ele ter feito com que estivéssemos compartilhando o mesmo espaço-tempo, juntos. Te amo, mil vezes te amo.

Aos meus amigos, dos mais antigos aos mais recentes, por todos os abraços trocados, conselhos enviados, risos compartilhados. Quero lembrar especialmente da Ana, pilar que me apoia, me levanta, com companheirismo, empatia e carinho sempre que tendo a cair; da Bruna, que mesmo com a distância geográfica permanece sempre perto de mim, em pensamentos e afetos; da Thayná, amiga que a Universidade de São Paulo me deu e sempre que temos a oportunidade de estarmos juntas, faz com que minha alma ganhe cor e alegria junto com sua presença e da Natália, minha amiga de tantos anos, que me mostra o quão potente, afetivo e energético pode ser o laço e a união entre mulheres.

À minha Tia Ivone, mulher excêntrica, espirituosa, firme e corajosa. Como milhares de brasileiros, minha tia fez parte das vidas que foram perdidas no decorrer da pandemia de covid-19, em meio a um governo genocida no Brasil. Além do vazio da saudade, sua partida me deu força para continuar, motivos para permanecer na luta. Agradeço, Tia Ivone, por sempre acreditar em mim (às vezes mais do que eu mesma).

À universidade pública Brasileira, especialmente minhas duas “casas”: a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade de São Paulo (USP). Acredito que o acesso à educação pública de qualidade é a chave para a transformação. Agradeço às instituições por terem me dado a estrutura necessária para que eu pudesse plantar uma nova semente, cultivá-la com carinho e finalmente passar a colher os frutos de uma trajetória crítica, autônoma e emancipadora. Sem o ensino público eu não estaria escrevendo esta dissertação.

Aos meus amigos professores, com quem tive o privilégio de realizar partilhas, aprender e sobreviver aos percalços de nossa obrigada. Agradeço especialmente aos colegas do Colégio Técnico de Limeira, escolha que me acolheu, me impulsionou, me fortaleceu e me amadureceu não somente como docente, mas em todas as minhas facetas.

Aos meus alunos, flores que rompem o asfalto, me mostrando que é possível esperar mesmo em tempos de barbárie.

À todas as professoras que passaram por minha formação e que foram referências ímpares para que eu pudesse lutar por um espaço que também é meu. Agradeço pela gentileza, pelos conhecimentos

partilhados, pelo tom empático e acolhedor e por serem resistentes, mesmo quando tudo parece desmoronar.

À todas as mulheres que passaram por minha vida, antes, durante e depois desta pesquisa. Sem essas pessoas, meus caminhos não teriam me levado até a formação de minha identidade, muito menos das escolhas que fiz para que pudesse chegar até aqui. Agradeço pelas vivências, partilhas, entaves e conflitos que vivenciei em minha trajetória e que hoje, me proporcionam coragem para me posicionar, continuar resistindo e lutando por tudo em que acredito.

RESUMO

ROSSETTO, Maria Júlia Buck. **“(No) me gustas cuando callas”**: a **contradição da manutenção socioespacial da violência contra a mulher em Campinas –SP**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

A lógica de dominação e organização socioespacial reflete os interesses masculinos de uma hegemonia fantasiada de neutralidade. Neste sentido, a persistência da violência evidencia a multiplicidade das relações correlatas à organização das relações entre os sujeitos e suas inerentes práticas e identidades espaciais, no que diz respeito às constituições relacionais individuais e coletivas.

No que se refere a violência de gênero, observa-se um fenômeno plural, compreendido através de um olhar interseccional e que se organiza enquanto um dos pilares essenciais para o desenvolvimento das relações de poder. A desigualdade de gênero, através da geograficidade de sua violência, pode ser identificada cotidianamente, na materialização das constituições espaciais e da reprodução urbana.

A partir disso, toma-se enquanto exemplo o desenvolvimento em constante construção das espacialidades urbanas do município de Campinas - SP. Seguindo a logicidade de urbanização voltada a perspectiva de um capital hegemonicamente masculino, a materialidade dos simbolismos da cidade evidencia a desigualdade de gênero, a vulnerabilidade feminina e a manutenção das relações violentas entre os sujeitos e suas consequentes espacialidades. Tomando como referência a análise dos dados de notificações compulsórias de violência contra a mulher em Campinas, coletados através da plataforma do Sistema de Notificação de Violência (SISNOV), padrões, problemáticas e questionamentos podem ser levantados, à luz de uma Geografia Feminista norteadas pela concepção de um espaço relacional, com o objetivo de mapear e compreender as múltiplas dimensões que a violência pode assumir no desenvolvimento da identidade e vivência femininas no município.

Com base neste pressuposto, o presente trabalho tem como orientação a busca pela compreensão da dinâmica espacial de Campinas no que se refere a violência contra a mulher adulta no município. Para tanto, compreende a geograficidade das relações violentas, bem como da desigualdade de gênero historicamente construída, enquanto essenciais para a reprodução urbana. A análise orienta-se através do mapeamento e correlação das notificações de violência coletadas através do SISNOV no período entre os anos de 2010 e 2020, dialogando com uma perspectiva Feminista de posicionamento geográfico para a compreensão das relações dispostas no decorrer da dissertação.

Palavras-chave: mulheres; violência; Campinas – SP.

ROSSETTO, Maria Júlia Buck. **"(No) me gustas cuando callas": the contradiction of the socio-spatial maintenance of violence against women in Campinas -SP**. Master's Dissertation. Faculty of Philosophy, Literature and Human Sciences. University of São Paulo, São Paulo, 2022.

ABSTRACT

The logic of domination and socio-spatial organization reflects the male interests of a hegemony disguised as neutrality. In this sense, the persistence of violence highlights the multiplicity of relationships related to the organization of relations between subjects and their inherent practices and spatial identities, with regard to individual and collective relational constitutions.

Regarding gender violence, a plural phenomenon is observed, understood through an intersectional approach, and underpins the development of power relations. Gender inequality, through the geography of its violence, can be identified on a daily basis, in the materialization of spatial constitutions and urban reproduction.

Based on that, we take as an example the development in constant construction of the urban spatialities of the city of Campinas - SP. Following the logic of urbanization focused on the perspective of a male capital, the materiality of the symbolisms of the city highlights gender inequality, female vulnerability, and the maintenance of violent relations among subjects and their consequent spatialities. Taking as reference the analysis of data from compulsory notifications of violence against women in Campinas, collected through the platform of the System of Notification of Violence (SISNOV), patterns, problematics and questions emerge with the aim of mapping and understanding the multiple dimensions that violence can assume in the development of female identity and experience in the city.

These assumptions lead the present work to the search for an understanding of the spatial dynamics of Campinas regarding violence against adult women in the municipality. For this purpose, the present work understands the geography of violent relations, as well as the historically constructed gender inequality, as essential for urban reproduction. The analysis is guided through the mapping and correlation of the notifications of violence collected through SISNOV in the period between the years 2010 and 2020, dialoguing with a Feminist perspective of geographic positioning for the understanding of the relations arranged throughout the dissertation.

Keywords: women; violence; Campinas – SP.

ROSSETTO, Maria Júlia Buck. **"(No) me gustas cuando callas": la contradicción del mantenimiento socio-espacial de la violencia contra las mujeres en Campinas -SP**. Tesis de Máster. Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas. Universidad de São Paulo, São Paulo, 2022.

RESUMEN

La lógica de la dominación y de la organización socio-espacial refleja los intereses masculinos de una hegemonía disfrazada de neutralidad. En este sentido, la persistencia de la violencia pone de manifiesto la multiplicidad de relaciones correlativas a la organización de las relaciones entre los sujetos y sus prácticas e identidades espaciales inherentes, en lo que respecta a las constituciones relacionales individuales y colectivas.

En cuanto a la violencia de género, se observa un fenómeno plural, entendido a través de una mirada interseccional y que se organiza como uno de los pilares esenciales para el desarrollo de las relaciones de poder. La desigualdad de género, a través de la geografía de su violencia, puede identificarse en lo cotidiano, en la materialización de las constituciones espaciales y la reproducción urbana.

Con base en ello, tomamos como ejemplo el desarrollo en constante construcción de las espacialidades urbanas de la ciudad de Campinas - SP. Siguiendo la lógica de la urbanización centrada en la perspectiva de un capital masculino, la materialidad de los simbolismos de la ciudad pone de manifiesto la desigualdad de género, la vulnerabilidad femenina y el mantenimiento de relaciones violentas entre los sujetos y sus consecuentes espacialidades. Tomando como referencia el análisis de los datos de las notificaciones obligatorias de violencia contra las mujeres en Campinas, recogidas a través de la plataforma del Sistema de Notificación de la Violencia (SISNOV), se pueden plantear patrones, problemas y preguntas para mapear y comprender las múltiples dimensiones que la violencia puede asumir en el desarrollo de la identidad y la experiencia femenina en el municipio.

Partiendo de esta premisa, el presente trabajo tiene como orientación la búsqueda de la comprensión de la dinámica espacial de Campinas respecto a la violencia contra las mujeres adultas en el municipio. Para ello, entiende que la geografía de las relaciones violentas, así como la desigualdad de género históricamente construida, son esenciales para la reproducción urbana. El análisis se orienta a través del mapeo y correlación de las notificaciones de violencia recogidas a través del SISNOV en el periodo comprendido entre los años 2010 y 2020, dialogando con una perspectiva feminista de posicionamiento geográfico para la comprensión de las relaciones dispuestas a lo largo de la disertación

Palabras clave: mujeres; violencia; Campinas – SP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Avanço histórico do desenvolvimento da mancha urbana de Campinas (1965-2020)...	64
Figura 2- Macrorregiões de Campinas.....	77
Figura 3- Localização dos equipamentos públicos da Rede da mulher por macrorregião de Campinas.....	91
Figura 4- Equipamentos da Rede da Mulher por macrorregião em relação à população total de mulheres (IBGE, 2010).....	117
Figura 5- Anamorfose das notificações de violência contra mulheres adultas por macrorregião de Campinas- SP.....	119
Figura 6- Anamorfose da relação entre notificações de violência e presença de equipamentos da Rede da Mulher por macrorregião de Campinas.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mulheres residentes por macrorregião de Campinas (%).....	76
Gráfico 2 - Distribuição de rendimentos da população feminina por macrorregião de Campinas	81
Gráfico 3- Faixa etária de mulheres adultas vítimas de violência por ano de notificação do SISNOV - Campinas.....	98
Gráfico 4- Tipo de violência contra mulheres adultas em Campinas por ano de notificação do SISNOV.....	100
Gráfico 5 - Agressores das mulheres adultas vítimas de violência por ano de notificação do SISNOV.....	103
Gráfico 6- Identificação étnico-racial das mulheres adultas vítimas de violência em Campinas por ano de notificação do SISNOV.....	106
Gráfico 7- Principais pontos de notificações de violência contra a mulher adulta segundo ano do SISNOV.....	110
Gráfico 8- Macrorregiões de moradia das mulheres adultas vítimas de violência em Campinas	114

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Ciclo da violência (Walker, 1979).....	48
Ilustração 2 - Relações dimensionais na produção de identidades e vulnerabilidades dos sujeitos sociais.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAISM	Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher
CEAMO	Centro de Referência e Apoio à Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à mulher
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNPM	Plano Nacional de Política para as Mulheres
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PUC CAMPINAS	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SISNOV	Sistema de Notificação de Violência
SMCAIS	Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social
SMS	Serviço Municipal de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

CARTA AOS LEITORES: POS NÓS E TANTAS OUTRAS	17
INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO 1: ESPAÇO, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	34
1.1 ESPAÇO E GÊNERO: UMA ABORDAGEM RECENTE NA GEOGRAFIA BRASILEIRA.....	35
1.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES	45
1.2.1 O avanço legal no combate à violência contra a mulher no Brasil	52
1.3 O ESPAÇO RELACIONAL E MULTIESCALAR IMPLICADO NA DINÂMICA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.....	56
CAPÍTULO 2: AS ORGANIZAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS DA URBANIZAÇÃO DE CAMPINAS COMO MATERIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	61
2.1 O SIMBOLISMO URBANO MASCULINO E O HISTÓRICO DE TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS	62
2.2 MACRORREGIÕES CAMPINEIRAS.....	75
CAPÍTULO 3: O PARADOXO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PROTEÇÃO EM CAMPINAS.....	84
3.1 A ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CAMPINAS	90
3.2 O SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM CAMPINAS (SISNOV)	95
3.2.1 A violência contra a mulher em Campinas nos últimos 10 anos	97
3.3 ENTRE A DEMANDA FEMININA E AS AÇÕES DO ESTADO	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXOS	142

CARTA AOS LEITORES: POR NÓS E TANTAS OUTRAS

CARTA AOS LEITORES: POR NÓS E TANTAS OUTRAS

A iniciativa de escrever esta carta está atrelada ao incômodo sentido por uma pesquisadora mulher no decorrer de seu processo formativo, não somente como Geógrafa, Professora, (espero que futura) Mestra e mais recentemente, estudante de pedagogia, mas como sujeito na totalidade de minhas experiências e vivências. Espero, caros leitores, que possam compreender um pouco mais sobre meu caminhar até aqui, bem como o que me levou a percorrer este caminho.

Creio que seja extremamente importante a existência de um relato tão pessoal na abertura desta dissertação. Este documento, bem como toda a escrita desenvolvida no decorrer deste trabalho, traz consigo a marca da não neutralidade, do ativismo, da manifestação, da imposição de uma postura resistente e contrária às opressões, violências e autoritarismos de relações sexistas, misóginas, machistas, entre tantas outras que poderiam ser citadas, aprofundadas e problematizadas.

Como mulher, acredito que a potência deste trabalho reside exatamente nas marcas e cicatrizes de momentos que estarão presentes no decorrer da escrita e que não foram vivenciados apenas por mim, mas por todas nós. O machismo, produto de uma sociedade organizada em bases patriarcais, acaba por ser inerentes às nossas vivências e práticas cotidianas. Penso que a própria escolha de meu tema de pesquisa tenha surgido por uma inquietação histórica com relação a minha postura no mundo, pensando na maneira como meus marcadores sociais eram encarados em meu projeto de formação identitária. Por isso reforço, queridos leitores, que no decorrer de minha escrita estão presentes muitas dores e frustrações de uma mulher exausta com as reproduções violentas da sociedade, que acaba por neutralizar tais dinâmicas, bem como silenciar as existências femininas.

Como professora, sinto que de mãos dadas com minha esperança na luta dos estudantes por uma educação emancipadora está o medo do silenciamento. Em tempos como o que vivemos, o lecionar se faz como uma das ações mais difíceis e arriscadas no país. Reinventar, esperar e transformar não são palavras fáceis de serem ditas e aplicadas em um país violento, opressor e perseguidor daqueles que se opõem à brutalidade de um regime neofascista.

Como Geógrafa, em minha trajetória foi (e continua sendo) extremamente doloroso deparar com reproduções (voluntárias e involuntárias) de determinados silêncios. A partir dessa inquietação, angústia e questionamentos incessantes enquanto geógrafa e mulher, iniciei meus estudos sobre as espacialidades femininas em Campinas - SP. Creio que a intenção dessa escolha como objeto de aprofundamento acadêmico surge como uma maneira de resistir à permanência do

perigo de uma “Geografia única”, bem como a necessidade de subverter leituras e discursos dominantes no conhecimento geográfico.

A Geografia, desde meados do século XIX, no que se compreende como sendo seu surgimento enquanto disciplina acadêmica, está compreendida em uma atmosfera europeia, branca, heterossexual e masculina. O poder daqueles que detinham o aval para estudar, dialogar, compreender e pensar sobre o espaço colaborou para a manutenção constante de uma “geografia única”, emancipada sobre as bases de neutralidade e andocentrismo do conhecimento e da constituição de experiências espaciais com seus desdobramentos de leituras pertinentes aos objetos de análise em diferentes escalas geográficas.

Ao mesmo tempo, era cada vez mais evidente o quanto eu, enquanto Geógrafa, mulher, estudante, professora (e tantas outras variáveis que se interseccionam e formam relações), não conseguia agregar as minhas experiências espaciais, bem como de tantos outros colegas, nos recortes teóricos propostos por autores tradicionais que estava tendo acesso no decorrer de minha formação. Cada indivíduo possui uma história e uma marca espacial, dessa forma, qualquer posição de pessoas ou grupos envolvendo distintas facetas indenitárias deve ser imaginada tanto pelos múltiplos espaços sociais como pelos polos de cada dimensão.

Neste ponto da abordagem geográfica que comecei a me inquietar, uma vez que o poder daqueles que detém a “voz ativa” do conhecimento geográfico possui também o poder de silenciamento de outras perspectivas de narrativas espaciais. Poder este que não é adquirido e sim estabelecido sendo intencional a partir daquele que o pratica. Através deste olhar, o discurso científico da Geografia é historicamente construído evidencia uma base na qual o geral e o masculino, o geral e o branco, o geral e o heterossexual se confundem, tornando cada vez mais reveladoras as omissões geográficas.

Como pesquisadora, confesso que no decorrer de todo o caminhar deste trabalho estive acompanhada pela angústia. Um aperto no peito esteve comigo em todas as leituras, descrições, depoimentos e vivências que tive no que se refere a violência contra as mulheres. É no mínimo incômodo saber de relatos de corpos que foram violados e tiveram sua existência silenciada em um mar de estereótipos, barreiras físicas e imateriais e descaso com a vida feminina. Além disso, ter consciência de um processo histórico de exploração vinculado a uma lógica produtiva e cumulativa baseada na expropriação dos direitos dos corpos marginais em um sistema capitalista, patriarcal e eurocêntrico, pensando que meu corpo e de todos meus irmãos e irmãs estão inseridos neste projeto

desumano, incomoda, ao mesmo tempo que dá forças para lutar por mim e por todas as outras vozes interrompidas.

Vocês podem se perguntar os motivos que me levaram a definir Campinas enquanto lócus do desenvolvimento de minha pesquisa. Talvez a resposta mais direta resida no fato de que desde 2013 sou moradora desta localidade o que por consequência me insere em uma dinâmica de espacialidades plurais e de violências cotidianas sofridas contra a formação de minha identidade. Mas, muito mais profundo que isso está o fato de que, como mulher, nunca me senti segura em Campinas. O cheiro do medo sempre guiou meus trajetos. Quando me mudei, no início da graduação na UNICAMP, vivíamos uma onda tenebrosa de assédios e estupros com ocorrências muito próximas à universidade. No decorrer dos anos, as notícias sobre o aumento de feminicídios, violências cotidianas e opressões de gênero foram ficando cada vez mais recorrentes em meu cotidiano. Sendo parte inerente à minha vivência, à minha subjetividade e à minha existência enquanto mulher, eu jamais conseguiria deixar a violência passar despercebida em minhas falas, posicionamentos e pensamentos.

Sobre isso, caros leitores, preciso alertá-los para o fato de que meu trabalho se concretiza em narrativas e discussões vinculadas às vivências de mulheres cisgêneras em território campineiro. Ao iniciar minha pesquisa sobre a temática, em meados de 2017, me deparei com um poço de transfobia e exclusão de uma parcela significativa de sujeitos na organização de Campinas. Por mais que as notícias de perseguição, violência e assassinato fossem divulgadas, muitas vezes de maneira sensacionalista e desrespeitosa com as vítimas, praticamente nenhuma informação sobre ações, políticas públicas, legislações estavam sendo propagadas (ou sequer debatidas pelo poder público municipal).

Preciso fazer outro parêntese, que pode parecer “aleatório”, mas que para mim, em minha pesquisa, de fato não foi. Minha escolha em trabalhar com gênero não foi, digamos, bem recebida pela comunidade acadêmica na qual eu estou inserida. Apesar de muitos comentários com o tom de curiosidade, espanto e “incentivadores” (“nossa, bacana seu tema, mas tem que ter coragem...”), no decorrer de minha caminhada enquanto Geógrafa Feminista, pesquisando sobre violência contra a mulher, meu caminho até aqui foi muito mais marcado por “ônus” do que pelos “bônus”. Disfarçados de um elitismo acadêmico, ou mesmo de uma falsa neutralidade do discurso científico, por muitas vezes ouvi que “minha pesquisa não continha geografia”, que “eu era apaixonada demais pelo meu tema, isso reduziria o rigor teórico”, que “nossa, belo tema, mas aqui você não

vai conseguir pesquisar” ou ainda, tentativas - e muitas, diga-se de passagem - de transformar meu trabalho e retirar qualquer tipo de identidade que a muito custo construí, pelo simples fato de haver uma “discordância teórica” ou até “a necessidade de colocar determinado autor porque ele sim faz geografia”.

Confesso, caro leitor, que este trabalho está escrito com base em muitas frustrações e medos. Durante todos os anos que passei neste tema, perdi a conta de quantas vezes me questioneei sobre a validade e a responsabilidade do meu trabalho. Entre muitas crises de choro e acolhimentos de amigos e família, fui conseguindo sobreviver e reinventar minha pesquisa, assim como minha identidade enquanto pesquisadora. Mas não foi fácil. Pensei em desistir em muitos momentos. Me vi sozinha, perdida e com muito receio de colocar minha pesquisa, minha defesa para a comunidade acadêmica - bem como para a comunidade no geral.

Acho que se fosse escolher um sentimento persistente em toda a minha trajetória de pesquisa sobre violência contra a mulher em Campinas, seria a solidão. A busca por leituras, trabalhos, autores, encontros, publicações, eventos, entre tantas outras ferramentas necessárias à minha formação, acabei por realizar sozinha. Se não fossem os momentos de coletividade e o apoio incondicional da minha rede afetiva, a solidão teria me dominado. Ainda mais em um período de pesquisa perpassado pelas rupturas trazidas em decorrência da pandemia de Covid-19, que me isolou ainda mais.

No curto período factível para este trabalho, somado aos inúmeros problemas decorrentes da pandemia de Covid-19 entre os anos de 2020 e 2022, infelizmente não pude avançar com discussões e presenças que creio que seriam de extrema importância para a pauta política e o compromisso social que reside nesta dissertação. O descaso com casos de violência contra a comunidade trans (não somente em Campinas, mas no Brasil como um todo), e a pouquíssima divulgação de dados sobre a vivência destas pessoas no município, constituíram barreiras que infelizmente não consegui ultrapassar. Contudo, reafirmo a importância de trazermos a urgência desta discussão e da produção de políticas públicas que abracem a diversidade, lutem contra a opressão e arranquem as raízes de uma sociedade violenta, que estabelece uma expectativa de vida de apenas 35 anos¹ para mulheres trans no país. E mais do que um debate, trazer à tona o protagonismo destes sujeitos sobre si, suas identidades, suas vivências, seus corpos, suas vozes.

¹ Ver em ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), disponível em <https://antrabrasil.org/>

Após este breve desabafo sobre meus percalços de pesquisa, afirmo: ser uma pesquisadora, feminista, no Brasil dominado pela onda fascista em pleno 2022 é no mínimo exaustivo.

Por isso, caros leitores, faço o convite para que repensemos sobre como compreendemos o espaço e seus efeitos, uma vez que nossa imaginação, alimentada por todo o tipo de influência, tende a promover uma hegemonia ao pensarmos nas questões e práticas espaciais. Para nós, geógrafas feministas, é importante sentirmos que não estamos sós, que podemos (e devemos) constituir uma rede de colaboração ativa, composta por aqueles que estiverem engajados em um mesmo projeto político, de ruptura das desigualdades e denúncia das violências em distintas escalas.

Reintegro que incorporar uma Geografia Feminista não é meramente adicionar outra dimensão, mas construir instrumentais que impulsionem críticas e novas direções, repensando bases teóricas tradicionalmente enraizadas no saber geográfico. É necessário subverter, resignificar, questionar e construir novas possibilidades de caminhos a serem seguidos. O intuito deste trabalho não reside na necessidade de uma “nova imposição de um olhar geográfico”, que tende a ser colocado como uno, onipresente, hegemônico. O objetivo de toda trama da pesquisa que será descrita a seguir, bem como toda a imersão, relações estabelecidas e novas vivências, encontra-se na firmeza de uma nova narrativa geográfica, que ajude a criar novas histórias, perspectivas diversas e uma Geografia cada vez mais plural.

Dentre todas as facetas que apresentei sobre mim, minha pesquisa, minha vivência no decorrer desta breve carta, caros leitores, finalizo meus pensamentos afirmando o que talvez seja a principal delas: ser Feminista. Firmo este trabalho em estruturas que trazem a responsabilidade de um olhar que promova uma trajetória não neutra, desobediente, questionadora, inquieta e potente. Consolido o compromisso com minha riquíssima formação enquanto pesquisadora, bem com o meu histórico como docente e minha vivência enquanto mulher.

Como Feminista, a escolha do meu título de pesquisa evidencia que nada nesta dissertação faz questão de ser neutro. “*(No) me gustas cuando callas*” faz uma analogia direta ao conhecido poema de Pablo Neruda (“Me gustas quando callas²”). O escritor, de comportamento questionável no que se refere à sua conduta perante as mulheres, deixa evidente nesta produção o seu contentamento com uma parceira quita, submissa e distante. Em minha leitura, Neruda está confortavelmente alinhado à hegemonia masculina, que silencia o protagonismo feminino à favor

² O poema completo pode ser acessado em: <https://www.neruda.uchile.cl/obra/obra20poemas3.html>

da manutenção de uma dominação violenta. Bom, leitores, imagino que neste ponto da carta vocês já prevejam meu descontentamento com estes escritos e estejam imaginando qual é meu intuito em trazer este poema para o debate.

A subversão e o questionamento às falsas neutralidades fazem parte de minha identidade enquanto mulher, Feminista e latinoamericana. Trazer meu desconforto com Neruda exemplifica minha constante movimentação a favor de perspectivas cada vez mais plurais, autônomas e que tragam à superfície a existência de vozes potentes, que gritam por si e por sujeitos violentamente esquecidos das relações espaço-temporais.

Caro leitor, você não imagina o alívio e a alegria que perpassam por mim no momento em que entrego esta carta e apresento esta dissertação. Esta pesquisa é fruto da contestação, da resistência, da persistência e do sentimento de revolta e busca pela denúncia dos silenciamentos que assim como eu, muitos corpos sofreram e continuam sofrendo. Provavelmente esta não é minha melhor escrita, ou minha melhor produção; mas garanto com toda a certeza, que este é meu trabalho mais corajoso.

Reconheço que as palavras são minhas, mas afirmo que estão sendo ditas por muitas de nós.

Espero que minha dissertação te afete, assim como me afetou,

Maju

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Por entre uma trajetória de pesquisa pautada no protagonismo dos sujeitos nas relações e manutenções espaciais, este trabalho propõe enriquecer o debate acerca das possibilidades de uma Geografia Ativa, voltada às pautas referentes à fluidez das identidades transformadoras de um espaço múltiplo e plural. Para tanto, assume-se a postura de uma metodologia engendrada na amplitude das análises relacionais através do olhar de uma Geografia Feminista, evidenciando a posição da pesquisadora e das disposições analisadas no decorrer do trabalho. Nesse sentido, durante muito tempo, “a prática desigual de uso do espaço urbano entre homens e mulheres não foi percebida como uma questão importante. Importavam sobretudo as divisões espaciais provocadas por questões demográficas, econômicas, culturais e políticas.” (CALIÓ, s/d: 4).

Contudo, a manifestação geográfica de abordagem dos estudos de gênero constitui uma discussão que aos poucos vem se tornando cada vez mais presente. A amplitude do movimento feminista, associada à crescente integração do conceito de gênero enquanto construção social facilitou a emergência de novos objetos, instrumentais e ferramentas de estudo que constituem o olhar sobre as diferenças. A sobreposição dos fluxos urbanos e inter-regionais acaba por favorecer uma série de demandas nas quais há uma visível separação social entre os papéis assumidos entre homens e mulheres. Segundo Michele Perrot (2005) “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”, afinal o feminino sempre foi menos valorizado que o masculino, inclusive no espaço, sendo uma categoria destinada ao silêncio, desde a antiguidade até os dias atuais.” (PERROT, 2005: 33).

Através deste olhar, é possível evidenciar o espaço como produção social da materialização de um caráter político. Portanto não é neutro, nem objetivo, nem fixo. Por conta disso, é possível encará-lo como uma totalidade metodológica, integrada por elementos que se transformam permanentemente: espaço está sempre em tensão, em possibilidade de ser outro (MASSEY, 2008). Enquanto relacional, o espaço promove a construção de possibilidades e potencialidades por meio de suas trajetórias constituintes, assumindo o protagonismo dos sujeitos que estabelecem apropriações, significados, relações e identidades espaciais através das marcas de distintos contextos históricos e sociais. Reafirmando Butler (2009), “os termos do poder definem “quem” pode ser um sujeito, quem está qualificado como um sujeito reconhecido socialmente. Perante a política ou a lei, então, o sujeito não é uma pré-condição para as ações, mas sim, um efeito diferencial do poder e se suas agências.” (BUTLER, 2014: 324. Tradução própria)

Dessa forma, a ideia de um espaço político tensiona as características atreladas ao discurso formativo das práticas espaciais, evidenciado através de uma lógica capitalista, eurocêntrica, masculina dos elementos espaciais. Assim, as trajetórias espaciais são marcadas por elementos como gênero, raça e classe que podem ser encarados como marcas sociais dos sujeitos que colocam seus corpos em intensa negociação individual e com a coletividade hegemônica, permitindo a construção de identidades. E é neste conjunto múltiplo que as relações são capazes de colocar alguns corpos em situação de vulnerabilidade (BUTLER, 2014) em relação a outros, assumindo as assimetrias interseccionais das compreensões de barreiras e facilitadores nas vivências socioespaciais. Reafirmando aqui que,

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (CRENSHAW, 2002: 177).

As nuances de alcance do poder instituem e mantêm discursos atrelados às fundamentações potentes de organização espacial, dentre elas o padrão de gênero, que através da força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas entre os corpos, marginaliza aqueles que não são completamente aceitos. Dessa forma, o gênero é fortalecido pela estrutura de classes, bem como pelas relações raciais e pelo processo histórico de desenvolvimento social como um todo. A organização do espaço funciona como elemento das relações de gênero, estas que são mantidas através de uma construção de definição social “binária”, atrelada à estruturação capitalista que define a opressão, subordinação e exploração dos corpos (a razão, masculina e que explora, e a natureza, feminina, que é subordinada às ações racionais). De acordo com Brah (2006),

“Toda formação discursiva é um lugar de poder, e não há nenhum lugar de poder onde a dominação, subordinação, solidariedade e filiação baseadas em princípios igualitários, ou as condições de afinidade, convivialidade e sociabilidade sejam produzidas e asseguradas de uma vez por todas. Antes, o poder é constituído performaticamente em práticas econômicas, políticas e culturais, e através delas. As subjetividades de dominantes e dominados são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam.” (BRAH, 2006: 373).

Estas relações entre os sujeitos são constantemente mantidas e transformadas a partir da perspectiva política de produção social do espaço. Desta forma, as dimensões nos conflitos de trajetórias no espaço acabam por manter (e serem constituídas intimamente) pela violência das

relações de poder. Então, é possível considerar que a violência também possui a sua geografia, não podendo ser encarada como um fato homogêneo, fixo e estático. É necessário compreender sua multiplicidade. A frequente violência é decorrência da invasão do feminino pela imposição masculina sobre os corpos. Relembrando Cruz e Saéz (1996),

“A violência aproveita das desigualdades de poder inerentes às sociedades patriarcais. Neste sentido, está inserida no contexto das relações de poder culturais, socioeconômicas e políticas, relações em que o poder masculino é dominante e acaba por reduzir o das mulheres. Todas as sociedades, organizadas e hierarquizadas em torno de relações de poder de gênero, legitimam implicitamente, quando não explicitamente, a violência contra mulheres e crianças, e a perpetuam através de um processo de socialização violento, destruidor de identidades e de valores humanistas.” (CRUZ; SAÉZ, 1996: 80. Tradução própria).

Dessa forma, as mulheres não apenas configuram territórios, como também, ao tecer relações sociais e estabelecer relações de poder em seu interior, produzem novas espacialidades (FRANÇA et. al s/d: 302). Inserida em um planejamento urbano que se constitui como ferramenta de auxílio da reprodução capitalista, as mulheres vivenciam (se apropriam e são marginalizadas) a materialização dos simbolismos que atuam na manutenção da desigualdade de gênero, uma vez que é próprio do sistema capitalista a exploração de corpos "indesejados", colocados a margem e legitimamente dominados e oprimidos. Sendo assim, é possível afirmar que “o discurso espacial não é apenas o discurso falado, mas experimentado coexistencialmente” (ROSSANA, 2015: 73) de forma plural pelos sujeitos que o constituem.

Sendo real em seu simbolismo, a cidade também é manutenção da multidimensionalidade das relações, propondo diferentes trajetórias. Contudo, ao retomar o pensamento de Calió (1991), a cidade está proibida às mulheres. É necessário ampliar a compreensão das distintas trajetórias dos sujeitos na manutenção do urbano para que seja possível encarar a cidade não como uma produção desordenada, mas sim através de um viés crítico que busque escapar, conforme afirma Damiani (2005), de projetos de análise planejados, fundada em uma racionalidade estática que não considera a discussão da manutenção das relações múltiplas de poder que são constituintes das dinâmicas e demandas espaciais.

Campinas, município do interior de São Paulo, reflete em sua lógica de formação e transformação contínua a partir da dimensionalidade múltipla das relações assimétricas que são historicamente estabelecidas entre os diferentes sujeitos. Sendo constituída discursivamente e simbolicamente, a formação socioespacial é imersa na hegemonia masculina a favor do capital.

Desse modo, a violência é estrutural na organização urbana e por conta disso, conseqüentemente está presente em todos os elementos espaciais. Portanto, o uso e o alcance da violência acabam por ser dado pela sociedade.

Debruçar-se sobre as questões referentes à vivência feminina no município de Campinas, especialmente no que se refere a violência contra a mulher, constitui a tentativa de trazer à tona o debate referente aos usos, percepções, circulações e manutenção do espaço relacional do município, de maneira a negar a neutralidade historicamente manejada, não somente pela organização social, econômica e política, mas também pelo olhar geográfico que por muito tempo se constituiu como homogêneo em sua perspectiva normativa.

Dados do último boletim do Sistema de Notificação de Violência de Campinas³ (SISNOV), que faz notificações de maneira compulsória através de atendimentos realizados pela rede pública, principalmente nos setores da saúde e assistência social, registrou um aumento de quase 200% nas notificações de violência contra a mulher no município, sendo a violência física a maior porcentagem das ocorrências, com aproximadamente de 70% das notificações. Além disso, dados recentes informam que em Campinas, “o coeficiente de mortalidade por feminicídio foi de 3,2 por 100 mil mulheres em 2015, o que correspondeu à morte de uma em cada 31.250 mulheres no ano.” (CAICEDO-ROA M et al, 2019: 2).

Por meio desta breve observação de dados de violência contra a mulher no município, coletados especificamente por uma única plataforma é possível fazer referência à Franco (2017, pp. 90-91), ao pontuar que em tempos de desmontes de políticas públicas, especialmente no que diz respeito às mulheres, “é extremamente necessário construir uma pesquisa com base nessa complexidade das condições objetiva e subjetiva, com elementos que impactam a disputa ideológica, as narrativas e a institucionalização do poder dos discursos dominantes, tratando-se de um exercício fundamental para entender e atuar no contemporâneo”. É necessário romper com os contínuos silenciamentos produzidos por um discurso hegemônico que historicamente age na manutenção de privilégios. Apesar do reconhecimento de que nos últimos anos muito se tem avançado em diversas pautas dos movimentos de mulheres, principalmente no que diz respeito à busca pela garantia de direitos, devem ser considerados questionamentos, obtidos através de recentes análises, no que se refere à eficácia das políticas de inclusão das mulheres para a conquista

³ Os boletins de dados coletados através do SISNOV desde 2006 estão disponíveis em http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins_sisnov.htm.

da plena cidadania, ou a forma como o Estado se comporta perante a manutenção da violência contra as mulheres em Campinas.

Através deste pressuposto, este trabalho assume a proposta evidenciar as geografias das reproduções violentas as quais as mulheres estão inseridas na reprodução do espaço urbano de Campinas. Contribuindo com aparatos teóricos que ampliem as possibilidades de compreensão das narrativas femininas na cidade, pretende-se evidenciar os simbolismos, organizações e estruturações urbanas que promovem a permanência e crescimento dos índices de violência contra a mulher no município.

Evidenciando o caráter relacional na análise das dinâmicas violentas em Campinas, a centralidade do objetivo desta dissertação estrutura-se na imersão nos dados quantitativos acerca das notificações compulsórias de violência contra a mulher em Campinas fornecidas pelo SISNOV tendo como referência o período entre os anos de 2010 e 2020. Neste recorte espaço-temporal estão inseridos avanços e retrocessos no que diz respeito ao combate à violência no município, em consonância com as esferas estadual e federal.

Com esse fim, este trabalho se divide em três principais capítulos, os quais possuem objetivos de discussões específicas. Inicialmente, em "*Espaço, Gênero e Violência contra as mulheres*", busca-se o aprofundamento nas questões teóricas que guiam os debates propostos no decorrer dos outros momentos da dissertação. Neste sentido, evidencia-se a importância de uma Geografia Feminista baseada nos pressupostos e discussões levantados por autores importantes para trazer à tona a preocupação com uma Geografia plural.

Compreendendo as múltiplas dimensões presentes nos estudos feministas, é necessário posicionar a pesquisa (bem como a pesquisadora) no que se refere às trajetórias metodológicas adotadas no decorrer do percurso proposto por este trabalho. Contemplando o espaço em constante transformação, bem como os sujeitos, a orientação através do espaço relacional (MASSEY, 2008) possibilita uma análise plural e dinâmica no que diz respeito às distintas facetas da violência contra a mulher e a decorrente desigualdade de gênero inerente à sua ocorrência.

Para tanto, é necessário ressaltar que a categoria gênero (BUTLER, 2007) permeia a discussão proposta no decorrer de todo o trabalho. Lançar mão da análise embasada na construção social das relações entre as identidades e os marcadores sociais dos sujeitos abre possibilidade para uma interpretação múltipla, atrelada às possibilidades da multiplicidade das vivências e das constituições sociais na cidade. Entendendo a urbanização enquanto um processo de construção

espacial em eterno devir desmascara a falsa neutralidade e hegemonia das questões espaciais, bem como das expressões individuais e coletivas que as compõem.

Nesta perspectiva, a violência encontra-se como inerente às relações, sendo multidimensional em sua materialidade. No que se refere à dinâmica atrelada à desigualdade de gênero, a construção social dos sujeitos pressupõe a opressão dos corpos que são lidados de maneira marginal, em um movimento de opressão e exploração. Para organizar a reflexão acerca desta temática, as leituras orientadoras seguem no sentido de relacionar o desenvolvimento urbano à permanência simbólica dos avanços, desenvolvimentos e posicionamentos assumidos através das ações dos sujeitos e do Estado, relacionais em suas funcionalidades e violentas em suas subjetividades e materialidades. (CALIÓ, 1991; LEFEBVRE, ([1974] 1991); SILVA, ORNAT, CHIMIN JR, 2019).

Prosseguindo nos capítulos subsequentes, apresenta-se a segunda sessão intitulada “*As organizações espaço-temporais da urbanização de campinas como materialização da violência contra a mulher*”. Neste ponto da dissertação faz-se necessário o posicionamento escalar da pesquisa por meio da necessidade de contextualização das transformações espaço temporais as quais são constituintes da configuração urbana e de seu conseqüente simbolismo no que diz respeito à organização do município de Campinas.

De forma geral, é necessário retomar a construção do sentido de Campinas através de suas relações espaço-temporais que inserem o município na economia brasileira e global a partir de uma elite estabelecida durante o período cafeeiro, cuja produção é voltada para a exportação em parte do século XIX e início do século XX, e, posteriormente, de uma transformação radical de sua estrutura para receber a indústria. A partir da década de 1970, uma nova transformação ocorre para que a cidade possa adequar-se ao processo mais amplo de reestruturação produtiva, que resulta na descentralização de parte da indústria paulista, a qual sai da capital para se instalar em regiões do interior do estado, entre elas, a de Campinas. Observa-se que em todo o histórico de desenvolvimento da identidade urbana do município em questão, a prevalência dos interesses capitalistas é evidente com relação à dinâmica estabelecida.

No decorrer dos séculos XX e XXI, a cidade passa por um crescimento rápido e desordenado de seu tecido urbano. As terras mais baratas (e mais distantes) recebem empreendimentos de habitação popular financiados pelos governos estadual e municipal, enquanto áreas mais próximas do centro, com melhor infraestrutura, ficam à mercê dos especuladores que

aguardam sua valorização para vendê-las (BRYAN, 2011). Esta lógica escancara a desigualdade presente nas ações do Estado, mantidas através do interesse do capital em se materializar e manter as violências e opressões sobre aqueles que estão à margem da perspectiva dominante de organização das relações espaciais, na reprodução urbana.

Logo, é necessário ressaltar que, de acordo com os interesses do Estado capitalista, o economicismo das relações e as inerentes desigualdades proveniente das assimetrias socioespaciais configuram a dinâmica da expansão urbana de Campinas, bem como evidencia as discrepâncias das vivências, mobilidades e desenvolvimentos a depender do contexto histórico e espacial no qual as relações se materializam.

Os olhos desatentos ao visualizar o processo de contínua produção espacial de Campinas, por vezes passam despercebidos pela multiplicidade envolvida nas relações plurais do município. Contudo, o intuito deste trabalho é ressaltar as desigualdades e compreender as distintas dimensões da contínua construção do espaço. Neste sentido, é necessário ampliar a discussão acerca dos direitos, vivências e constituições identitárias e espaciais das mulheres no município, uma vez que as lutas simbólicas materializam a violência a qual os corpos femininos estão sujeitos constantemente, seja na esfera do espaço público, seja na dinâmica doméstica. Ressaltando Fraser (2002),

“Para além disso, a justiça social já não se cinge só a questões de distribuição, abrangendo agora também questões de representação, identidade e diferença. Também neste aspecto constitui um avanço positivo relativamente aos redutores paradigmas economicistas que tinham dificuldade em contextualizar males cuja origem reside, não na economia política, mas nas hierarquias institucionalizadas de valor.” (FRASER, 2002: 9).

Afirmando que a vida em sociedade é um campo de lutas pelo poder, o espaço em seu eterno devir abre possibilidades para múltiplas trajetórias e arranjos sociais através das disparidades das relações entre os sujeitos e suas identidades plurais. Com base nesta defesa, o segundo capítulo desta dissertação busca em sua gênese ampliar os debates relacionados à presença das mulheres na constituição espacial de Campinas, bem como a compreensão as dinâmicas de vivência feminina no município, entendendo as relações estabelecidas com os equipamentos públicos de atendimento às mulheres em situação de violência.

Compreendendo que na geograficidade da violência contra a mulher proposta neste trabalho faz-se necessário a definição escalar das análises correlacionadas no decorrer dos capítulos como base para as narrativas traçadas. A partir disso, lançou-se mão das macrorregiões de Campinas,

com o intuito de compreender a dinâmica das demandas e problemáticas enfrentadas pelas mulheres denunciadoras das violências vivenciadas, trazendo à tona a perspectiva do paradoxo entre as localidades da Rede da Mulher em Campinas, em contraponto com os índices de violência e os principais locais de denúncia das ocorrências.

Além disso, é importante mencionar que a escolha da escala macrorregional para a análise das dinâmicas violentas em Campinas perpassa a necessidade de espacializar os dados de maneira a compreender a materialidade da Rede da Mulher no município, inferindo sobre os entraves, problemáticas e silenciamentos presentes não somente nas ações entre as identidades dos sujeitos, como também nas ações impostas através da lógica de um Estado violento, vestido dos interesses hegemônicos na organização espacial.

Ao chegar no terceiro e último capítulo, intitulado como “*O Paradoxo da organização espacial da violência contra a mulher e das instituições públicas de proteção em Campinas*”, estão presentes as discussões acerca da manutenção da violência contra a mulher no município a partir de uma intensa manutenção espacial dos simbolismos, relações e vulnerabilidades dispostas nas transformações socioespaciais.

Para isso, apresenta-se a espacialização de equipamentos públicos de atendimento à mulher, dispostos pela chamada Rede da Mulher de Campinas, bem como os dados de violência coletados pelo município pela plataforma do Sistema de Notificação de Violência de Campinas (SISNOV) através de um mapeamento baseado nas distinções macrorregionais, além da compilação de dados referentes aos tipos de violência cometidos, bem como as principais vítimas (focalizadas no perfil etário, bem como na localização do equipamento onde foi realizada a denúncia, enfoques dados pela coleta de dados realizadas pelo SISNOV) e os principais agressores.

Com o intuito de realizar um recorte temporal, os dados a serem apresentados no decorrer desta dissertação são referentes ao período entre os anos de 2010 e 2020. Neste intervalo, os Boletins SISNOV apresentaram uma série de transformações em suas perspectivas de coletas de informações, contudo, conservam a linearidade da análise das denúncias, principalmente no que diz respeito aos pontos mencionados anteriormente. Aqui é necessário ressaltar a importância de uma perspectiva integrada na compreensão da leitura sobre os dados de violência em Campinas, uma vez que o possível silenciamento de algumas questões diz muito sobre quais são as perspectivas que devem ser ditas, e quais, através de uma manutenção hegemônica acerca da organização da cidade, precisam continuar esquecidas e neutralizadas.

Além disso, em decorrência das rupturas, perdas e entraves presentes nesta pesquisa em decorrência do período de auge da pandemia de Covid-19 entre os anos de 2020 e 2022, este trabalho se atém ao debate teórico promovido essencialmente pela revisão bibliográfica, bem como pela coleta e mapeamento de dados fornecidos por plataformas oficiais do município de Campinas. Ademais do recorte espacial perpassar as divisões macrorregionais, a análise temporal está restrita aos anos entre 2010 e 2020, período de intensas transformações na estruturação dos serviços de acolhimento às mulheres em situação de violência em Campinas, bem como anos marcados pelos avanços nas legislações e debates que asseguram a discussão acerca da problemática da violência de gênero em distintas escalas.

Um ponto de extrema importância a ser levantado nesta introdução se encontra na dificuldade de acesso a dados e informações confiáveis no que diz respeito ao avanço da violência contra a mulher em Campinas. Com o avanço da pandemia, esta situação se agravou enormemente, uma vez que os veículos de mídia eram os únicos que compartilhavam notícias espaçadas sobre as ocorrências violentas no município. Além disso, a precariedade do serviço, bem como de seu funcionamento e organização, foi agravada pela falta de divulgação nas plataformas oficiais.

Finalizando, este trabalho constitui uma tentativa de trazer à tona um debate por muitos anos inviabilizado e silenciado na construção da ciência geográfica. Reconhecendo que ainda hoje as questões inerentes à discussão de gênero sofrem ataques, deslegitimação e tentativas constantes de afastamento de um objeto de estudo necessário para o aprofundamento (e apropriação) da Geografia, é imprescindível a resistência por uma ruptura na falsa neutralidade da ciência geográfica, reafirmando vivências e existências espaciais que perpassam a constituição dos sujeitos e das decorrentes, e plurais, dinâmicas e espacialidades inerentes ao desenvolvimento de relações em um eterno processo de devir.

Na esperança de contribuir para uma Geografia Feminista, preocupada com a compreensão múltipla do espaço e das identidades dos sujeitos, esta dissertação traz consigo o compromisso de ampliar o debate acerca da violência e de sua geograficidade, colocando no centro da análise a dinâmica feminina na vivência e construção das espacialidades urbanas de Campinas, dialogando com o paradoxo da violência, bem como compreendendo as demandas e contradições da vulnerabilidade e resistência femininas na cidade.

CAPÍTULO 1
ESPAÇO, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES

*Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar
Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define*

*Você é seu próprio lar
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar*
(**Triste, louca ou má** - Francisco el hombre, 2016).

1. ESPAÇO, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

No decorrer deste primeiro capítulo, apresentam-se contextualizações referentes ao avanço (e importância) do conceito de gênero nos estudos geográficos, bem como na consolidação do posicionamento Feminista perante o desenvolvimento de novas articulações da Geografia enquanto ciência. Além disso, para compreender a dimensionalidade do gênero perante a análise das relações sociais, no decorrer da escrita estão presentes elementos que contribuem para a ampliação do entendimento acerca da violência, de suas múltiplas facetas e dimensões, bem como ao reconhecimento de sua geograficidade.

Em consonância com os pontos anteriores, lança-se mão no decorrer deste primeiro momento da escrita, do conceito de espaço relacional (MASSEY, 2008), chave para a articulação das problemáticas encaradas no decorrer dos capítulos seguintes, bem como para a compreensão plural das relações violentas estabelecidas no decorrer do desenvolvimento da violência contra a mulher adulta em Campinas.

1.1 ESPAÇO E GÊNERO: UMA ABORDAGEM RECENTE NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

As interpretações acerca das problemáticas, constituições e transformações espaciais negaram a existência e multiplicidade feminina por um longo período. Por um viés hegemônico, a Geografia agiu em distintos contextos como um instrumento de silenciamento de narrativas e

dominação de existências sobre diferentes sujeitos. Deste modo, o avanço da ciência geográfica reproduziu em seu desenvolvimento os padrões hegemônicos de uma ciência eurocêntrica, heteronormativa, branca e masculina. Reafirma-se, então que

“A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina.” (SILVA, 2003: 33).

Continuando com o posicionamento de Silva (2003), as omissões científicas no que diz respeito às múltiplas narrativas e existências espaciais expressam o poder envolvido nas imposições dos silenciamentos geográficos. O androcentrismo científico favorece o determinismo e os estereótipos no que se refere aos objetos selecionados para o desenvolvimento de um olhar socioespacial. Sendo assim, como afirma Rose (1993), não se pode negar que o conhecimento sempre foi generificado, mesmo que masculino. Reconhecer a criação e legitimação das hegemonias de saberes corporificados é um traço fundamental da geografia feminista. (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017: 13). Portanto,

“Os princípios e enunciados jamais são considerados como fora de embates e medição de forças e interesses, ou seja, o científico é sempre político. A ação de conhecer baseia-se nas epistemologias escolhidas que estão nas entranhas dos processos de pesquisa e isso precisa ser assumido, discutido e colocado de forma transparente em uma perspectiva feminista.” (SILVA, ORNAT, CHIMIN JR, 2017: 13).

Nesta breve contextualização, é possível retomar argumentos defendidos por Foucault (1975) no que se refere às relações de poder. De maneira geral, o autor estabelece a proposição de que o poder opera na constituição da materialidade do sujeito, que simultaneamente forma e regula as subjetivações. As nuances de poder instituem e mantêm o padrão de gênero, através da força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas entre os corpos.

É necessário reforçar que mais importante do que se fala, é como se proferem os discursos, uma vez que os significados se produzem através da relação da interlocução. Compreendendo que a ação discursiva constitui a prática das palavras, entende-se que neste caso a abordagem reside não apenas numa “forma de pensar”, mas também na problemática de sua materialização. Logo,

“(…) discursos etnicistas procuram impor noções estereotipadas de “necessidade cultural comum” sobre grupos heterogêneos com aspirações e interesses sociais diversos. Frequentemente deixam de tratar da relação entre a “diferença” e as relações sociais de

poder em que ela pode estar inscrita. (...) Precisamos estar atentos à maneira como as “necessidades” são construídas e representadas em vários discursos.” (BRAH, 2006: 337).

É imprescindível abrir os olhares para os questionamentos acerca das compreensões discursivas que a Geografia historicamente alimenta, atrelada a distintos modelos e perspectivas de influência e manutenção do poder, tendendo a promover uma hegemonia eurocêntrica, branca, masculina e patriarcal disfarçada de neutralidade quando são realizadas reflexões práticas e teóricas sobre as existências espaciais. Trazendo novamente as contribuições de Silva, Ornat e Chimin Jr (2017) ao debate, tem-se que

“É preciso desconfiar que um campo científico seja de tal forma por causa de uma essência qualquer, mas entender que foi assim constituído porque é fruto de forças e privilégios que são mascarados por conceitos e métodos aparentemente neutros, objetivos e imparciais. Uma geografia feminista questiona conceitos e métodos que podem mascarar diferenças, desigualdades e dominações, e luta contra as universalizações.” (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017: 14).

Sendo a vida em sociedade um campo de lutas pelo poder, travadas pelo alcance dos sujeitos através dos marcadores sociais trazidos em suas ações discursivas, o propósito da Geografia, então, baseia-se em explicitar as desigualdades inerentes a estes conflitos. Na realidade, é possível vincular a promessa de profunda mudança social ao conhecimento geográfico. Portanto, mesmo em um poder hegemônico, fraturas e instabilidades são constantemente criadas, e através das forças dos sujeitos, ampliam cada vez mais a necessidade de uma ciência plural, aliada ao compromisso social da mudança e da viabilização das múltiplas existências dos sujeitos. Então,

“A conquista da hegemonia do saber geográfico branco, masculino e heterossexual se dá pelas relações de poder que se praticam sobre o conjunto social. Contudo, os grupos subordinados são ativos e exercem um contrapoder à ordem estabelecida. O poder apresenta fissuras e implica múltiplos feixes de relações. Assim, a subordinação das pessoas ao discurso hegemônico se estabelece por meio de tensões, que desestabilizam a pretensa universalidade científica. Nesta perspectiva, emergiram as chamadas “geografias feministas”, desenvolvidas com o objetivo de desafiar a crença fundamentalista da universalidade do saber geográfico estabelecido, por meio da reivindicação de novas versões científicas que pudessem trazer para a visibilidade grupos sociais repudiados pelo conhecimento hegemônico.” (SILVA, 2009a: 26).

Reafirmando Butler (2019), o sujeito produz discurso com o objetivo de produzir a si próprio, ou seja, seu “retrato” no tempo-espço, sua organização, seus suportes. Em consonância a este pensamento, o pressuposto trazido por Silva, Ornat e Chimin Jr (2017), a ciência é produzida por seres humanos em seu cotidiano e, portanto, o conhecimento gerado é relacional ao tempo e espaço próprios do cientista. É necessário pontuar que a criação de teorias e instrumentais de

análise são produzidos e transformados a depender do contexto histórico-social-espacial no qual os sujeitos estão inseridos, evidenciando os marcadores materializados na corporificação dos indivíduos enquanto essenciais para a compreensão da amplitude das relações e manutenções espaciais. Dessa forma, apesar das permanentes investidas de silenciamentos, a Geografia reafirma sua complexidade.

Posicionada através da perspectiva trazida por Silva, Ornat e Chimin Jr (2017), que evidencia a construção humana dos limites e fronteiras epistemológicos, esta pesquisa atrela-se a uma Geografia Feminista, que para além da atenção e problematização das lacunas e razões dos silenciamentos, propões distintas formas de conhecimento das questões espaciais através do tensionamento de conceitos e métodos que já são amplamente difundidos e conhecidos pela ciência geográfica, sem perder de vista as críticas e contrariedades que possam aparecer no decorrer do desenvolvimento teórico e prático das ações propostas por este trabalho. O compromisso assumido, portanto, perpassa na “abordagem das relações de gênero enquanto agentes centrais na construção do espaço, ampliando reflexões sobre as relações de gênero, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permitem desvendar a base da organização geográfica das sociedades.” (REIS, 2015: 12).

“A Geografia Feminista nasce no contexto da segunda onda do movimento feminista, datada aproximadamente na década de 1970. No florescimento de uma cultura contestatória, favorável à mobilização social de grupos até então marginalizados ou oprimidos” (DA SILVA, 1998: 106), o feminismo pode ser compreendido como um movimento político que visa a luta por direitos sociais e a busca eminente pela ruptura das desigualdades e explorações dos sujeitos e espacialidades em distintas escalas. Contextualizando o período,

“No Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero acompanham os diferentes momentos dos movimentos sociais feministas. A partir da década de setenta a emergência destes movimentos sociais consolidam novas forças políticas em vários lugares do planeta. Movimentos sociais anticoloniais, étnicos, raciais, de homossexuais, ecológicos e de mulheres, para citar os mais expressivos, despontam e modificam lugares e mentalidades.” (SILVA, 2000: 2).

Sendo a Geografia um saber que se desenvolve atrelado aos contextos histórico-espaciais, sociais e culturais específicos, vinculados a lógicas e recursos de interpretações disponíveis, é necessário ressaltar que os movimentos sociais compõem os saberes científicos e suas múltiplas maneiras de vivência e leitura da realidade, a depender do protagonismo daquele que produz ciência. Neste sentido,

“Dentre os vários movimentos sociais emergentes nos anos 60, o movimento feminista foi fundamental para a inspiração da ação de geógrafas que iniciaram um movimento interno à geografia nos anos 70, sob a perspectiva de três objetivos principais: construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina.” (SILVA, 2009a: 27).

Independente da matriz teórica e ideológica dos movimentos de ruptura, é necessário posicionar o Feminismo enquanto sua pauta política de luta contrária aos silenciamentos, desigualdades, opressões e violências decorrentes de uma história marcada pelas estruturas de dominação e manipulação do poder. Através da luta coletiva, o movimento feminista deve buscar a igualdade entre os sujeitos, promovendo o desenvolvimento da cidadania plena e o respeito identitário plural. Desta forma, o Feminismo tem como principal objetivo retirar as raízes discriminatórias, com a finalidade de promover a modificação das pautas culturais e sociais que sustentam a desigualdade.

Segundo Brah (2006), o propósito principal do Feminismo tem sido transformar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Relembrando Scott (1995), no desenvolvimento da epistemologia feminista, a categoria de “gênero” se concretiza no final do século XX enquanto um ato político pautado na reivindicação de um campo de definição baseado no caráter social das desigualdades entre os sujeitos. “A partir de então, é colocado à tona que as relações desiguais entre homens e mulheres não são “naturais”, mas sim estabelecidas por meio das relações sociais.” (HELENE, 2019: 953). Tem-se, então que

“Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil. A força por trás da teoria e da prática feminista no período do pós-guerra tem sido seu compromisso de erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas, que explicam a posição social das mulheres como resultado de diferenças inatas.” (BRAH, 2006: 342).

“Os movimentos feministas ressurgem com força no mundo ocidental nas décadas de 1960 e 1970, junto com o florescimento de uma cultura contestatória, favorável à mobilização social de grupos até então marginalizados ou oprimidos” (DA SILVA, 1998: 106), trazendo a tomada de consciência e ação das mulheres a respeito de sua opressão e exploração. No Brasil, o feminismo floresce em plena ditadura militar, em contraposição a um modelo econômico fortemente opressivo e concentrador de renda. “Se, por um lado, a pressão econômica levava a uma ênfase nas questões de classe, a falta de liberdade política fazia com que a contestação procurasse espaços não proibidos

para se manifestar, e os movimentos de mulheres foram um desses espaços.” (REIS, 2015: 5). De encontro com o escrito de Calió (s/d), o movimento feminista brasileiro consolida-se através de ações “em favor da liberação sexual e da igualdade de direitos através de importantes transformações sociais, demonstrando a existência de outras relações de poder, além das de âmbito público e estatal, que cruzam as relações sociais e atuam no mundo privado e pessoal.” (CALIÓ, s/d, p. 1). Reafirmando Silva (2009a),

“Com base nessas críticas, o movimento feminista empreendido na história da geografia passou a agir com a finalidade de investigar e tornar visível a relação entre as divisões dos gêneros masculino e feminino e as divisões espaciais, com o objetivo de compreender como as duas se constroem simultaneamente e desvendar os elementos ocultos sob a aparente ordem “natural” da organização da realidade socioespacial.” (SILVA, 2009a: 31).

Nesta perspectiva, a crítica feminista ganha radicalidade e força através das abordagens capazes de incorporar em suas problematizações o fato de que “as relações de gênero impactam as experiências, mas o exercício do poder - assim como as formas de dominação e de exploração - se dá também internamente ao grupo de ‘mulheres’.” (MIGUEL; BIROLI, 2014: 14). Através deste viés, reafirma-se que a abordagem feminista precisa duvidar das bases epistemológicas que criam e sustentam a invisibilidade e recriar conceitos e métodos que possibilitem a análise geográfica desses grupos e não apenas aceitar sua ausência na geografia (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017: 14). Dessa forma,

“Compreendendo que o gênero possui conectividades transversais com classe, etnia, idade e sexualidade, e que estas se colocam como estruturas dominantes das relações de poder, a metodologia feminista direciona atenção à diversidade, à reflexão crítica dos sujeitos investigados e à própria responsabilidade com estas vozes e suas vidas.” (ORNAT, 2009: 317).

Assumindo o gênero em seu caráter relacional, encarando-o enquanto categoria (BUTLER, 2007) essencial de compreensão interseccional (CRESHAW, 2002), voltada à análise da pluralidade dos sujeitos que produzem espacialidades e múltiplas relações sociais, reafirma-se Lavíñas (1997: 16) no que “diz respeito às relações de dominação e opressão que transformam as diferenças desigualdades sociais ou exclusão. Isto significa que todo o indivíduo é sexuado e que é nessa condição irreduzível que virá a situar-se no mundo, ter oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses.” Assim, a delimitação, a formação e a deformação dos corpos sexuados são realizadas por um conjunto de proibições fundadoras (BUTLER, 2019).

A Geografia Feminista, portanto, tem sido o ponto de confluência entre o gênero e suas especificações relacionais. De acordo com Silva (2007), o gênero enquanto categoria não é capaz de comportar a multiplicidade identitária dos muitos “femininos”, abrindo espaço para a constante reelaboração da identidade. Dessa maneira, assume-se o desafio do estabelecimento de recortes⁴ espaciais e temporais que, em conjunto, forneçam especificidades identitárias acerca dos grupos de interesse do trabalho exploratório de pesquisa e produção acadêmicas. Através das seleções, é possível compreender como o espaço constitui identidades, e ao mesmo tempo, é capaz de comportá-las (SILVA, 2007). Nesta perspectiva,

“Este novo ângulo analítico questiona a universalidade das categorias homem e mulher, associadas a construções binárias que associam poder e dominação ao masculino e obediência e submissão ao feminino. Se o gênero é relacional, não se pode admitir, no contexto das relações de gênero, um poder masculino absoluto. As mulheres também detêm parcelas de poder, embora desiguais e nem sempre suficientes para sustar a dominação ou a violência que sofrem. Desta forma, é possível pensarmos em diferentes possibilidades ou modos de subjetivação e singularização vivenciados por homens e mulheres.” (ARAÚJO, 2008).

“A adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos, além da ampliação do campo de estudos, já que o espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero.” (SILVA, 2009a: 35). Compreendendo o gênero como categoria e simultaneamente uma representação e, como tal, uma construção (SILVA, 2007: 121), seus elementos constitutivos nunca serão lineares, causais ou consequentes, mas formam uma complexidade permanentemente aberta pelo movimento da vivência cotidiana (SILVA, 2007: 122). A partir disso, reafirma-se que a perspectiva geográfica que privilegia as multiplicidades de gênero, bem como a pluralidade identitária, se constitui enquanto um instrumento imprescindível para o desenvolvimento de um senso de valor próprio, que flui através da consciência das relações estabelecidas entre os corpos e as espacialidades constantemente produzidas e vivenciadas por eles. Neste sentido,

“A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações. Tais representações são fundadas em uma ordem socioespacial

⁴ “As geografias feministas devem estar atentas para encontrar as lacunas e as razões das ausências, reinventando formas de conceber a realidade espacial por meio do tensionamento dos conceitos e métodos já concebidos. Logicamente, a prática de pesquisa implica a realização inevitável de recortes da realidade, e isso está relacionado com o estabelecimento de limites. Contudo, uma pesquisa feminista deve ser consciente das responsabilidades sobre as intenções e as consequências das escolhas metodológicas e dos efeitos que tais escolhas podem gerar.” (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2017: 15).

específica e, portanto, envolvem tempo, espaço e escala. Assim, compreende-se que a construção de gênero envolve tanto pressões de contexto, como escolhas individuais. Essa condição permite a construção da abordagem geográfica do gênero, pois as identidades e papéis sociais são exercidos concretamente através do espaço.” (SILVA, 2003: 42).

Compreendendo o gênero enquanto categoria relacional, é possível conceber o poder regulatório que conforma e forma os sujeitos, os quais estão expostos a regulações que podem subjetivá-los a todo momento, materializando as identidades espaciais. “Se, por um lado, essa regulação do gênero se sustenta em um conjunto de leis e mecanismos que norteiam as construções identitárias, por outro, ela não pode ser entendida como mera abstração, porque são as pessoas, por meio de suas ações concretas, que constroem a realidade generificada.” (SILVA, 2009b: 81).

Dessa forma, “é inerente que o corpo representa um campo político tensionado pelas relações de poder que o marcam, evidenciando que ele não é uma materialidade independente investida por relações de poder que lhes são externas, mas é aquele no qual a materialização e o investimento são coextensivos.” (BUTLER, 2019: 68). Sendo o gênero uma construção relacional entre os corpos, sua diferenciação é materializada através das normas que os perpassam. Elucidando que,

“As normas de gênero, afirma Butler, são incorporadas pelas pessoas, regendo a inteligibilidade social das ações humanas; todavia, as normas são diferentes das ações, pois, ao experimentar as normas de gênero, as pessoas não apenas as reproduzem como as transformam, escapando do padrão idealizado de masculinidade e/ou feminilidade.” (SILVA, 2009a: 41).

O espaço, portanto, é parte integral da formação das subjetividades dos sujeitos, uma vez que em sua multidimensionalidade, está em constante construção identitária. “Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres.” (SILVA, 2009a: 35). Nota-se que as relações sociais estão, portanto, associadas às distintas condições materiais de existência dos corpos, mas para além disso, envoltas em subjetividades presentes nas identidades e nas escalas relacionais nas quais estão inseridas. O espaço assume-se enquanto compositor do gênero, bem como compõem as subjetividades que constituem o gênero. Nesta perspectiva, sendo construído permanentemente, “o gênero, construído permanentemente, é também produzido pela sua desconstrução, pois, enquanto representação, o gênero se faz nas relações humanas, e o espaço é fundamental nesse processo de construção/desconstrução.” (SILVA, 2009a: 99).

Não obstante, a materialidade dos sujeitos e duas inerentes relações não se originam nos discursos, uma vez que para que possa existir, é necessário a produção do próprio corpo. Neste sentido, “a materialização dos corpos é orientada por processos de demarcação e diferenciação.” (BUTLER, 2000: 154). Através desta afirmativa, é possível compreender que o corpo não é um dado estático, uno, estável e rígido, onde a categoria gênero insere significados a serem interpretados socialmente, mas “como um processo de materialização através do tempo a partir daquilo que lhe envolve, ou seja, a partir das normas de gênero.” (BROSIN; TOKARSKI, 2017: 108).

Sendo o espaço relacional (MASSEY, 2008) em seu eterno processo de devir, os sujeitos que continuamente o constituem são múltiplos e através de suas identidades plurais, estabelecem relações sociais historicamente demarcadas, mas que são inerentes às marcas trazidas nos corpos que materializam as espacialidades construídas. Compreendendo o gênero enquanto categoria jamais concluída, plenamente fechada e compreendida, o espaço também pode ser lido enquanto uma somatória de identidades vivenciadas cotidianamente. Portanto, o gênero enquanto categoria de produção espacial deve ser entendido por entre as expressões e leituras coletivas,

“Se a vida efetiva de um corpo não ocorre em isolamento, podemos dizer que o critério de interdependência se sobrepõe ao critério de individualidade. Isso porque o individualismo confere ao corpo um caráter autossuficiente. A questão é que, para que uma vida prospere, são necessárias condições infraestruturais - como comida, abrigo, acesso a direitos sociais -, e também que essa vida seja reconhecida, respeitada e protegida por redes de relações sociais:” (BROSIN; TOKARSKI, 2017: 109).

Enquanto produto complexo de relações sociais, a definição identitária feminina se dá intimamente ligada à construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional (SILVA, 2003: 34). Através desta vertente de pensamento, o gênero é o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é “ser mulher” e “ser homem”, e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana. Rompendo com a dicotomia, o posicionamento perante a construção do gênero propõe a multiplicidade e as distintas dimensões inerentes à manifestação de poder entre os sujeitos em vários sentidos.

No que se refere ao espaço e sua constante construção, é possível assumir que as distintas espacialidades constituem a história, fazendo parte de um processo de produção social, “esfera epistemológica sobre a qual a Geografia deve debruçar-se como ciência.” (SILVA; CESAR; PINTO, 2015: 23). Dessa maneira, “compreender as relações de gênero a partir de um viés geográfico é reconhecer o espaço como um produto de inter-relações, encarando-o como a esfera

da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual trajetórias distintas coexistem e estão em constante construção.” (SILVA; CESAR; PINTO, 2015: 24). Ressaltando que,

“O fato de as relações de gênero não serem evidentemente materializadas na paisagem contemporânea não significa que elas sejam a-espaciais. A ausência da abordagem de gênero na geografia brasileira se dá muito mais pela limitação em problematizar fenômenos que não estejam expressos materialmente em formas concretas do que pela não-espacialidade da dimensão social das relações de gênero.” (SILVA, 2009b: 81).

Superando uma ideia limitada de análise de mulheres na compreensão do espaço, uma Geografia Feminista atrelada ao reconhecimento da categoria de gênero na leitura das dinâmicas propostas pela compreensão científica dos fenômenos e organizações espaço-temporais, cunha uma perspectiva complexa das relações, constituídas muito além dos silenciamentos, neutralidades e dicotomias. Compreendendo a multidimensionalidade dos sujeitos, bem como do espaço em sua pluralidade em eterna construção, caracteriza claramente uma dimensão espacial. (SILVA, 2009b, pp. 84-85).

Trazendo o argumento de Silva (2000), a Geografia brasileira precisa atentar-se aos movimentos sociais, históricos e espaciais e lançar mão da categoria de gênero como mais um instrumento de análise geográfica, que conseqüentemente reflete e reproduz distintas e múltiplas contextualizações espaciais. Posicionando esta pesquisa de modo a promover uma ação de ruptura com as perigosas (e falsas) universalidades e neutralidades geográficas no que diz respeito à análise e reflexão das trajetórias e constituições socioespaciais, trazendo à tona perspectivas que historicamente vinham sendo silenciadas como forma de contribuir para a manutenção das relações assimétricas de poder presentes no desenvolvimento científico como um todo. Vale lembrar que

“A geografia deve trabalhar no sentido de instrumentalizar para lidar com a espacialidade e com suas múltiplas aproximações, buscando demonstrar a compreensão da vida social refletida sobre os diferentes agentes transformadores do espaço. Desta maneira, é possível que o indivíduo perceba as contradições e os conflitos sociais e avalie as maneiras de apropriação e de organização dos grupos sociais.” (REIS, 2015: 31).

Finalizando esta primeira discussão proposta no decorrer deste trabalho, reafirma-se que a incorporação da categoria gênero na Geografia não significa apenas uma “adição” de outra dimensão, “camada” de análise. Para além disso, fugindo dos possíveis binarismos e determinismos na análise espacial, é necessário impulsionar críticas e novas direções para a construção da ciência geográfica, construindo novos instrumentos, metodologias e posicionamentos. Retomando Calió (1991: 146) “por isso defendemos uma Geografia que analise a formação (de relações de gênero

desiguais), suas interações com o capitalismo e seu impacto sobre os indivíduos, contribuindo para a modificação da análise global da sociedade.

1.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES

A formação da sociedade pressupõe organizações e estruturas históricas que contribuem para a manutenção das relações entre os sujeitos. Neste sentido, faz-se necessário reforçar a presença da violência como elemento basilar no estabelecimento de distintas escalas dos relacionamentos sociais. Conforme levanta Wieviorka (2006), as diferentes formas de violência, assim como as suas representações, não podem ser encaradas como fenômenos a-históricos e destituídos de subjetividade.

A partir disso, é possível retomar o pensamento de Foucault (1988), ao refletir que a violência é um ato de poder, sendo este algo relacional, possibilitado através das desigualdades das relações em sua construção constante. As ações violentas se instalam inerentes às subjetividades de relações econômicas, políticas, de conhecimento, sexuais. O poder está presente na constituição identitária individual e coletiva.

A violência é, portanto, multifacetada. Sendo um produto de um processo social e político, a multidimensionalidade dos fenômenos sociais inerentes à dinâmica violenta é extremamente complexa. Bem como uma geografia, a violência também possui uma sociedade, uma economia, também possui uma temporalidade e uma historicidade, sendo interseccional em seu desenvolvimento e sentido para distintos sujeitos.

Compreendendo a violência enquanto relacional, é possível conceber a construção da dialética entre dominação e inferioridade. Os pilares constituidores das relações mantenedoras da sociedade estão inseridos em bases que centralizam o masculino, trazendo o feminino à margem, exposto à exploração e violação. Enquanto um sistema dinâmico de opressão, as vantagens subjetivas e materiais são concedidas à vivência e ao sujeito masculino. Reafirmando Campos (2016, pp. 66-67), “na divisão social do trabalho, os homens têm maior valor reconhecido em relação às mulheres. Sendo essa divisão regulada por violências múltiplas e variadas, as quais tendem a preservar os poderes que se atribui coletivamente aos homens as custas das mulheres, como o estupro e a violência doméstica.” A violência simbólica impregna corpo e alma das

categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia, como já havia, há muito, revelado. (SAFFIOTI, 2001, s/p). Dessa forma,

“Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum.” (SAFFIOTI, 2001, s/p).

A violência contra a mulher é uma instituição histórica e cultural que permanece no decorrer do desenvolvimento das sociedades. Entende-se que “a violência é uma herança comum, historicamente, a todas as classes sociais, culturais e sociedades, portanto, um fenômeno intrínseco ao processo civilizatório, constituindo como elemento estrutural que participa da organização das sociedades.” (GOMES et al, 2007: 505). Por conseguinte, a violência contra as mulheres se manifesta de diferentes formas, na sobreposição das escalas pública e privada, sendo a mulher exposta a riscos de perda de autonomia sobre o próprio corpo e da independência na vivência como cidadã. Dessa forma, a instituição social que evidencia as práticas de agressão e subserviência feminina na sociedade se imbrica entre as relações cotidianas e as correlações espaciais nas quais as mulheres se inserem. Então,

“(...) a violência praticada contra a mulher assume um enfoque diferenciado, uma vez que é praticada por um agressor que compartilha relações íntimas e afetuosas com a vítima. A aplicação da força física e/ou constrangimento psicológico que se impõe a alguma mulher contra seus interesses, vontades e desejos, resulta em danos à saúde física e mental pela violação da dignidade humana em sua integridade. É produzida sob a organização hierárquica do domínio masculino nas relações sociais entre os sexos, historicamente delimitadas, culturalmente legitimadas e cultivadas, nas quais a mulher está exposta a agressões objetivas e subjetivas, tanto no espaço público como no privado.” (LUCENA et.al, 2012: 1112).

Segundo a Lei Maria da Penha (2006), de maneira geral a violência contra a mulher pode ser definida como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher. No exercício do poder, considerando a binaridade de uma sociedade pautada na manutenção do discurso hegemônico, o masculino oprime, violenta e cerceia a liberdade feminina. Reafirmando Baragatti (2017),

“No exercício do poder os homens detêm o poder de determinar a conduta de mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, tendo tolerância da sociedade para punirem aquilo que consideram como inadequado. Para tal, muitas vezes o homem, enquanto categoria social que domina-explora, exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Os homens, neste sentido, estão autorizados, de maneira permanente, a

realizar seu projeto de dominação-exploração das mulheres.” (BARAGATTI, 2017, pp. 22-23).

Diferentes sujeitos, a depender de seus marcadores sociais construídos histórica e espacialmente, estão envolvidos pelas normas (BUTLER, 2019) que organizam a sociedade, tendo diferentes apropriações e valorizações da materialidade da vida social, constituída através da disparidade dos poderes identitários. “Disso resulta que há diferentes significados quanto à aceitação ou não da violência enquanto norma, além de revelar diferentes maneiras de se conseguir apoio social e possibilidades materiais para o enfrentamento da violência.” (BARAGATTI, 2017, pp. 23-24). Logo,

“Os números explicitam a magnitude do problema e as inúmeras consequências à saúde física e mental, além de perdas potenciais no campo do desenvolvimento pessoal, social, afetivo e econômico. A violência perpetrada contra as mulheres é uma das manifestações extremas das relações sociais desiguais entre os sexos. Desse modo, a violência baseada no gênero tem se constituído um fenômeno social que influencia sobremaneira o modo de viver, adoecer e morrer das mulheres.” (LUCENA et.al, 2012: 1112).

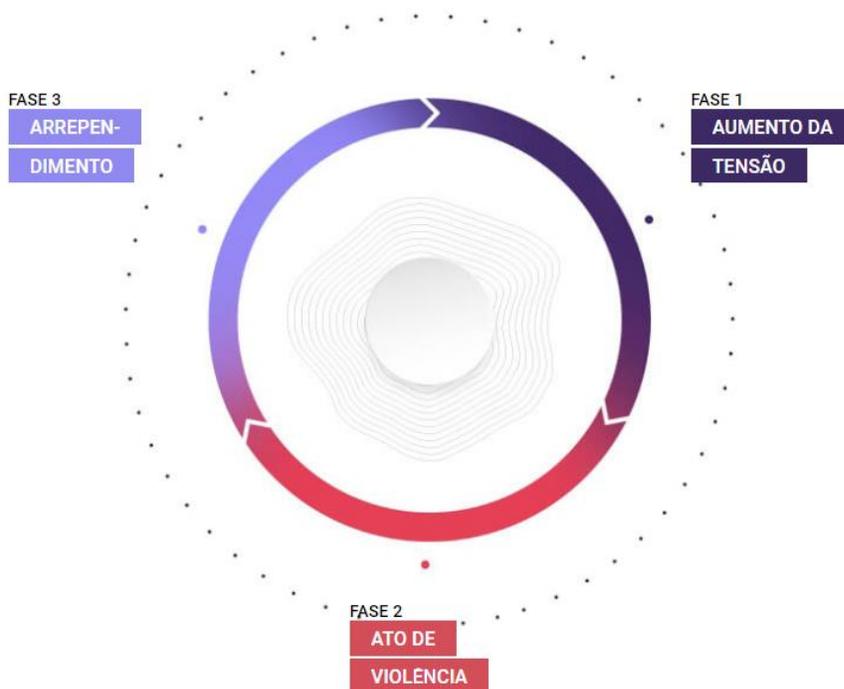
“Com efeito, paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição, inscrito nas relações de gênero. Embora se trate de mecanismo de ordem social, cada mulher o interpreta singularmente. Isto posto, a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato violento situa-se no terreno de individualidade (SAFFIOTI, 2015: 80).” Nota-se, portanto, o caráter multidimensional e relacional da violência, de acordo com as marcas sociais e vivências identitárias construídas por diferentes mulheres em distintas espacialidades. Além disso, quando ocorrida numa relação afetiva, a ruptura da violência contra a mulher demanda, via de regra, intervenção externa. “Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que isto ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela.” (SAFFIOTI, 2015: 84).

A partir disso, observa-se a manutenção do chamado “ciclo de violência” (WALKER, 1979). Na compreensão da multiplicidade das dinâmicas de violência, Walker (1979) propõe que este ciclo que se caracteriza por fases⁵, nem sempre fáceis de se detectar, nem sempre ocorrendo da mesma forma com todas, e que se mesclam com fatores sociais, culturais e individuais,

⁵ O ciclo da violência se repete novamente em intervalos de tempo cada vez menores e em situações cada vez mais graves. Os atos violentos se tornam mais intensos, até que ela comece a perder a confiança nas promessas do marido e tente terminar o relacionamento. Este é o momento em que ela corre mais risco.

dificultando a segurança desta mulher (e daqueles que se relacionam e porventura constituem uma relação de dependência com ela). A Figura 1 representa um esquema, cíclico, da violência.

Ilustração 1 - Ciclo da violência (Walker, 1979)



Fonte: Instituto Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em 17 de maio de 2021.

Aprofundando a compreensão sobre cada fase, tem-se:

- **Primeira fase - aumento da tensão:** o agressor fica tenso, irritado e agressivo por qualquer motivo (ou sem motivação aparente), tendo acessos de raiva. Os conflitos dimensionam para uma tensão e uma insegurança nas quais a mulher é responsabilizada pelo que acontece, sendo a protagonista do desequilíbrio da relação. Neste momento, a postura feminina tende a atenuar o conflito, buscando alternativas de estabilização e, muitas vezes, se auto culpabilizando.
- **Segunda fase- ato de violência:** Esta fase corresponde à explosão do agressor, ou seja, a falta de controle chega ao limite e leva ao ato violento. Aqui, toda a tensão acumulada na Fase 1 se materializa em violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. Neste momento a mulher pode apresentar sintomas de estresse pós-traumático, ansiedade,

confusão, paralisia e medo. Outros problemas de saúde podem estar relacionados a esta etapa do ciclo de violência. Além disso, é possível que como forma de reação, a mulher busque ajuda, denunciando a violência.

- **Terceira fase - Arrependimento:** A conhecida “lua de mel”, fase em que o agressor apresenta uma “trégua” com relação à vítima, tornando-se amável para conseguir a reconciliação. O remorso demonstrado por ele faz com que ela se sinta responsável, criando um vínculo de dependência entre os dois. A mulher se sente confusa e pressionada a manter o seu relacionamento diante da sociedade, sobretudo quando o casal tem filhos, ou quando as situações de dependência patrimonial ou financeira, por exemplo, são mais acentuadas.

Através do modelo proposto por Walker (1979), é possível notar as amplas dimensões de poder inerentes à manutenção do ciclo de violência. Para além disso, a construção de papéis sociais, defendidos historicamente e socialmente em prol da manutenção de uma sociedade centrada no poder masculino, constituem barreiras impeditivas às mulheres, na busca por liberdade e garantia de sobrevivência aos ciclos violentos. “A desigualdade de gênero influencia os comportamentos de busca de ajuda das mulheres em situação de violência doméstica por parceiro íntimo e dos profissionais que as atendem, bem como a elaboração das políticas públicas específicas para essa parcela da população.” (BARAGATTI, 2017, pp. 23-24). Dessa forma, a violência enquanto ação transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com a finalidade de dominação, exploração e opressão. A violência encara o dominado enquanto um “objeto” e não necessariamente um sujeito protagonista da ação, fortalecendo o silenciamento e a dependência daquele que sofre a violência. Nesse sentido, o ser dominado perde sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como “capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir”.

Compreendendo a construção social histórica do gênero, de forma a entender a persistência de uma perspectiva binária no que diz respeito às identidades dos corpos e das relações estabelecidas entre os sujeitos, o feminino encontra-se subjugado à lógica dominante, masculina. Neste sentido, a identificação das mulheres à exploração e à opressão se faz de maneira constante, sendo continuamente reafirmadas por ações violentas e pela destituição da autonomia de seus corpos.

Para além da violência física e psicológica, comumente associada a situações de violência de gênero, a violação sexual se faz cada vez mais presente na vivência feminina. Encaradas

enquanto objetos de expressão do poder, a violência sexual contra as mulheres pode ser interpretada como uma ação não somente contra o corpo, mas contrária à toda a subjetividade e possibilidade de reação e resistência feminina frente à imposição do masculino, do dominante. Reafirmando Davis (2017), “o estupro tem relação direta com todas as estruturas de poder existentes em determinada sociedade. Essa relação não é simples, mecânica, mas envolve construções complexas que refletem a interligação da opressão de raça, gênero e classe característica da sociedade.” (DAVIS, 2017: 49).

A banalidade inerente às ocorrências, bem como da maneira como esta violência é lida, coloca a mulher em posição de extrema vulnerabilidade. A reação da sociedade perpassa o julgamento e o questionamento acerca de qualquer resquício de culpabilidade que a vítima possa contar em seus atos, interpretações, identidades ou reações frente à violência cometida. Para além da violação sexual, a mulher é violada perante a sociedade e à maneira como o Estado, bem como outros atores sociais, se posicionam frente à denúncia.

Apesar deste subcapítulo não estar voltado às análises dos dados coletados através da plataforma oficial do SISNOV, é de extrema importância levantar a importância de o fato da maioria das notificações de violência ser envolvida em dinâmicas familiares, em espaços privados. É necessário compreender que,

“No capitalismo, a noção de espaço privado é constituída como um pré-requisito da intimidade da família. E, dentro da unidade familiar, estrutura-se mais uma relação generificada de poder. Ademais, família como uma entidade singular tem direitos de não sofrer interferência do Estado no que se refere à regulação e ao controle dos membros de sua esfera privada, o que reforça a autoridade dos maridos sobre as esposas e dos pais sobre os filhos, como sua propriedade. A privacidade no espaço privado acaba sendo um direito dos indivíduos adultos e chefes de família masculino de poder sobre aqueles que, seja pela idade, gênero ou condição de servidão, são vistos como legitimamente controlados por eles, tendo sua existência limitada à esfera de privacidade do patriarca.” (HELENE, 2019: 958).

As mulheres estão atreladas a funções privadas, domésticas, necessárias à reprodução do trabalho não pago, baseado no discurso do cuidado, do afeto (FEDERICI, 2017). A dicotomia do espaço público e do ambiente doméstico prevalece na organização das relações femininas, de maneira a expor a desigualdade no acesso e na manutenção de ambos. “O grau de sujeição (poder legitimado culturalmente) das mulheres em relação aos homens é correlato ao grau em que a dicotomias público/doméstico, masculino/feminino, cultura/natureza e público/privado são destacadas. Essas dicotomias recebem tanto conotações como são usadas para organizar a vida

social de maneiras distintas em diferentes períodos/territórios.” (HELENE, 2019: 959). Através desta perspectiva,

“Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a “lugares” e “tempos” distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos - incluídos ou diretos à publicidade e à privacidade - permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra.” (MIGUEL; BIROLI, 2014: 33).

“Se o espaço privado fosse um local de refúgio seguro para as mulheres, que são constantemente excluídas do espaço público, esse não seria o local de maior violência e morte feminina. Ou seja, entender que tanto o espaço público como o privado são marcados por hierarquias de gênero que dão poder àqueles reconhecidos como homens” (HELENE, 2019: 959). “Estabelecido o domínio de um território, o chefe, via de regra um homem, passa a reinar quase incondicionalmente sobre seus demais ocupantes. O processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico” (SAFFIOTI, 2015: 76). Destituídas de autonomia e protagonismo sobre seus corpos, as mulheres em situação de violência padecem do silenciamento, da culpabilização e do julgamento perante as dinâmicas violentas as quais estão permanentemente inseridas através da lógica de desenvolvimento espacial e das decorrentes relações de poder. Dessa forma,

“As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição ao masculino, sejam pais ou maridos.” (SAFFIOTI, 2015, pp. 79-80).

Apesar do espaço doméstico estar diretamente relacionado com as construções identitárias de gênero no que diz respeito à leitura social do ser feminino, as mulheres não estão seguras, uma vez que o ambiente privado não constitui um espaço de dominação e de protagonismo de poder delas. “Ainda que o domicílio se constitua em lócus privilegiado do exercício da violência contra a mulher, como forma de controle social e de reafirmação do poder, deve-se considerar que o “inimigo” da mulher não é o homem, mas toda a organização social de gênero, alimentada e reforçada na disseminação da desigualdade” (AUDI et al, 2009: 591). “Os obstáculos para que as mulheres deixem relacionamentos e lares violentos têm como componente importante, embora não

exclusivo, o fato de que, em virtude das normas de gênero historicamente construídas, sua posição relativa implica condições materiais e cotidianas desvantajosas e de maior vulnerabilidade em relação aos homens” (BRIOLI, 2020: 44).

“Embora a violência de gênero ocorra a partir de situações complexas, em que vários fenômenos intervêm, estes nem são da mesma natureza nem apresentam a mesma capacidade de determinação, mas denotam a supremacia da masculinidade.” (SAFFIOTI, 2001). É possível assumir que a dominação masculina, legitimada pela ação de discursos produtores de normas e regulações dos corpos, é materializada através de um poder violento de opressão e controle dos sujeitos colocados marginalmente à reprodução social. “Se o poder se articula segundo o "campo de forças", e se homens e mulheres detêm parcelas de poder, embora de forma desigual, cada um lança mão das suas estratégias de poder, dominação e submissão.” (ARAÚJO, 2008; SAFFIOTI, 2001).

Portanto, a violência de gênero não deve ser encarada enquanto um fenômeno único, uma vez que apesar das semelhanças no que diz respeito à algumas ações violentas, ela não ocorre da mesma forma em distintos contextos, havendo singularidades inerentes aos sujeitos envolvidos. “Apesar da presença comum do fator predominante – a desigualdade de poder nas relações de gênero - cada situação tem uma dinâmica própria, relacionada com os contextos específicos e as histórias de vida de seus protagonistas.” (ARAÚJO, 2008).

Assumindo a postura hegemônica, violenta e atrelada aos interesses assumida pelo Estado, levanta-se o questionamento acerca da amplitude das ações governamentais no que diz respeito à diminuição da violência de gênero, uma vez que no decorrer deste trabalho são levantados argumentos que caminham para a compreensão que a postura do Estado auxilia na manutenção da violência contra as mulheres, uma vez que cerceia as liberdades individuais e coletivas através do constante silenciamento, material e simbólico, dos sujeitos femininos.

1.2.1 O avanço legal no combate à violência contra a mulher no Brasil

O conceito "violência contra a mulher" começa a ser utilizado no Brasil no decorrer da década de 1970, com o avanço dos movimentos sociais, e rapidamente difundiu-se através de manifestações que denunciavam a violência e o assassinato em larga escala de mulheres, legitimados socialmente por conta da permanente impunidade de seus agressores e assassinos,

comumente absolvidos em nome da “defesa da honra” (GROSSI, 1998 apud. ZARBATO, 2015: 389).

Com o fortalecimento do movimento feminista no Brasil, em meados da década de 1970, se consolidaram ações cujos reflexos foram sentidos na tentativa de incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas governamentais, na busca pelo estabelecimento de pautas que fossem específicas e direcionadas ao público feminino. Segundo Leandro (2014),

“As conquistas do movimento feminista em conjunto com o Estado para implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres surgiram na década de 1980. Em 1985 foi inaugurada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher e criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). No ano seguinte, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e a primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de risco de morte foram criadas, consolidando as primeiras ações do Estado para a promoção dos direitos das mulheres no país.” (LEANDRO, 2014: 12).

Para haver a proposição de políticas públicas de gênero, é necessário que se estabeleça o sentido das mudanças que se pretende, sobretudo, com vistas a contemplar a dimensão de autonomia das mulheres, e para que as políticas públicas possam ter manutenção eficaz em suas condições de aplicabilidade, é necessário que a Constituição garanta mecanismos de efetivação. Neste sentido, “a Constituição de 1988 foi um marco no processo de redemocratização ao instituir e consolidar avanços relevantes no que tange à ampliação de direitos das mulheres e no estabelecimento das relações de gênero mais igualitárias.” (LEANDRO, 2014: 2).

No âmbito do executivo federal, as políticas são efetivadas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, que por sua vez constitui o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Anteriormente, as ações de enfrentamento contra a violência de gênero eram atribuídas a profissionais vinculados ao atendimento e manutenção das casas-abrigo e das delegacias especializadas (DEAMS).

Além desses organismos, as políticas públicas passam a ser orientadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), desdobradas pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres, sejam elas estaduais ou municipais. Dessa forma, as diferentes escalas das políticas públicas voltadas às mulheres (federal, estadual e municipal) devem estar articuladas com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), utilizando-o como parâmetro para a formulação de novas ações governamentais de igualdade de gênero.

No sentido das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, segundo Leandro (2014), entre os anos de 1985 e 2002, o foco das ações residiu na criação de Delegacias

especializadas e Casas Abrigos, em integração a mecanismos de segurança e assistência. “Esta ênfase de atuação possibilitou o surgimento do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, no ano de 2002, que era gerenciado pela Secretaria de Estado de Direitos da Mulher, mantendo o vínculo com o Ministério da Justiça.” (LEANDRO, 2014: 12).

Já em 2003, é criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), marco que efetivou o surgimento de novos serviços como Centros de Referência de Atendimento às Mulheres, Defensorias da Mulher, Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor e Promotorias Especializadas, por exemplo. Além de propor a construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência. (LEANDRO, 2014).

Ainda segundo Leandro (2014), entre os anos de 2004 e 2007, após a realização da I e II Conferência de Políticas para Mulheres e posterior construção coletiva dos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, a rede de atendimento pautada no enfrentamento às situações de violência, deixa de permanecer apenas nas dimensões de segurança pública e assistência social, e passa a envolver outros setores do Estados. Neste contexto, em 2006 é criada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), uma conquista importante que obriga o poder público a investir em mecanismos de prevenção e apoio às mulheres.

“(…) esta lei proporcionou mudanças relativas ao atendimento das mulheres nos serviços públicos, pois reconhece a situação de violência doméstica como uma violação de direitos humanos das mulheres e possibilita a caracterização da violência como um crime, estabelecendo várias formas de violência doméstica como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.” (TELES, 2010 apud. LEANDRO, 2014).

Antes da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher era tratada como um crime brando, enquadrada na Lei n. 9.099/1995. De punição extremamente banalizada, esta lei geralmente reduzia o cumprimento da pena a cestas básicas ou trabalhos comunitários. Não havia nenhum dispositivo legal que regulamentasse a punição mais rigorosa do autor da violência, ampliando o sentimento de impunidade e aperfeiçoando a manutenção de relações violentas e de dependências as quais as mulheres estavam expostas.

Sancionada em 2006, a Lei Maria da Penha⁶ (Lei nº 11.340/06) conta com 46 artigos, criando mecanismos para prevenir, coibir e punir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, de acordo com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais

⁶ É possível conferir a Lei na íntegra e comentada em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/lei-maria-da-penha-na-integra-e-comentada.html#:~:text=11.340%2F2006,%2C%20sexual%2C%20patrimonial%20e%20moral>.

ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher).

Com a aprovação da Lei Maria da Penha, avanços passaram a ser praticados na organização dos serviços voltados ao combate à violência contra a mulher no Brasil. Dentre eles, a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres⁷, que diz respeito à atuação articulada entre as instituições, serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias de prevenção e de políticas que garantam a construção da autonomia das mulheres; além de que a rede de atendimento faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam a ampliação e a melhoria da qualidade do atendimento, a identificação e o encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência, em consonância com a integralidade e a humanização do atendimento.

Outro avanço legal extremamente importante a ser mencionado neste trabalho é a promulgação da Lei 13.104/15⁸, popularmente chamada de “Lei do Femicídio” uma vez que sua oficialização auxilia na manutenção e articulação de uma rede de atendimento à mulher em Campinas com a participação de outros setores da sociedade.

Criada a partir de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito⁹ (CPMI) sobre Violência contra a Mulher do Congresso Nacional, que investigou a violência contra as mulheres nos estados brasileiros entre março de 2012 e julho de 2013, a Lei do Femicídio criminaliza o assassinato de mulheres cometidos em razão do gênero, alterando o Código Penal

⁷ Recentemente, a Lei Maria da Penha passou por uma atualização de extrema importância. O que ocorre é que desde sua criação, em 2006, a lei protegia apenas mulheres cisgêneras da violência doméstica e familiar. As mulheres trans e travestis, por sua vez, continuavam sem nenhum tipo de respaldo legal para a denúncia da violência e a punição de seus agressores. Contudo, em abril de 2022, por unanimidade, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que a Lei Maria da Penha se aplica aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transexuais. O colegiado considerou que a lei trata de **violência baseada em gênero, e não no sexo biológico**.

⁸ É possível conferir a Lei na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm

⁹ Segundo o site oficial do Congresso Nacional Brasileiro, a CPMI pode ser designada para “a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”. Prevista no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, é criada mediante requerimento de um terço dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e possui poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. O número de membros das CPMI é fixado no ato de sua criação, devendo ser igual a participação de Deputados Federais e Senadores.” Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/entenda-as-comissoes-mistas>

Brasileiro. Com ela, o feminicídio passa a ser classificado enquanto crime hediondo, exigindo penalidades mais altas.

Além disso, a aprovação da Lei do Feminicídio no ano de 2015 proporcionou avanços importantes no que diz respeito ao reconhecimento da violência contra a mulher no Brasil. A maior visibilidade do tema passa a ser evidente, não somente nos veículos oficiais, mas na tentativa de ampliação da discussão sobre o tema pela sociedade como um todo. Outro ponto de extrema relevância é que a partir deste marco legal, inevitavelmente articulado ao avanço anterior, reside no maior acesso às estatísticas, e não somente em sua divulgação, como também na compreensão das dimensões necessárias de serem recolhidas e analisadas acerca da temática sobre a violência contra a mulher e a pluralidade dos fenômenos e relações inerentes às dinâmicas violentas.

Em consonância com o ponto levantado anteriormente, no que diz respeito às informações sobre a violência contra a mulher, especialmente as que se relacionam ao trabalho desenvolvido através do SISNOV, é possível notar que a partir do ano de 2015, ano da promulgação da Lei do Feminicídio, a plataforma passa por uma organização da compilação dos dados, com a padronização de categorias e resultados publicados.

1.3 O ESPAÇO RELACIONAL E MULTIESCALAR IMPLICADO NA DINÂMICA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Através do olhar posicionado em uma Geografia Feminista, trazendo à tona o protagonismo dos sujeitos, bem como a multiplicidade das identidades constituidoras das relações sociais, assume-se neste trabalho a coerência com os propósitos defendidos por Massey (2008), no que diz respeito à multidimensão e a construção constante do que pode ser compreendido enquanto espaço relacional.

Para tanto, faz-se necessário ressaltar alguns pressupostos para que a partir deles a discussão que permeia as constituições violentas das espacialidades na cidade de Campinas possa ser compreendida por entre este viés teórico. O primeiro deles se alinha com o fato que o espaço é produto de inter-relações, constituídas por interações, evidenciando a multiescalaridade relacional. Em seguimento, em concordância com Massey (2008), o espaço é concebido enquanto a esfera da possibilidade, da existência da multiplicidade, em coexistência com a heterogeneidade. “Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se o espaço é, sem dúvida, o

produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos.” (MASSEY, 2008: 29). Neste momento, é possível traçar uma relação com o pensamento trazido por Rose (1993), ao pontuar que o espaço não é único em sua composição e decorrerá em distintas maneiras de vivência e identificação a partir da subjetividade e das marcas sociais inerentes aos sujeitos que o constituem. Por isso,

“Não é possível falar de um único espaço, experimentado por todas as pessoas de modo universal. Com isso, não é possível conceber o espaço de forma total, assim como a sociedade. Até porque as interações cotidianas entre as pessoas e objetos (definidoras dos modos de apropriação) suscitam um determinado tipo de conhecimento consciente, subconsciente e ideológico que promove ações que produzem e reproduzem a estrutura social, econômica, política e cultural.” (ROSE, 1993 apud. ROSSANA, 2015: 76).

O terceiro e último ponto necessário para orientar os debates circunscritos no decorrer desta dissertação, é o reconhecimento do espaço como estando em constante construção. Sendo um produto social, evidentemente reflete as práticas materiais e subjetivas dos sujeitos em consonância com suas relações sociais. “Dessa forma, o espaço não existe antes de identidades/ entidades e de suas relações” (MASSEY, 2008: 30), sendo integrante da constituição das mesmas. Em resumo,

“Não apenas a história, mas também o espaço é aberto. Nesse espaço aberto interacional há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação (ou não, pois nem todas as conexões potenciais têm de ser estabelecidas), relações que podem ou não ser realizadas. Aqui, então, o espaço é, sem dúvida, um produto de relações, e para que assim o seja tem de haver multiplicidade. No entanto, não são relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo já está relacionado com tudo. O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre-já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo.” (MASSEY, 2008: 32).

Por meio da articulação dos três principais pressupostos defendidos por Massey (2008), é possível inferir que enquanto sujeitos, estamos, inevitavelmente, construindo espaços. “Se o espaço deve, realmente, ser pensado relacionalmente, então ele não é mais do que a soma de nossas relações e interconexões e a ausência delas; ele também é, absolutamente, “concreto” (MASSEY, 2008: 260). Esta construção reside em coesões temporárias das articulações relacionais, estando inseridas em uma trama ilimitada de multiplicidade de trajetórias. Assumindo a interseccionalidade do processo, os caminhos constituintes das espacialidades possuem fraturas, conflitos, rupturas que demonstram a não aplicabilidade de um projeto único de política espacial, uma vez que a

perspectiva totalizante das ações acaba por minar a pluralidade inerentes aos sujeitos que compõem o espaço e ativamente o constituem em múltiplas facetas.

“Uma política relacional de lugar, então, envolve tanto as inevitáveis negociações apresentadas pelo encontra-se ao acaso quanto uma política dos termos de abertura e fechamento.” (MASSEY, 2008). Neste sentido, a compreensão de que entidades e identidades são produzidas coletivamente através de práticas que formam relações, e são essas práticas e relações que a política deve enfatizar, sendo essencial para compreender a dimensão política do espaço, bem como pensar ações que evidenciam a multiplicidade inerente às espacialidades. É notável que o quanto uma possível romantização, ou homogeneização do espaço e de suas múltiplas constituições demonstra o perigoso risco de se cair em normalidades e discursos rasos no que diz respeito a vivacidade e ao eterno processo de devir do espaço e de suas decorrentes espacialidades.

Através do posicionamento relacional de política espacial, trazendo à tona a necessidade de uma análise interseccional dos sujeitos e das suas decorrentes relações, é possível assumir a ocorrência de múltiplas violências, atreladas ao simbolismo e às próprias concepções espaciais advindas de distintos corpos. Dessa forma, o “ordinário” (tudo aquilo que se supõem que não é importante, mas que é necessário para a sustentação da vida), é configurado e às vezes configura as geografias. Este registro espacial dá conta das espacialidades e da centralidade não somente do gênero, mas também de outros marcadores sociais dos sujeitos, ao sustentar e romper violências. De encontro com a leitura realizada por Tavares (2015), no referente a manutenção das relações de poder, é possível associar que

“Foucault (1984) nos lembra que os múltiplos e periféricos corpos constituídos pelos efeitos do poder são sujeitos fundamentais para entender os processos de dominação, e, no nosso caso, como se espacializam e interferem material e socialmente no espaço urbano. Por essa razão, nosso objeto de análise é basicamente as mulheres de forma coexistência diante das desigualdades de gênero. Sabemos quais são as regras e normas, já que somos um efeito do poder, “pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu.” (FOUCAULT, 1984 apud TAVARES, 2015: 103).

Além dos marcadores sociais, a própria violência inerente às relações espaciais constitui o “ordinário”, presente na assimetria dos sentidos diferenciais do poder (FOUCAULT, 1984). Logo, a dinâmica violenta do cotidiano por muitas vezes passa despercebida aos olhares "desatentos" do saber geográfico, o que tende a esvaziar os sentidos de espaço e da potencialidade dos sujeitos que o constituem. Numa visão do espaço como dinâmico, como registro da pluralidade e da possibilidade, é crucial para a compreensão de sua multidimensionalidade as possíveis ações

necessárias para uma política emancipatória do espaço. Para o futuro ser aberto, o espaço deve ser aberto também (MASSEY, 2008).

O espaço relacional, em sua complexidade, pode ser preenchido inúmeras vezes, de diversas maneiras, em cada uma de suas coordenadas, a depender das trajetórias plurais que o constituem (PIERCE, 2019). O espaço vivo, efervescente, inclui todos os emaranhados de relações que já foram e os que ainda serão. Enquanto vivos, em constante mudança e atividade, os corpos constituidores das espacialidades plurais possuem possibilidades de subverter discursos espaciais dominantes, seja na esfera do individual, seja na perspectiva coletiva. São estas possibilidades que podem estar alinhadas com atividades permanentes de criação de vida, evidenciando o protagonismo dos sujeitos, numa apropriação das relações e de novas maneiras de constituir espacialidades.

Dessa forma, materialidade do espaço, que é ocupado por estruturas e seus decorrentes simbolismos, constitui simultaneamente outras espacialidades (PIERCE, 2019). Um mesmo local oferece inúmeras maneiras de se relacionar com os sujeitos que o perpassam, ocupam, deslocam-se através dele. Dessa forma, o espaço pode ser aberto, contudo, em determinado contexto histórico, por meio de específicas trajetórias múltiplas, os caminhos nunca serão os mesmos, assim como terão significados e potencialidades distintos, na perspectiva dos corpos que os constituem.

Através de um espaço relacional (MASSEY, 2008), é possível aproximar o debate trazido por Butler (2019), que sugere a discussão acerca da simultaneidade plural no sentido da garantia de possibilidades (PIERCE, 2019). Logo,

“A diferença como relação social pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo. O conceito se refere ao emaranhado de narrativas coletivas compartilhadas dentro de sentimentos de comunidade, seja ou não essa “comunidade” constituída em encontros face a face ou imaginada.” (BRAH, 2006: 363).

A constituição plural das espacialidades permanentemente construídas requer um tipo de espaço que possa ser simultaneamente habitado e vivenciado pelos sujeitos. Então, a multidimensionalidade das relações propicia diferentes percepções e relações estabelecidas. “A subjetividade – o local do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processos ganha significado ou é

experimentada como identidade. As identidades são marcadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o sujeito” (BRAH, 2006: 371).

Assim como o espaço, sua identidade não é fixa nem singular, ela é uma multiplicidade relacional em constante mudança. Contudo, é necessário pontuar que as construções narrativas acerca das subjetividades e seus padrões de identidades específicos, proporcionam distintos conjuntos de características individuais, coletivas, sociais e históricas. “De fato, a identidade pode ser entendida como o próprio processo pelo qual a multiplicidade, contradição e instabilidade da subjetividade é significada como tendo coerência, continuidade, estabilidade; como tendo um núcleo – um núcleo em constante mudança” (BRAH, 2006: 371).

CAPÍTULO 2
AS ORGANIZAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS DA
URBANIZAÇÃO DE CAMPINAS COMO
MATERIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER

Eu hoje represento o folclore
Enrustido no metrô
Da grande cidade que está com pressa
De saber onde eu vou
Sem essa
Eu hoje represento a cigarra
Que ainda vai cantar
Nesse formigueiro quem tem ouvidos
Vai poder escutar
Meu grito
Eu hoje represento a pergunta
Na barriga da mamãe
E quem morre hoje, nasce um dia
Pra viver amanhã
E sempre
Luz del fuego (Rita Lee, 1975)

2. AS ORGANIZAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS DA URBANIZAÇÃO DE CAMPINAS COMO MATERIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Neste segundo capítulo estarão presentes discussões pertencentes ao contexto de desenvolvimento urbano de Campinas, bem como sua organização perante o simbolismo masculino, de manutenção violenta aos corpos compreendidos enquanto femininos. Para além disso, são apresentadas questões que proporcionam a identificação de elementos interseccionais relacionais das espacialidades urbanas, com o intuito de contribuir com o escopo necessário para as discussões pertencentes ao último capítulo.

Além disso, aqui apresenta-se a mirada macrorregional da análise espacial que se segue, trazendo à tona elementos articuladores com o debate acerca dos equipamentos públicos de atendimento à mulher adulta em situação de vulnerabilidade decorrente da violência em Campinas.

2.1 O SIMBOLISMO URBANO MASCULINO E O HISTÓRICO DE TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

O município adotado enquanto escala espacial deste estudo, Campinas, possui uma história espacial que acompanha as tendências da urbanização brasileira, cujo processo expõe o peso dos impulsos modernizantes para a dinâmica urbana dos mais pobres, uma vez que a defesa de um

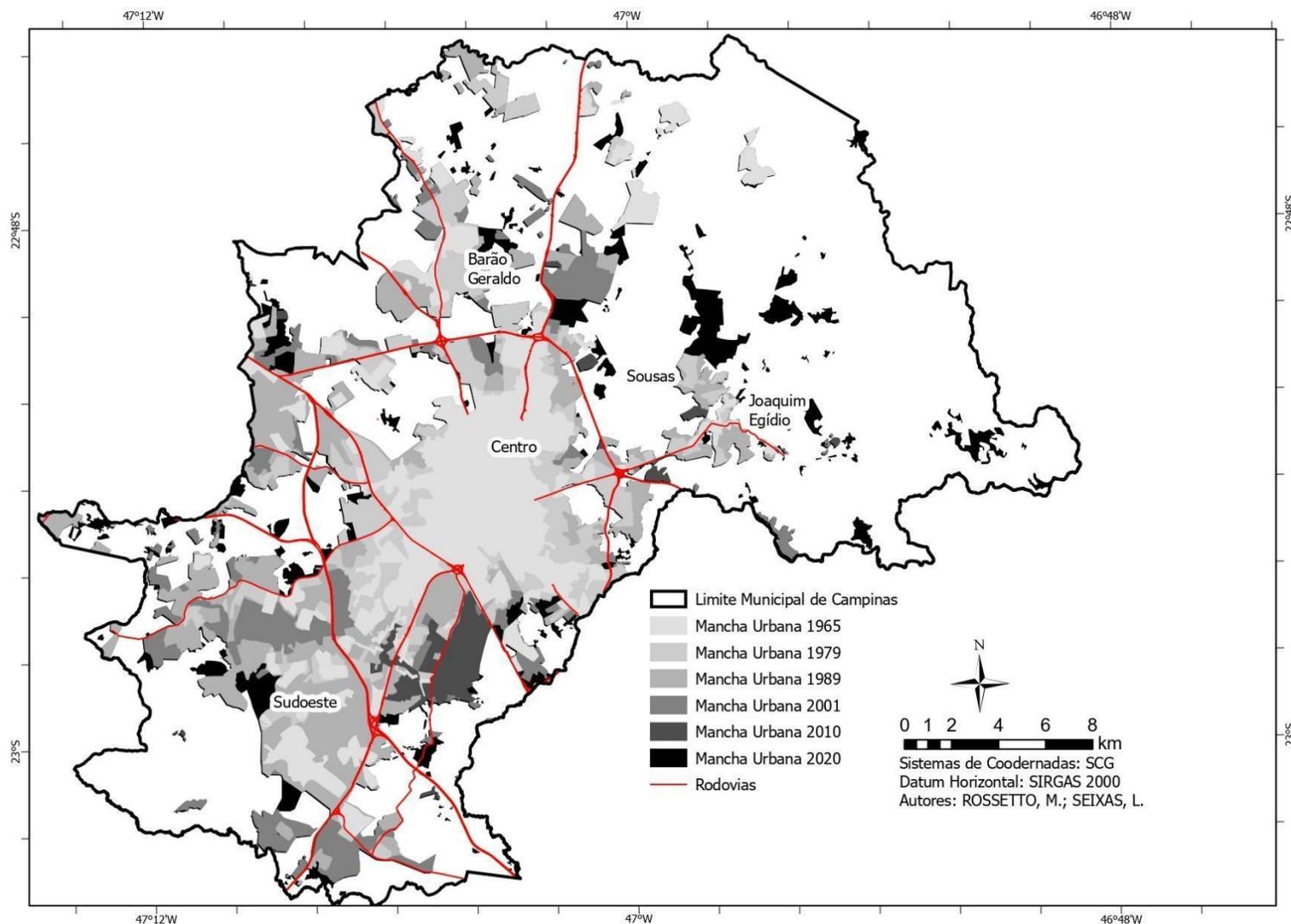
espaço mais justo esbarra nas lógicas de uma cidade corporativa e fragmentada (SOUZA, 2013). Aqui, reafirma-se que o espaço está organizado porque está estruturado em redes de relações sociais e econômicas, em redes de vias de transporte e de comunicação e em redes urbanas. Falar em organização significa, também, ressaltar a hierarquização dos lugares, dos espaços e consequentemente, dos sujeitos.

Sendo a segregação uma característica primordial do desenvolvimento da estrutura urbana, sua materialidade concretiza a ação do capital, promovendo simbolismos que evidenciam a reprodução do espaço baseada na exploração e subalternação de gênero, auxiliando na manutenção das desigualdades, uma delas, a de gênero, o enfoque deste trabalho.

No caso específico deste trabalho, sabe-se que a mancha urbana de Campinas possui uma região mais central que apresenta uma urbanização consolidada, com áreas adensadas, onde se concentram as atividades comerciais, de serviços e institucionais, e o uso residencial de médio e alto padrão (...). Na porção Leste na direção dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, encontram-se ainda áreas desocupadas (...). Mais ao Norte encontra-se o distrito de Barão Geraldo, que abriga a Universidade Estadual de Campinas, apresentando uma concentração de alta e média renda, áreas em grande processo de valorização imobiliária (...). E por fim, a porção Sudoeste do município é caracterizada por uma ocupação rarefeita, de baixo padrão ocupacional e população de baixa renda, apresentando grande tendência de intensificação deste padrão. (CAIADO; PIRES, 2006).

“O processo de abandono da área central pelas camadas de renda mais elevadas e pelo comércio e serviços destinados a essa população (...) criando as ‘novas centralidades’, são algumas das características do tecido urbano que se generalizam, nos anos 90, na Região Metropolitana de Campinas.” (CAIADO; PIRES, 2006: 286). A concentração de renda na cidade de Campinas está localizada no eixo Norte-Nordeste, enquanto que as classes de renda mais baixas estão mais presentes na Região Oeste e Sul do município. “No ciclo de ocupação campineira, as classes mais abastadas também saíram do centro em direção às áreas periféricas e, com isso, aqueles que habitavam nos flancos da cidade acabaram se deslocando” (SOUZA, 2013: 50), conforme é possível observar no mapeamento histórico presente na representação da Figura 1.

Figura 1- Avanço histórico do desenvolvimento da mancha urbana de Campinas (1965-2020)



Através da breve leitura do mapa, nota-se a mancha urbana de Campinas expandiu-se através de sua centralidade, alcançando as áreas mais afastadas nos últimos 50 anos. Helene (2012) define que há uma divisão entre a região rica e a pobre em Campinas: “antes” e “depois” da Avenida Anhanguera – a “Campinas de cá e a de lá”. O “depois da Avenida Anhanguera” é composta pelas regiões Noroeste, Sudoeste e parte da região Sul.” (BRASCO, 2020). “Essa expansão aconteceu concomitantemente com a extinção das linhas de bonde, principal transporte coletivo até então, e a ampliação das vias urbanas rodoviárias. Além disso, foram construídos conjuntos e loteamentos habitacionais para as classes trabalhadoras distantes da cidade urbanizada, principalmente na região sudoeste.” (EMILIANO, 2006: 43).

A lógica de fragmentação do urbano através dos interesses do Estado, que direciona o planejamento da cidade para sua própria reprodução enquanto mercadoria, de encontro à dominação assimétrica da classe dominante, alinhada aos programas de desenvolvimento com enfoque em políticas de crescimento econômico para as grandes empresas (BRASCO, 2020), promove o detrimento de quaisquer necessidades da população permanentemente carente de políticas públicas de redução da vulnerabilidade da população historicamente marginalizada. Sendo que

“Dentro desta lógica, uma das consequências são os intensos processos de periferização em meio aos investimentos realizados em infraestrutura e empreendimentos de grande porte. Tais aplicações provocam valorização do espaço e, quando nele reside população de baixa renda, esta se vê sendo expulsa, imediatamente forçada ou gradativamente, pela elevação do preço da terra e de outros meios de existência e serviços essenciais.” (BRASCO, 2020: 431).

Compreendendo que o avanço da mancha urbana de Campinas apoia-se nos impulsos modernizantes do Estado brasileiro em um contexto de imposição ditatorial militar, é possível inferir que “o Estado utilizou o planejamento urbano como suporte burocrático do terror para introjetar a disciplinarização no cotidiano das cidades.” (HELENE, 2020: 2). Dessa forma, observa-se que a morfologia urbana simboliza em sua materialidade a tradução de uma ordem moral imposta, legitimada através da rede desigual de poder entre os sujeitos e suas ações.

Neste sentido, o desenvolvimento urbano se concretiza através da negação do que é identificado enquanto marginal. A chave do processo é condicionada “pela propriedade privada da terra, que é de importância fundamental para a produção da dinâmica urbana.” (BRASCO, 2020: 431). As consequências socioespaciais deste movimento evidenciam-se na manutenção da organização da cidade, trazendo à tona a falsa sensação da neutralidade facetada através do “tempo-mercadoria”, que segundo Lefebvre, concretiza “o tempo de compra e venda, o tempo comprado e vivido” (LEFEBVRE, 2008b: 28). Essa política espacial “concebe o espaço como homogêneo e vazio produz a indiferença às diferenças.” (TAVARES, 2015: 86). Logo,

“A política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, redes e fluxos. Tal representação fundamenta-se numa logística de uma racionalidade limitada, e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo-os, os espaços diferenciais do urbano e do “habitar.” (LEFEBVRE, 2008b: 51).

De encontro com Alves (2013), é possível afirmar que a cidade é produto do seu tempo, do debate político sobre qual cidade se pretende construir para a atual e as futuras gerações. Para além disso, compreendendo a constante transformação e construção de multiplicidades espaciais, as

estruturas de dominação e desigualdade historicamente construídas, socialmente mantidas e culturalmente legitimadas acabam por serem somadas à organização e concretização dos simbolismos os quais são inerentes aos interesses pertencentes ao desenvolvimento urbano de Campinas.

O ritmo de constituição das espacialidades urbanas, atreladas à uma perspectiva baseada nos interesses do capital, em evidência de uma organização socioespacial masculina, branca, heteronormativa, promove a destituição das identificações dos corpos com os lugares e com outros sujeitos. O urbano, em sua vivacidade, emerge enquanto produto e produtor das relações históricas e espaciais, e é ao mesmo tempo realidade presente e imediata de uma sociedade urbana em construção (CARLOS, 1992: 71). “A cidade é um fazer-se intenso, ininterrupto.” (CARLOS, 1992: 67).

“O uso diferenciado da cidade demonstra que este espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. Dessa forma, a desigualdade espacial é produto da desigualdade social.” (CARLOS, 1992: 23). A cidade é, portanto, a materialização das assimetrias das relações sociais e históricas, normalizadas por discursos hegemônicos, dominações e opressões de poder, inerentes à forma de pensar, sentir, consumir, conviver, deslocar dos sujeitos, inseridos em uma vida contraditória (CARLOS, 1992). Logo, é coerente a retomada da visão de Lefebvre (1991 [1974]), ao propor que “o espaço, enquanto um produto da capacidade do corpo humano, pode ser pensado também como possibilidades de resistências às lógicas estabelecidas pelas relações hegemônicas de poder” (SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2019: 65).

Neste sentido, a cidade pode ser encarada enquanto o lócus das contradições, evidenciando a dialética espacial, bem como as disparidades relacionais entre os sujeitos. No que diz respeito ao desenvolvimento de Campinas, “o município pode ser encarado enquanto fruto de uma modernização seletiva e incompleta que gerou uma formação territorial corporativa e fragmentada.” (HELENE; MARINO, 2013: 2). “Enquanto Campinas crescia de forma exponencial, se impunha a necessidade de uma readequação dos usos e modos inerentes a essa urbanização, vinculada à uma ideia de disciplina, ordem e moral.” (HELENE; MARINO, 2013: 13), posturas inerentes ao Estado masculino, burguês e violento. No pensamento de Tavares (2015),

“Não podemos definir o urbano como um sistema, como objeto ou sujeito. Tampouco como uma forma sem conteúdo. Não há neutralidade, apesar de o urbanismo buscar a construção desses espaços como os lugares exclusivamente de passagem, indiferentes, e comumente

organizem ou separem os lugares segundo determinados critérios ideológicos e políticos – os processos de segregação.” (TAVARES, 2015: 90).

Há de se afirmar que a prática social combina a força repressiva, a influência dos modelos e a importância das instituições (TAVARES, 2015) alinhadas aos interesses capitalistas de reprodução do espaço urbano. Aqui, o poder pode ser encarado enquanto um instrumento necessário para exclusão e/ou dominação do que é lido enquanto dissidente à lógica do processo. “Os corpos à margem desse centro (o corpo masculino hegemônico) estão sujeitos a negação ao espaço urbano, seja no espaço público e privado, seja na localização dos corpos na cidade. Os constrangimentos sociais, políticos, econômicos e culturais gerados também promovem segregação socioespacial” (TAVARES, 2015: 78-79).

Na compreensão dos simbolismos presentes na multiplicidade espaço-temporal da organização e desenvolvimento urbano de Campinas, lança-se mão de uma análise voltada a um espaço aberto, relacional e que traz à tona a perspectiva de gênero para a análise proposta no decorrer desta discussão. As relações de poder inerentes à produção do espaço evidenciam a fundamentação da dominação atrelada ao modo de produção e à “ordem” imposta no controle dos sujeitos e da consequente apropriação e constituição das espacialidades. Contudo, os corpos são produtores de espaço quando reinventam e se apropriam da vida, abrindo possibilidades à dominação, “isso porque, esse sujeito corporificado, atua sua performance do modo a se opor aos modelos de cidade e de urbanidade que o excluem, constituindo um embate simbólico de dimensões subjetivas e cognitivas de poder. (RIBEIRO, 2010: 32). Reafirmando a leitura realizada por Silva; Ornat e Chimin Jr (2019) acerca da visão de Lefebvre [1974(1991)], tem-se que,

“Tanto mais que a relação com o espaço de um ‘sujeito’ que é membro de um grupo ou sociedade implica sua relação com seu próprio corpo e vice-versa. Considerada globalmente, a prática social pressupõe o uso do corpo: o uso das mãos, membros e órgãos sensoriais, e os gestos de trabalho como de atividade não relacionada ao trabalho. Este é o domínio do percebido (a base prática da percepção do mundo exterior, para colocá-la nos termos da psicologia).” ((LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 40 apud. SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2019).

O espaço, portanto, assume sua constituição na interação social e na construção de identidades coletivas, formando (mantendo e transformando) as possibilidades de ações (em dimensões físicas, sociais e simbólicas), as características espaciais (VARGAS, 2008). Subvertendo o discurso hegemônico no que diz respeito à concepção espacial, o eterno processo de devir de construção do espaço, bem como das relações e das identidades dos sujeitos, evidencia

que vivência de uma realidade social e urbana protagonizada por corpos que resistem à lógica de dominação, como é o caso do corpo feminino, desestabiliza o discurso construído. Então, “a urbanização e a qualidade urbana dependem de elementos de cotidianidade, e, os usos e percepções do espaço público estão associados às relações de gênero (por exemplo).” (PRZYBYSZ, 2014: 175). Dessa forma, é possível retomar a proposta de Tavares (2015) ao apontar que o espaço é multiplicidade coexistiva de relações em suas mais distintas dimensões.

Neste sentido, as características espaciais formam as possibilidades de ação dos sujeitos, ampliando ou limitando as interações sociais e a construção de identidades coletivas através do domínio e resistência dos sujeitos. No que diz respeito às perspectivas vinculadas às relações de gênero, é possível notar a apropriação excludente (VARGAS, 2008) dos corpos perante suas identidades, multidimensionalidades relacionais e conseqüentemente, espacialidades.

“Sendo uma obra humana, a cidade representa um conjunto de materialidades produzidas de acordo com procedimentos determinados e regidos por intencionalidades específicas” (LAN, 2009: 284). “No que se refere à cidade de Campinas, o crescimento não mais se faz em continuidade aos bairros existentes, mas predominantemente pela ligação de áreas distantes e sem infraestrutura” (HELENE; ANDREOTTI; MARINO, 2013: 11). Em consonância, a materialidade urbana evidencia o padrão de desenvolvimento que decorre em profundas transformações, ampliando a segregação espacial da população de baixa renda, bem como aprofundando os entraves simbólicos e estruturais no acesso à mobilidade, segurança, permanência e vivência da cidade como um todo, implicando na crescente apropriação excludente (VARGAS, 2008) de Campinas.

Através desta interpretação, é possível associar a perspectiva de Lefebvre (1991 [1974]) com relação ao espaço, trazendo à tona o elemento da construção dos corpos e de suas relações enquanto necessários para a dinâmica e identificação de sua lógica de organização. Compreendendo o Direito à Cidade (LEFEBVRE, 2008a), tem-se que ele está baseado na apropriação de sentidos do espaço, no qual os corpos possuem o direito à vivência e às relações plenas e completas em sua participação central na tomada de decisões e contínua construção do espaço. A partir disso, é possível inferir que é no espaço urbano que as interações sociais e a construção de identidades coletivas através do domínio e resistência dos sujeitos e de seus marcadores sociais são centrais para a compreensão da manutenção dos simbolismos urbanos e de suas decorrentes espacialidades.

Neste ponto, é possível afirmar o que pontua Beebejaun (2017) ao argumentar que o direito à cidade é generificado, em meio à cidade formal planejada pelos arquitetos e urbanistas, as práticas espaciais de moradores urbanos marginalizados pelas marcas corporais revelam uma arena urbana mais complexa na qual os direitos são constantemente negociados, havendo entre as negociações, a negativa o silenciamento de determinadas demandas sociais. No decorrer dos processos espaciais e sociais, o feminino encontra-se exposto às vulnerabilidades e violências provenientes das desigualdades das relações generificadas, ampliadas e mantidas através da força do discurso hegemônico, materializado continuamente através das ações relacionais, dentre elas, a do Estado.

Na mesma estrutura urbana, os padrões construídos acerca da feminilidade e da masculinidade possuem expressões distintas, e suportes espaciais de intensas desigualdades. Aqui levanta-se a questão acerca de quais são os corpos considerados enquanto plenos, livres para usufruir, ocupar e materializar suas existências na construção contínua do espaço urbano. Em um simbolismo masculinista e embranquecido, a cidade se torna hostil em sua constante manutenção, trazendo à tona a desigualdade combinada a um processo violento de exploração do espaço urbano bem como dos corpos que o constituem. De acordo com Lefebvre [1974(1991)],

“Pode-se dizer que o corpo, com a sua capacidade de ação, e as suas várias energias, cria espaço? Seguramente. Mas não no sentido da ocupação dita como uma espacialidade fabricada; em vez disso, há uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre a distribuição do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de se produzir, por alimentar-se daquela esfera material e antes de se reproduzir, gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: ele se produz no espaço e também produz esse espaço. Esta é uma relação verdadeiramente notável: o corpo com as energias à sua disposição, o corpo vivo, cria ou produz o seu próprio espaço; em contrapartida, as leis do espaço, que significa dizer as leis de diferenciação no espaço, também governam o corpo vivo e a utilização de suas energias.” (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 170, apud. SILVA; ORNAT; CHIMIN JR, 2019: 6).

Reafirmando Calió (1991: 105), “o ‘usufruir e sentir a cidade’, enquanto cidadão, está diretamente ligado ao seu papel social.” E como a cidade manifesta, sob a forma de segregação, as relações sociais interseccionais evidenciam uma apropriação excludente (VARGAS, 2008) das vivências espaciais por parte das mulheres. Neste sentido, a economia que pretende incluir o feminino como termo subordinado em uma oposição binária de masculino/feminino exclui o feminino, o produz para ser excluído (BUTLER, 2019). De encontro com Miguel e Biroli (2014),

“O espaço urbano se caracteriza por ser um espaço de busca da materialização da cidadania. O exercício da cidadania está estreitamente ligado ao direito à cidade, às necessidades básicas intrínsecas ao indivíduo como o habitar, a diferentes formas de apropriação do espaço, que são essenciais para o indivíduo, que correspondem ao direito à vida, onde no

espaço urbano o indivíduo é livre para exercer suas ações e vivenciá-lo (...).” (MIGUEL; BIROLI, 2014: 31).

Portanto, a interação social é responsável pela construção de identidades coletivas na cidade. As relações de gênero, com a subordinação do feminino, não podem ser compreendidas desligadas dos processos de produção e reprodução urbanas. Por conseguinte, na mesma estrutura da cidade, os padrões tradicionais de feminilidade e masculinidades possuem expressão e suporte espacial. É preciso lembrar que os fenômenos sociais não ocorrem fora do espaço nem fora do tempo. Em seu entorno, cada espaço e intervalo, vetor de constrangimentos, se carrega de normas e valores. “Esse espaço indiferenciado, desintegrado e fraturado por necessidades e funções, assim como pelas exigências da divisão social do trabalho, divide os corpos em imagens, particularmente os corpos femininos” (TAVARES, 2015: 97).

Segundo Massey (2008), todos os espaços são, de alguma forma, regulados socialmente, se não por regras explícitas, então pelas regulações mais competitivas que existem na ausência de controles explícitos. Somando a este posicionamento, é possível lembrarmos de Rose (1993), ao propor que os processos de planejamento das cidades localizem as mulheres na margem de sua configuração, evidenciando as regulações de uma sociedade essencialmente desigual no que diz respeito ao gênero. Dessa forma, as características do espaço formam as possibilidades de ações, através de dimensões físicas, sociais e simbólicas (VARGAS, 2008). Os assuntos de segurança e insegurança estão atrelados com as condições e imaginários que os sujeitos desenvolvem nos processos de convivência social, experienciando distintas espacialidades ao vivenciarem suas relações, identificando seus determinantes em um conjunto amplo.

Neste sentido, conforme afirma Massey (1984), a organização espacial pode ser encarada enquanto sexista, funcionando como um elemento da ordenação e manutenção das desigualdades das relações de gênero. Os padrões de uso e ocupação da terra, vinculados à contínua separação entre áreas residenciais, espaços produtivos e a reprodução silenciosa do trabalho, além da qualidade dos sistemas de mobilidade urbana, prejudicam a vivência das mulheres enquanto cidadãs. A concepção de cidade, segundo esses e outros trabalhos feministas, reforça os papéis dos marcadores sociais que perpassam os sujeitos e constitui uma barreira para a superação das desigualdades de gênero. Assim, o desenvolvimento urbano se baseia em ideias do que são as experiências de feminilidade e masculinidade, em uma eterna construção de disputas entre os discursos (BONDI, 1992).

“Apesar de um urbano supostamente “assexuado”, a cidade segrega as mulheres, o seu simbólico é masculino” (CALIÓ, 1991: 53). O urbano, produzido através das objetividades e subjetividades dos sujeitos e de suas relações, evidencia espaços inversos e hierarquizados (CALIÓ, 1991). No que diz respeito às mulheres, a vida social dividiu-se em “a vida pública, ligada à produção social e, de outro, a vida privada, ligada às atividades de reprodução social. A primeira passou por grandes transformações históricas e a segunda, conservadora, evoluiu muito lentamente” (CALIÓ, 1991: 64).

Logo, o tempo das mulheres na cidade é afetado diretamente a partir de seus marcadores sociais individuais, bem como de suas dinâmicas coletivas, mas principalmente, por conta das estruturas e materialidades que tecem aos trajetos urbanos e propõem relações espaciais entre as localidades. Neste momento, é válido ressaltar o que diz Calió (1991),

“A cidade está proibida para as mulheres. Afirmar essa tomada de consciência sobre territorialidade feminina, não significa ignorar ou desconsiderar que muitos homens também não têm acesso livre à toda a cidade. Sabemos que a cidade capitalista, com suas normas de ‘bem-estar-comum’, se diz no lugar de todos. Na verdade, a cidade segrega, hierarquiza e determina espacialmente o acesso de cada cidadão dependendo da classe a que pertença. Mas aqui, voltamos a insistir, estamos tratando do gênero, e nesse sentido, é certo que a condição social de cada mulher pode minorar ou agravar alguns dos seus problemas de ‘estar no urbano’, mas, é para todas as mulheres que a cidade determina trajetos.” (CALIÓ, 1991: 108).

Na constituição de um imaginário geográfico urbano, o corpo feminino possui a falsa impressão de vivência na cidade. “Essa ‘visibilidade/invisibilidade’ urbana acaba se traduzindo na sua exclusão como sujeito social, tanto nas análises sobre os movimentos sociais mais amplos como naquelas ligadas à organização capitalista no espaço urbano” (CALIÓ, 1991: 96). Neste sentido, reafirma-se que a cidade não é feita somente pelo discurso masculino, mas a presença das mulheres constitui sim uma ausência no processo de produção espacial, assim como no debate vinculado ao direto à cidade (LEFEBVRE, 2008a).

Através desta perspectiva, a violência das relações assimétricas que constituem a pluralidade das constituições espaciais decorrentes da produção do espaço urbano, as mulheres acabam por ser constantemente violentadas através das ações que as inter cruzam. Logo, a vivência feminina na cidade acaba por ser interpelada por ações simbólicas, materializadas através de um discurso poderoso que acaba por subjugar, explorar e oprimir as vivências e mobilidades das mulheres no espaço. De acordo com Calió (1991),

“A mulher anda insegura pela cidade. A rua representa a dificuldade o passeio livre, a possibilidade da agressão sexual, impõe disciplina, condiciona os reflexos, inibe os sentidos. O andar rápido obedece ao corpo tenso e comanda o desvio do olhar e a angústia sempre presente. De noite ou de dia, a mulher ressentida, pelas agressões gestuais, verbais, os comportamentos masculinos que ameaçam sua liberdade, dignidade e defesa.” (CALIÓ, 1991: 108).

Na formação identitária, as mulheres organicamente tendem a temer, se proteger e ficar em constante estado de alerta. Sendo impedidas de acessar determinados locais, evidencia-se a internalização do medo, da fuga do “perigo” iminente de espacialidades hostis. “Este “temor” se impõe sobre os corpos femininos, “estes ainda precisam ser cuidadosamente organizados por meio de certas roupas, posturas e movimentos que não “atraiam” os possíveis violentadores. São restrições que atravessam o corpo da mulher na sua relação de vivência cotidiana na cidade” (HELENE, 2019: 72).

No decorrer deste trabalho, ao ser posta a análise dos dados coletados através do SISNOV no que diz respeito aos locais de violência contra a mulher, assim como os principais autores das ações violentas, é possível verificar que Campinas compõe a lógica de ocupação, desenvolvimento e permanência de simbolismos urbanos desiguais que percorrem a difusão das cidades latinoamericanas. Segundo Czytajlo (2020), o processo de constituição de serviços de atendimento ao público feminino vinculado à ótica do Estado, reflete uma localização de equipamentos e serviços públicos concentrados em áreas centrais, o que favorece a acessibilidade de uma parcela significativa da população. Contudo, as regiões mais afastadas assistem a um processo de acumulação de desvantagens, e neste sentido, é necessário pontuar que estas desigualdades perpassam as esferas econômicas, materiais e, necessariamente, de gênero. De encontro com a defesa de Calió (1991),

“O Estado se recusa a assegurar parte das tarefas cotidianas que são sociais e não femininas. Impõe a divisão dos sexos, camuflada pela separação dos papéis com base no ‘natural’ e na moral dita ‘universal’, penalizando o cotidiano das mulheres. E quanto mais os equipamentos sociais coletivos são deficientes, mais difícil fica a administrar a vida familiar. Além do que, as mulheres estão afastadas tanto da concepção quanto da produção de grande parte deles. O que, aliás, contradiz a afirmação habitual de que ‘isso é do domínio das mulheres.’ Domínio do consumo, mas não da concepção e da produção.” (CALIÓ, 1991: 106).

“O que está em questão é como e até que ponto o Estado pode regular as relações e em que medida a regulação compromete ou promove a liberdade de escolha” (BIROLI, 2018: 61). Compreender as delimitações das espacialidades, bem como das criações de barreiras de limites

físicos e simbólicos por meio das relações plurais de dominação estabelecidas pela intervenção do Estado no interesse das manutenções das assimetrias de poder, acabam por reforçar os estereótipos de um binarismo de gênero no que diz respeito às permanências e aos marcadores sociais inerentes ao desenvolvimento das relações espaciais estabelecidas pelo corpo feminino na cidade.

Orientados pela lógica dominante, a definição de dinâmicas e instituições políticas apresentam-se desvinculadas de decisões e protagonismos identitários, neste caso, por parte das mulheres no município de Campinas. Ao se observar o histórico de desenvolvimento urbano, bem como as relações demarcadas espaço-temporalmente e mantidas através de materialidades e simbolismos, nota-se que o Estado não é neutro em relação aos indivíduos e aos grupos que constituem a gama espacial de relações sociais, assim como amplia privilégios (BIROLI, 2018) a depender do alcance dos poderes de discursos hegemônicos constituidores da configuração urbana, de forma a desfavorecer e deslegitimar as vozes de sujeitos marginalizados e oprimidos no decorrer da lógica de produção capitalista do espaço.

É necessário estabelecer que o constituinte das organizações econômicas e sociais da cidade evidencia a distinção entre os gêneros no que diz respeito às funções associadas a cada um dos binarismos historicamente construídos. Segundo Biroli (2018), o trabalho doméstico, vinculado ao cuidado (desempenhado gratuitamente pelas mulheres), na persistência da perspectiva do afeto (FEDERICI, 2017), constituem círculos de vulnerabilidade que mantêm as mulheres em desvantagem nas múltiplas dimensões históricas e espaciais, que em associação com a manutenção de um discurso de violência e opressão sobre os corpos subjugados, posiciona o público feminino enquanto mais vulnerável à violência e aos obstáculos impostos à participação no trabalho remunerado, na constituição cotidiana e na vida política da cidade.

“Violências e constrangimentos se organizam segundo convergências de gênero, sexualidade, classe e raça. Não é apenas a ação discriminatória, mas também a inação do Estado que dá livre curso às múltiplas formas de violência estrutural” (BIROLI, 2018: 138). Recusando as demandas femininas, o Estado neutraliza e legitima os discursos materializados e a organização de simbolismos urbanos que excluem e marginalizam as mulheres das vivências e pluralidades espaciais das cidades, em oposto a um direito urbano de plena cidadania por parte dos corpos que estão em constante manutenção de relações e de estabelecimento de suas espacialidades.

Então, há a assumida de uma violência disfarçada de causalidade no que diz respeito às opressões que as mulheres estão expostas em múltiplas esferas, sejam elas públicas ou privadas, da

organização urbana. Contudo, “a alocação de responsabilidades é institucionalizada e decorre de decisões políticas.” (BIROLI, 2018: 66), evidenciando que

“O próprio traçado das fronteiras entre o que é privado e o que é público é uma questão política, que se define em processos e embates nos quais são desenhados os limites para a ação do Estado, as formas aceitáveis da autoridade e os direitos dos indivíduos não apenas na esfera pública, mas também no mundo privado e doméstico.” (BIROLI, 2018: 133).

O espaço privado é, portanto, político. A distinção das esferas públicas e privadas alteram as relações de gênero, priorizando o mundo público, heterogêneo, multidimensional e abrangente em sua economia, dimensão simbólica, e o mundo privado, íntimo, domesticável, vinculado às mulheres. A implicação da negação da esfera privada, das atividades domésticas e mesmo da atividade feminina auxilia na inviabilização das mulheres na configuração urbana. “Assim, a cidade passa a ser tratada como um amontoado de indivíduos assexuados, submetidos a um ponto de vista global - leia-se masculino - que não vivem outras relações sociais entre si que não sejam as de classe” (CALIÓ, s/d; 4).

Ao analisar os dados referentes à violência contra a mulher em Campinas, alguns padrões são encontrados. Um deles reside no fato de que o ambiente doméstico predomina como espaço das ocorrências de situações violentas. Este fato vai de encontro com a restrição feminina à reclusão privada, demonstrando a integração entre as relações sociais em diferentes escalas de vivência, organizadas de forma excludente às mulheres.

Outro ponto de extrema relevância reside no fato de quais são os principais locais de denúncia de violência contra a mulher em Campinas. De encontro com a Rede da Mulher do município, as localidades estão imbricadas em uma lógica que advém do processo de marginalização de parcela da população no decorrer do avanço do crescimento urbano, bem como na de concentração de investimento do Estado em consonância com o avanço da concentração de capital inerente a um discurso hegemônico de desenvolvimento urbano.

Neste sentido, no decorrer do próximo capítulo serão abertos debates sobre a distribuição da Rede da Mulher, de acordo com os interesses e iniciativas do Estado, que, contraditoriamente, caminha a passos reversos do que acaba por se desenhar na organização das denúncias de violência contra a mulher realizadas através do SISNOV. Além disso, para que a organização dos equipamentos públicos de acolhimento às mulheres em situação de violência chegue de fato às necessidades, vivências e tramas relacionais as quais as vítimas estão inseridas, inúmeros

paradoxos serão compreendidos, evidenciando o simbolismo das relações desiguais de gênero materializadas no decorrer da constituição espacial de Campinas.

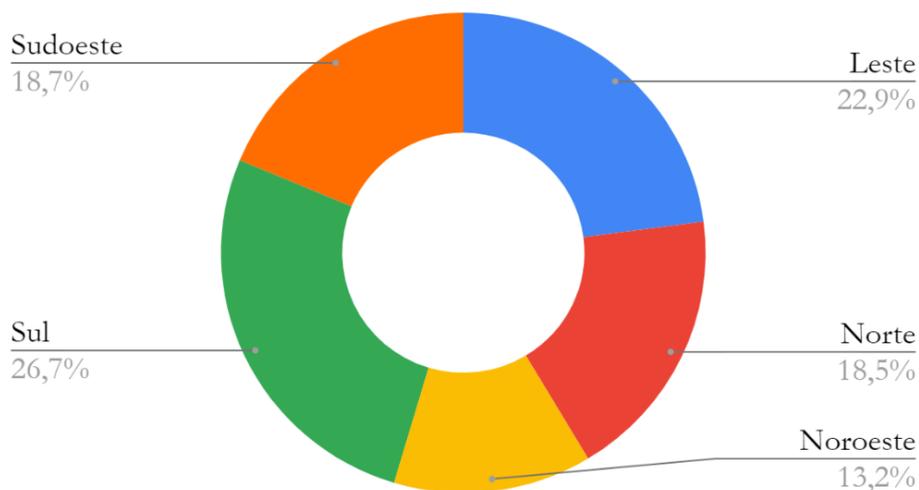
Para trazer à tona a geograficidade da violência, não apenas no que se referem aos números de denúncias coletadas através do SISNOV, como também a discussão acerca das localidades e das consequentes (im)possibilidades do acesso e reconhecimento destes pontos enquanto equipamentos de apoio, acompanhamento e orientação das mulheres em situação de violência em Campinas, este trabalho lança mão da escala das macrorregiões do município para compreender a dinâmica relacional das constituições espaciais.

Através delas será possível traçar um paralelo entre as ações do Estado, os entraves materiais e as discrepâncias simbólicas inerentes à lógica da história de formação espacial de Campinas, ampliando a discussão acerca da violência das relações de poder vinculadas ao discurso dominante de um Estado falsamente neutro, mas posicionado de acordo com a perspectiva hegemônica, masculina, branca e burguesa.

2.2 MACRORREGIÕES CAMPINEIRAS

Atualmente, a cidade de Campinas conta com 1.080.113 habitantes (IBGE 2010), dentre os quais 559.248 são mulheres (as adultas correspondem a 416.253 habitantes). No que diz respeito à distribuição de mulheres no decorrer do município, tem-se que a maior parte desta parcela da população está concentrada nas Macrorregiões Sul e Leste, evidenciando que a depender da localidade, há uma maior ou menor concentração de moradores, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Mulheres residentes por macrorregião de Campinas (%)

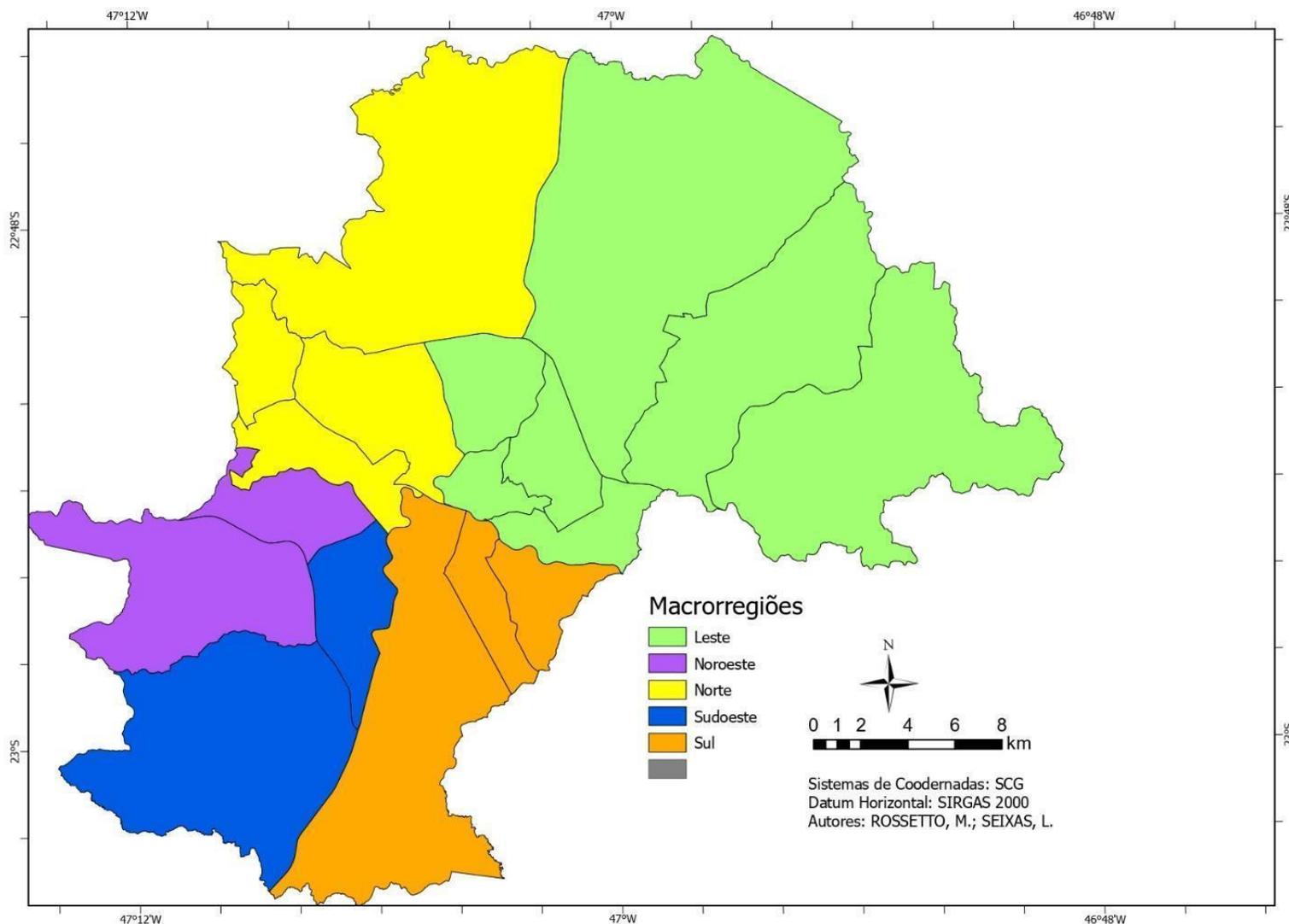


Fonte: Censo IBGE 2010. Organização Vigilância Socioassistencial de Campinas. Adaptação própria.

Com o intuito de centralizar demandas de obras de infraestrutura, auxiliar na gerência dos locais públicos da cidade e garantir que as ações executadas pelo poder público como forma de minimizar os impactos das desigualdades territoriais da cidade entre os habitantes, foram concebidas as distinções espaciais vinculadas à mirada macrorregional. Segundo a Prefeitura de Campinas (2017), as Macrorregiões¹⁰ são as responsáveis por realizar um estudo específico da necessidade de cada bairro: são mais de 800, divididos através das Administrações Regionais. A ideia principal, segundo o discurso do Poder Público, é centralizar demandas e realizar a manutenção das necessidades da população de maneira conjunta e ordenada, organizando as divisões regionais conforme é possível ler pela Figura 2.

¹⁰ Necessário ressaltar que atualmente, Campinas conta com seis Macrorregiões, diferentemente das cinco presentes no decorrer deste trabalho. Contudo, por conta dos critérios de contabilização dos dados realizados pelo SISNOV até o ano de 2020, no decorrer da dissertação estarão presentes apenas as cinco macrorregiões (Leste, Norte, Noroeste, Sul e Sudoeste) com o intuito de potencializar as análises decorrentes dos mapeamentos e compilação de dados realizados.

Figura 2- Macrorregiões de Campinas



Segundo dados da Prefeitura de Campinas (2017), a Macrorregião Norte conta com 212.342 habitantes distribuídos em uma área de 165,955 km². É uma das regiões mais ricas economicamente no município, além de possuir uma concentração de aproximadamente duzentos mil habitantes. Essa situação demonstra a tendência de acúmulo de fluxos e infraestruturas em regiões que possuam representatividade no desenvolvimento e concentração de capital. É nessa macrorregião que está instalada a Universidade Estadual de Campinas UNICAMP – e, no mesmo local, está localizada a Faculdade de Campinas FACAMP – no distrito de Barão Geraldo, próximas a outro

grande centro universitário, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas PUC-Campinas, no Parque das Universidades - Rodovia Dom Pedro I.

Nesta Macrorregião está localizado um dos equipamentos públicos mais relevantes no que diz respeito à constituição da Rede da Mulher: o Hospital da Mulher Prof^o. Dr. J. A. Pinotti¹¹ (CAISM-UNICAMP). No que será visto no próximo capítulo, esta localidade constitui-se enquanto uma das principais centralidades no sentido de chegada e notificações de mulheres em situação de violência em Campinas, especialmente nas notificações realizadas através do SISNOV.

Já a Macrorregião Leste de Campinas abrange uma área regional além dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, com forte concentração de renda entre os moradores. Possui 248.939 habitantes e uma área de 340,327 km² e abrange quase metade da extensão do município. Além de sua grandeza territorial, bem como sua grande concentração de população feminina, a Macrorregião Leste é responsável por abrigar uma parcela considerável dos equipamentos públicos de referência ao atendimento às mulheres em situação de violência em Campinas. Aqui, é possível retomar o pensamento de Gonçalves e Pina (2017), ao afirmarem a importância da centralidade com relação à aglomeração das demandas sociais, de modo que um precisa do outro, em uma relação contraditória de independência. “Como nem todos podem habitar o mesmo ponto no espaço ocorre a necessidade de afastamento, iniciando a disputa pelos locais mais próximos à centralidade e que apresentam, portanto, maiores vantagens, indicando diferenciação nos valores relativos à localização.” (GONÇALVES; PINA, 2017: pp. 4-5).

Aqui é necessário retomar um ponto importante mencionado no subcapítulo anterior no que diz respeito à concentração de capital e investimentos por parte do Estado em Campinas, relacionado diretamente à afirmativa presente no parágrafo anterior. Historicamente, a dinâmica das concentrações dos interesses capitalistas no município obedeceu à lógica do corredor Leste-Norte. Neste sentido, a alta concentração de infraestruturas e potencialidades simbólicas evidencia-se no trajeto entre as duas Macrorregiões, de maneira a ampliar a especulação na área.

Seguindo na descrição referente à mirada macrorregional, encontra-se a considerada região com forte expansão econômica, a Macrorregião Noroeste, que possui 133.086 habitantes e uma

¹¹ “O CAISM foi idealizado por um grupo de docentes do Departamento de Tocoginecologia – DTG, da Faculdade de Ciências Médicas - FCM / Unicamp no final da década de 1970.” A cronologia do CAISM pode ser acompanhada através do site oficial do Hospital, disponível em: <https://www.caism.unicamp.br/index.php/2016-03-29-11-14-52/2016-03-29-11-17-09>.

área de 63.330 km². Além disso, abriga um grande complexo de atendimento à saúde, incluindo o Pronto-Socorro do Campo Grande, a Maternidade e o Hospital Universitário Celso Pierro, mais conhecido como PUC II; locais estes de extrema relevância para as análises subsequentes, uma vez que representam polos importantes de denúncia e chegada de mulheres em busca de atendimento em situação de violência em Campinas. No que diz respeito à presença de equipamentos oficiais da Rede da Mulher do município, locais que realizam notificação e prevenção especializadas à mulher, a Macrorregião Leste conta com a presença de apenas uma Delegacia de Defesa da Mulher (que funciona apenas em horário comercial¹²).

No que se associa às características da Macrorregião Sudoeste, Mestre (2009) destaca que seu impulso de crescimento pode ser compreendido enquanto um movimento decorrente da expulsão da população mais empobrecida das regiões mais centrais de Campinas, promovendo um vertiginoso processo de periferização dos sujeitos permanentemente marginalizados através das políticas e intervenções do Estado atrelado às demandas de reprodução capitalista do espaço. É nesta macrorregião que se consolida como a área de residência da população operária do município e também como principal área de ocorrência de loteamentos clandestinos. (MESTRE, 2009).

Somada ao avanço da periferização do município, bem como pela marginalização dos sujeitos que compõem esta população excluída, encontra-se a Macrorregião Sul, que possui o maior número de habitantes de Campinas, com 316.671 pessoas, distribuídas em uma área de 120 km². Com forte Distrito Industrial, que segundo dados da Prefeitura de Campinas (2017) concentrando mais de 30 empresas de grande porte e multinacionais, gera 8.268 empregados e uma renda total de 2,6 bilhões de reais anuais. Contudo, as contradições de valorização do espaço, em associação aos impulsos modernizantes do polo tecnológico e industrial permanecem presentes no desenvolvimento das relações regionais.

Finalizando a breve descrição e correlação das macrorregiões de Campinas, é possível retomar a análise proposta por Silva e Matias (2017), no que se refere ao processo de avanço da urbanização no município, e as desigualdades produzidas socioespacialmente. Assume-se que:

- As populações com maior rendimento ocupam majoritariamente os eixos de desenvolvimento principalmente nas macrorregiões Norte e Leste. Além disso, as principais áreas institucionais do município se localizam nesta porção.

¹² O funcionamento desta delegacia é de segunda à sexta-feira, das 9h às 18h.

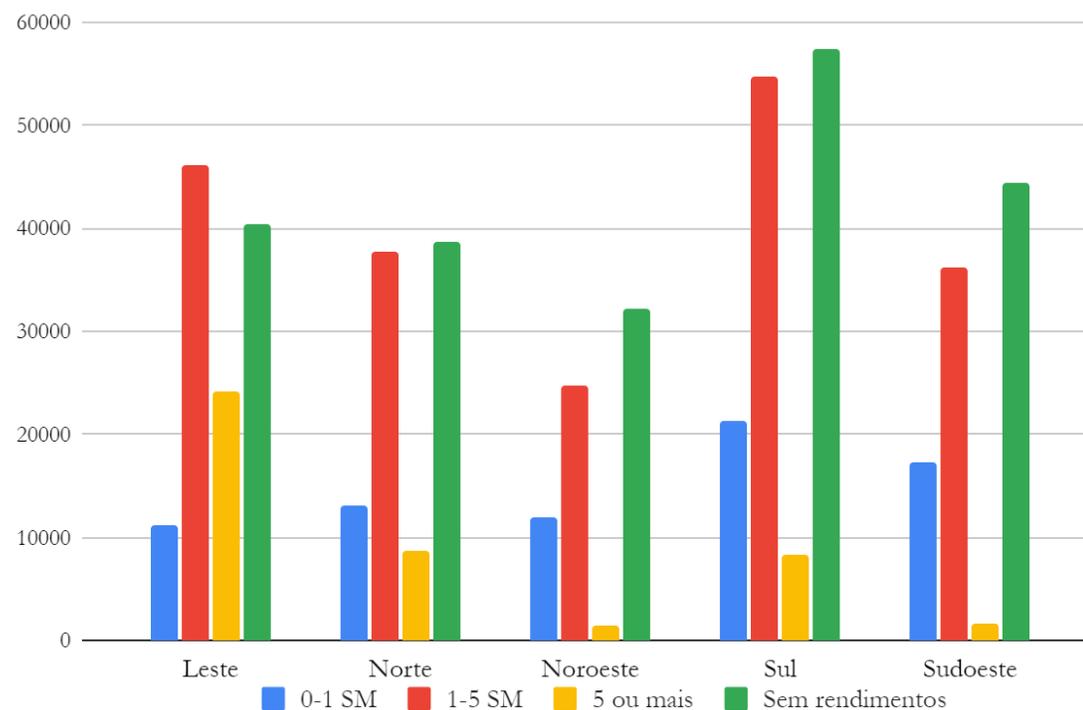
- Já na porção Sul do município, vinculada às escalas macrorregionais Sul, Sudoeste e Noroeste, acaba por apresentar “o maior e mais intenso ritmo de ocupação, apesar de ainda haver na região muitos vazios urbanos” (SILVA; MATIAS, 2017). Esta dinâmica proporciona entraves no que se refere à mobilidade urbana, além da dificuldade de acesso a um conjunto amplo de equipamentos públicos, como os de saúde ou assistência social, por exemplo. Além disso, “em alguns bairros ainda é possível encontrar problemas de infraestrutura como ruas sem asfalto e sem esgoto canalizado” (SILVA; MATHIAS, 2017).

Complexas em suas organizações, as macrorregiões constituem-se enquanto ferramentas de análises potentes no que diz respeito à compreensão da dinâmica urbana, além do entendimento ampliado das ações do Estado e de suas contínuas organizações espaciais.

No que tange à lógica feminina de organização das relações e vivência de suas espacialidades, o vetor renda possibilita o início da investigação em busca do debate acerca das violências vivenciadas pelas mulheres em Campinas, uma vez que, através da escala macrorregional, somada às análises posteriores das notificações compulsórias realizadas através do SISNOV, encontram-se características relacionais dos sujeitos em referência às ações e dinâmicas dispostas por entre o espaço.

Primeiramente, ao analisar a diferenciação com base nos rendimentos femininos no município, através da escala macrorregional, alguns padrões são encontrados, conforme é possível notar na distribuição do Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição de rendimentos da população feminina por macrorregião de Campinas



Fonte: Censo IBGE 2010. Organização Vigilância Socioassistencial de Campinas. As estimativas são baseadas no cálculo dos salários mínimos (SM) ganhos por mulher.

Ao observar os dados referentes aos rendimentos femininos em Campinas, conforme coleta realizada no último Censo (IBGE, 2010), é possível notar que a Macrorregião Leste possui uma grande concentração de mulheres que possuem rendimentos acima de cinco salários mínimos, o que denota uma melhor concentração de renda por parte das moradoras locais. Em contraposição, as Macrorregiões Sul e Sudoeste apresentam uma enorme parcela de mulheres que não possuem rendimentos, além de serem as localidades em que a distribuição dos salários se concretiza de maneira insatisfatória ao público feminino.

Antes de prosseguir com a análise subsequente com relação à distribuição de rendimentos, é necessário repensar a questão da categoria “sem rendimentos”. Conforme dito anteriormente, ao refletir acerca das dinâmicas violentas as quais as mulheres estão inseridas, é impossível estabelecer a dicotomia entre o espaço público e o ambiente doméstico, uma vez que ambos são independentes e apresentam reflexos nas relações plurais estabelecidas nas espacialidades

construídas pelas mulheres na cidade. Logo, o fato de não possuir rendimentos tende a colocar a mulher em situação de vulnerabilidade, não somente no sentido da marginalização no que se refere à concentração de capital no decorrer do desenvolvimento urbano de Campinas, mas principalmente, na decorrência da dependência financeira, econômica dentre muitas outras dimensões, as quais as mulheres estão inseridas no que se associa às relações sociais nas quais estão inseridas. Nesta perspectiva,

“Em uma sociedade estruturada através da exploração baseada no gênero, as mulheres são condicionadas à reprodução do trabalho não pago no ambiente doméstico. A casa, neste sentido, é generificada no que diz respeito às redes relacionais estabelecidas no ambiente privado. Contudo, mesmo sendo a local de permanência e vivência feminina, uma vez que no espaço público da cidade elas são constantemente violentadas e excluídas, o ambiente doméstico é o potencial reprodutor de episódios de violência contra a mulher.” (ROSSETTO, 2021: 370).

Dessa forma, a mulher aparece duplamente vitimada por uma política estatal que não reconhece suas diferenças de gênero nem de uso diferenciado do espaço, e pela violência exercida mais insistentemente no interior de seus locais. Além disso, as mulheres que habitam as zonas mais empobrecidas, marginalizadas à lógica da reprodução do capital em Campinas, enfrentam uma violência em dobro, uma vez que estão inseridas em situações de desigualdade em relação ao funcionamento e organização urbanos. Trazendo à tona o argumento de Creshaw (2002: 15), “o fato de que as mulheres pertencentes a minorias sofrem com os efeitos da subordinação múltipla, aliada às expectativas institucionais baseadas em contextos não institucionais inadequados, molda e, finalmente, limita as oportunidades de intervenção significativa em seu nome”, ampliando a violência vivida. De encontro com a fala de Calió (s/d: 5),

“(…) de um lado, o patriarcado como sistema de dominação político-ideológica e, de outro, o capitalismo como sistema de dominação econômica. Eles não são autônomos entre si. Muito pelo contrário. Combinam-se com base em uma divisão sexual do trabalho presente tanto na esfera da produção como na da reprodução social. É a compreensão da totalidade desse sistema de dominação que vai nos permitir analisar a questão da mulher dentro do sistema urbano através de duas variáveis: a exploração econômica do capitalismo e a opressão sexual do patriarcado. Uma, visível, dizendo respeito à vida pública e, a outra, disfarçada, escondida no interior da vida privada.” (CALIÓ, s/d: 5).

Apesar do forte interesse do Estado nas intervenções infraestruturas de manutenção da concentração do capital, bem como pela ampliação da fluidez das redes estabelecidas nos circuitos produtivos em Campinas, a Macrorregião Sul é deficitária no que diz respeito a presença de equipamentos públicos de atendimento à mulher, além de apresentar uma baixa no que se refere à

distribuição de renda pela população feminina. Na análise que se segue no decorrer deste trabalho, os dados distribuídos espacialmente através do mapeamento macrorregional das informações referentes à violência, presença de equipamentos públicos e o paradoxo da reprodução capitalista de desenvolvimento das espacialidades e materialidades urbanas, busca-se compreender as dimensões das escalas plurais de vivências violentas no que se refere ao público feminino campineiro. Através deste eixo, parte-se para o terceiro e último capítulo desta dissertação.

É importante observar que para além dos interesses do investimento de capitais por parte do Estado na esfera pública, a organização do espaço privado, no que diz respeito à dinâmica feminina de Campinas, também oferece características que possibilitam a compreensão mais ampla da multidimensionalidade de relações. A partir disso, é possível retomar que,

“O espaço segregado não é necessariamente homogêneo. Esse é o paradoxo da vida cotidiana das mulheres na cidade. A segregação pode não ser necessariamente ruim para as mulheres diante dos processos de dominação em curso no espaço. A qualidade dos lugares para as mulheres depende de inúmeras variáveis, uma vez que os processos de dominação heteronormativa se reinventa segundo as tensões e resistências das mulheres. Variáveis temporais e espaciais que tornam um mesmo lugar restritivo e possível para nós.” (TAVARES, 2015: 92).

Na discussão que se segue, baseada em todo o debate anteriormente construído no decorrer desta dissertação, será possível problematizar e compreender uma série de facetas pertencentes à lógica de organização urbana de Campinas, bem como a não homogeneidade do processo perante a assimetria das relações de poder. Além disso, ao ser tratada a questão específica da violência contra a mulher adulta na cidade, será possível dinamizar os vieses de uma análise interseccional no que tange às relações violentas estabelecidas pelas mulheres no desenvolver de sua vivência e identidades urbanas.

CAPÍTULO 3
O PARADOXO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E DAS
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PROTEÇÃO EM
CAMPINAS

E quando o samango chegar
Eu mostro o roxo no meu braço
Entrego teu baralho
Teu bloco de pule
Teu dado chumbado
Ponho água no bule
Passo e ofereço um cafezim
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
 (Maria da Vila Matilde - Elza Soares, 2015)

3. O PARADOXO DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE PROTEÇÃO EM CAMPINAS

Neste terceiro e último capítulo, estão presentes dados referentes ao paradoxo da manutenção da violência contra a mulher adulta em Campinas, sujeita a manutenção dos equipamentos públicos de atendimento ao público feminino em situação de vulnerabilidade. Aqui estarão dispostos mapeamentos, comparativos e análises relacionadas aos índices organizados através da coleta realizada pelo Sistema de Notificações de Violência de Campinas (SINOV), de acordo com a análise temporal do período entre 2010 e 2020, vinculado à perspectiva escalar das macrorregiões do município campineiro.

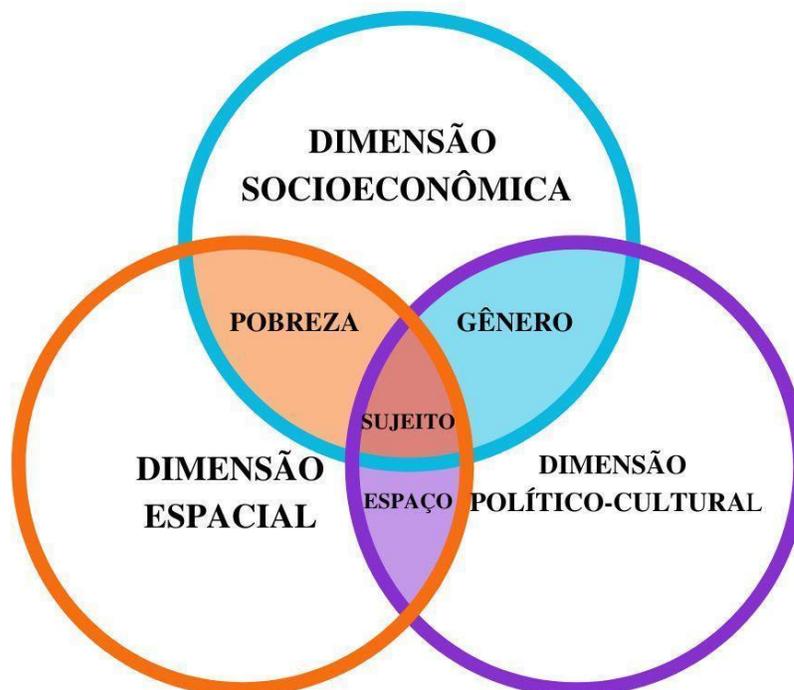
Em relação às denúncias de situação de violência doméstica notificadas em Campinas no decorrer do período analisado, é necessário fazer algumas breves considerações. De pronto é importante ressaltar a dinâmica inerente às relações sociais e sua constante reconstrução nas práticas urbanas e espacialidades produzidas pelos sujeitos. Neste sentido, é possível retomar a proposta estabelecida por Czytajlo (2020), que defende a abordagem articulada entre gênero e espaço pressupõe a análise de distintos elementos que se cruzam em múltiplas dimensões e esferas, sendo elas Czytajlo (2013):

i) Esfera material, que traz à tona a interseccionalidade dos sujeitos, de modo a discutir a viabilização das desigualdades de acesso no que se refere às vivências e espacialidades do cotidiano urbano.

ii) Esfera simbólica, que enfatiza os sistemas e construções discursivas das múltiplas interpretações e identidades dos sujeitos.

iii) Esfera política, que analisa as relações de poder, dominação, vulnerabilidade e resistência (BUTLER, 2014), e a apropriação de distintos sujeitos em distintas espacialidades.

Ilustração 2 - Relações dimensionais na produção de identidades e vulnerabilidades dos sujeitos sociais



Fonte: Czytajlo (2020). Confeção e adaptação próprias.

A esfera material, vinculada às dimensões espaciais e socioeconômicas atrela-se às condições da vivência e da capacidade de mobilidade e articulação de ações e infraestruturas disponíveis em relação aos marcadores sociais dos sujeitos. Neste caso, a esfera simbólica inerente à dimensão política e cultural e das identidades socioeconômicas dos sujeitos, produz sistemas discursivos materializados em simbolismos urbanos, necessários à manutenção da reprodução social e da construção das narrativas assimétricas de poder.

Assume-se então que, enquanto relacional, o espaço social torna-se subjetivo, compreendendo a consolidação de discursos e práticas da representação do espaço por parte dos indivíduos e de suas distintas identidades coletivas.

Em associação à perspectiva construída por Czytajlo (2020), é possível somar ao debate proposto no decorrer deste trabalho a pluralidade constituinte de um espaço múltiplo, dinâmico, em consonância com as subjetividades e marcadores sociais inerentes às existências dos sujeitos em suas distintas espacialidades, abrindo-se os caminhos para a compreensão da vulnerabilidade vivenciada por distintos sujeitos, a depender das facetas de organização e vivência socioespacial. Neste sentido, aprofunda-se a postura referente às indicações de vulnerabilidade e a precariedade atreladas à construção dos corpos, bem como das identidades espaciais e suas consequentes vivências.

Relacionada diretamente às normas de gênero (BUTLER, 2014), a precariedade vincula-se essencialmente à exposição a violência e aos riscos cotidianos dos corpos que são colocados enquanto dissidentes das imposições de gênero. De acordo com a referida autora, “as normas se associam com a forma como podemos aparecer no espaço público, como e de que maneira se distinguem as esferas pública e privada e como esta distinção se instrumentaliza a serviço da política.” (BUTLER, 2014: 323).

A determinação de quem está protegido pelas esferas material, simbólica e política (CZYTAJLO, 2020), promove a assunção de quem é considerado um sujeito pleno e quem não é, associando a performatividade de gênero (BUTLER, 2019) com a manutenção da precariedade. Relacionado com os efeitos da vida, a integridade das espacialidades e vivências múltiplas de um espaço em constante construção amplia ou reduz as possibilidades de existência por entre as vulnerabilidades historicamente construídas e defendidas em prol da permanência da hegemonia e controle dos corpos. Desse modo,

“Embora todos sejamos vulneráveis por definição, porque somos seres sociais expostos e interdependentes, Butler chama atenção para os sistemas de distribuição desigual de vulnerabilidade. Sobre a precariedade constitutiva do humano incidem políticas sociais e estatais produtoras de precariedades políticas. A condição de precariedade política consiste em que algumas vidas estejam especialmente expostas ao risco de serem violadas, porque contam com menor acesso às condições infraestruturais e às redes relacionais de proteção que garantem a prosperidade de cada pessoa.” (BROSIN; TOKARSKI, 2017: 114).

A organização política, incluindo as instituições públicas, estão desenhadas de forma a serem encarregadas das necessidades coletivas, abrangendo a minimização da precariedade e a busca pela redução da vulnerabilidade. Contudo, o paradoxo da universalidade da legislação em consonância com a subjetividade das mulheres, bem como de suas respectivas leituras acerca da violência vivida em decorrência das assimilações e subjetividades presentes no desenvolvimento de suas trajetórias enquanto corpos que transitam, vivenciam e constroem o urbano escancara a

parcela da população, especificamente no caso deste trabalho, da feminina, que encontram altíssimo risco de indução da vulnerabilidade maximizada, “exposição sofrida por sujeitos que estão arbitrariamente colocados em risco a violência do Estado, assim como a outras formas de agressão não provocadas por este ator, mas que o mesmo não oferece proteção adequada.” (BUTLER, 2014, p. 322-323).

No que diz respeito à violência contra a mulher, a contradição está posta em uma série de iniciativas discursivamente baseadas na universalidade do acesso, mas que na concretização entre as relações das esferas de formação do sujeito social, abrem possibilidades para a incapacidade de proteção, bem como para a seletividade daquelas que serão plenamente atendidas pelas ações do Estado. Reafirmando Miguel e Biroli (2014),

“Há uma gama de legislações em âmbito municipal, estadual e federal que determinam o direito de acessibilidade à população. Contudo, essa condição não se estabelece no cotidiano da cidade, visto que cada vez mais os espaços públicos estão se configurando como espaços de riscos, com formas e funções diversificadas, que não estão se materializando como um espaço acessível a todos. A projeção de uma esfera pública homogênea, silenciando sobre a existência de públicos distintos e conflitivos, é um de seus efeitos; a restrição do universo da contestação pública legítima, por meio da definição do que é do âmbito privado, é outra.” (MIGUEL; BIROLI, 2014: 31).

Reafirmando Tavares (2015: 30), “os corpos não estão soltos no espaço. Logo, como são biológicos, são corpos sociais que interferem e são interferidos, não só pela natureza, mas pela sociedade que os cerca.” Neste sentido, ao voltar o olhar para as esferas espaciais vivenciadas pela população feminina em Campinas, são encontradas problemáticas legitimadas pelo olhar hegemônico do planejamento e funcionamento urbanos.

Definida enquanto irracional, emocional, dependente, a feminidade restringe-se ao privado, à casa, às relações internas (e imprescindíveis) para a reprodução da estruturação familiar de dominação, mais próxima da natureza do que da cultura, realocando as mulheres enquanto consumidoras, destituídas de poder, relacionadas ao “larprazer” (ROSSANA, 2015). Paradoxalmente, as masculinidades inserem-se na lógica pública, externa, do trabalho, da produção, da independência e do poder. Os limites constitutivos das identidades e subjetividades acabam por impor limites sociais e espaciais de vivência e compreensão das dinâmicas urbanas experimentadas pelos sujeitos a depender das construções e manutenções das normas de gênero (BUTLER, 2014), bem como das consequências materiais, simbólicas e políticas destas relações.

Neste ponto, é necessário sobrepor aos limites de gênero a leitura interseccional da vulnerabilidade no que diz respeito à presença e interferência do urbano sobre as esferas múltiplas de constituição dos sujeitos sociais. A precariedade é potencializada em casos de mulheres pertencentes a grupos sociais historicamente marginalizados, com menor poder social que acaba por se materializar nas espacialidades constituintes. Além disso, esta parcela do feminino possui desigualdade no acesso à propriedade, ampliando as profundidades dos problemas de vivência, trabalho e acesso aos recursos necessários à inserção na reprodução capitalista de manutenção do espaço público.

“Diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômica-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade” (FRASER, 2006: 233), as mulheres apresentam identidades socioespaciais múltiplas, reflexo da pluralidade da constituição espacial. As distinções lidas através da interseccionalidade promovem a compreensão das dimensões das opressões vivenciadas por mulheres diversas, dessa forma,

“As mulheres da classe trabalhadora, em particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositas entre opressão econômica, racial e sexual. Enquanto a experiência das mulheres brancas de classe média com o sexismo incorpora uma forma relativamente isolada dessa opressão, a experiência das mulheres da classe trabalhadora obrigatoriamente situa o sexismo no contexto da exploração de classe – e as experiências das mulheres negras, por sua vez, contextualizam a opressão de gênero nas conjunturas do racismo.” (DAVIS, 2017: 37).

No caso específico desta dissertação, o movimento do estudo segue em direção à compreensão das dimensões dos entraves das esferas simbólica, material e política no que diz respeito à manutenção da violência contra a mulher em Campinas. Somando os trajetos descritos no decorrer dos últimos dois capítulos deste trabalho, no texto que se segue, estão expostos elementos e análises decorrentes das notificações compulsórias de violência contra a mulher realizadas através do SISNOV no decorrer do período de aproximadamente 10 anos, com o intuito de vislumbrar compreensões e debates referentes à manutenção da dominação e da violência sobre os corpos femininos no município enquanto um dos pilares articuladores das relações entre os equipamentos públicos de atendimento às mulheres.

Para tanto, estão presentes informações coletadas durante o período de trabalho, associando as desconexões propositalmente presentes nos dados fornecidos pelas plataformas oficiais de Campinas no que diz respeito ao crescente fenômeno da violência. É perceptível a inconsistência

de discussões acerca das notificações compulsórias oficializadas pelo SISNOV com relação à Rede da Mulher, materializada com o propósito de representar uma rede sólida e eficiente na busca de aconselhamento, atendimento e acolhimento das vítimas de violência no município.

3.1 A ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM CAMPINAS

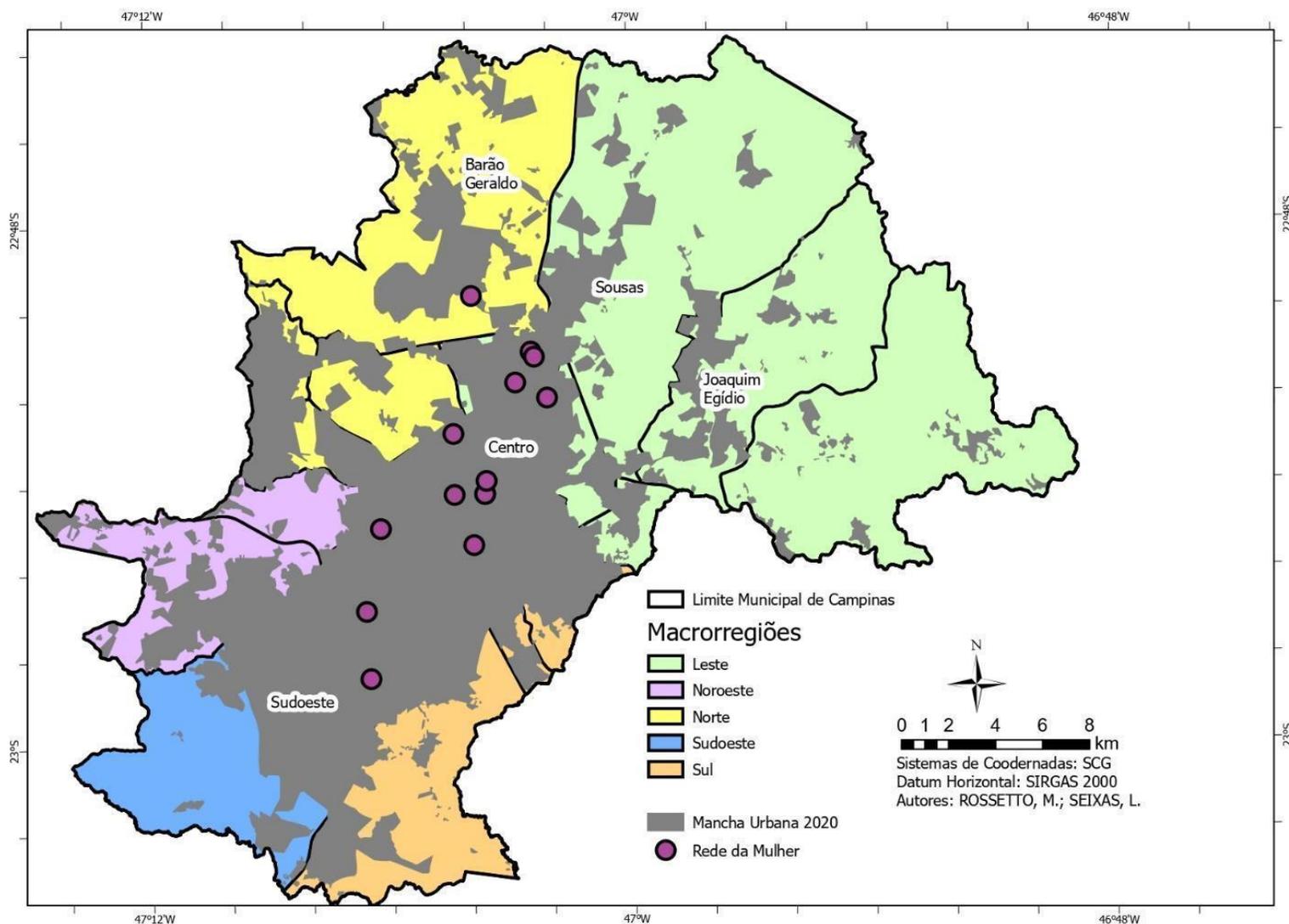
No que se refere às políticas e diretrizes campineiras com relação à violência, nota-se que o município vem desenvolvendo uma série de equipamentos e ações preconizadas pelos avanços e transformações das políticas nacionais que foram citadas e organizadas no subcapítulo 1.2. “Dos documentos oficiais relacionados à atenção à saúde e disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Campinas, a violência contra as mulheres aparece no Protocolo de Assistência à Saúde da Mulher, em um capítulo específico denominado “Diretrizes básicas no atendimento a mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.” (BARAGATTI, 2017: 68).

Contudo, é paradoxal a maneira como a Prefeitura de Campinas divulga as informações referentes ao atendimento à mulher adulta em situação de violência. A princípio, existem plataformas oficiais de alguns locais de atendimento, como é o caso do Centro de Referência e Apoio à Mulher (CEAMO) e do Centro Integral à Saúde da Mulher (CAISM – UNICAMP), na prática, a fragmentação das informações, bem como o desencontro das funções dos equipamentos públicos evidencia a lógica do afastamento da problemática da violência perante o poder público municipal, além de esvaziar o sentido dos fluxos propostos no encaminhamento das mulheres violentadas nos trajetos propostos pela Rede da Mulher de Campinas.

De maneira simplificada, os caminhos propostos no atendimento público às mulheres em situação de violência em Campinas compõem o chamado “Fluxo de Atendimento” para que os encaminhamentos feitos pela rede sejam, em teoria, coerentes. Neste fluxo, estão inseridos locais que correspondem a organização da Rede da Mulher, que são eles: CEAMO (Centro de Referência e Apoio a Mulher); Conselho Tutelar; Guarda Municipal de Campinas (que desde 2016 possui o projeto “Guarda amigo da mulher”, que objetiva monitorar o cumprimento das medidas protetivas concedidas, acolher, orientar e encaminhar mulheres para os serviços da Rede da Mulher, sendo acionado pelo número 153); SOS Ação Mulher e Família; CREAS (Centro de Referência Especializado na Assistência Social) das macrorregiões de Campinas; Defensoria

Pública do Estado de São Paulo; CAISM –UNICAMP (Centro Integral à Saúde da Mulher); Comissão da Mulher Advogada – OAB Campinas; Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Comarca de Campinas; e Delegacias de Defesa da Mulher (no município, são dois estabelecimentos). As respectivas localizações podem ser visualizadas através do mapeamento presente na Figura 3.

Figura 3- Localização dos equipamentos públicos da Rede da mulher por macrorregião de Campinas



Através da observação do mapeamento das localidades da Rede da Mulher em Campinas, é possível notar uma concentração bem demarcada entre as centralidades das macrorregiões Leste

e Sul. Ao retomar a discussão realizada anteriormente, a porção Centro – Norte do município, aqui representada essencialmente pela concentração presente na macrorregião Leste, historicamente vincula-se à lógica de interesse do capital, de acordo com o avanço da mancha urbana intrínseca à constante especulação imobiliária e (re)valorização fundiária das áreas centrais de Campinas.

Para além da composição dos equipamentos da Rede da Mulher em Campinas, é de extrema relevância pontuar o protagonismo assumido pelas Unidades Básicas de Saúde no município. Apesar de não estarem nas relações centrais entre os fluxos de atendimento à mulher em situação de violência, estas localidades assumem referência nas notificações compulsórias, ainda que não estejam inseridas no acompanhamento plural das vítimas, o que tende a dificultar o acolhimento contínuo e o tracejar de estratégias que auxiliem na minimização da vulnerabilidade e do risco os quais as mulheres estão expostas, situação que poderá ser mais aprofundada posteriormente no decorrer da discussão deste trabalho.

Um dos setores que mais tem contato com mulheres em situação de violência é a saúde. “Pela complexidade do sistema de saúde em Campinas, há a divisão organizacional em cinco unidades administrativas regionais, os chamados distritos de saúde (Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste)” (BARAGATTI, 2017: 71). Os serviços de saúde representam uma valiosa oportunidade para articular mecanismos estruturais e de interação entre usuárias e profissionais de saúde, de grande significado no que se refere ao sofrimento traduzido em doença, podendo contribuir para originar alternativas terapêuticas que devem ser negociadas e não impostas. A proximidade e os vínculos constituídos permitem aprofundar as relações, viabilizando a orientação dos conflitos para formas de enfrentamento.

Mesmo com a maior amplitude dos atores atuantes na manutenção da Rede da Mulher no município, é extremamente válido ressaltar a pouquíssima disponibilidade de equipamentos públicos de atendimento ao público feminino em Campinas. Em um município que possui mais de 500 mil mulheres, divididas em suas grandes macrorregiões, a presença de apenas 14 equipamentos centrais na composição da Rede da Mulher é no mínimo dramático. Atrelada à dificuldade no acesso, representada pela inconstância nos transportes, bem como na divulgação da informação acerca da funcionalidade da rede, a fragmentação das localidades reproduz a lógica da urbanização de Campinas, que privilegia a reprodução do capital na esfera pública em detrimento à garantia de direitos que, para além de femininos, são imprescindíveis para a garantia da vivência e da cidadania como um todo.

Sob a força da ordem masculina, que funciona com uma imensa máquina simbólica, reproduz normas e relações de poder que inferem ao gênero um dos pilares da diferenciação entre os sujeitos, acionando distintas relações espaciais. Dessa forma, a violência e a dominação acabam por ser uma constante na vida das mulheres no capitalismo (FEDERICI, 2017).

Através deste pressuposto, é possível, enquanto exemplo, retornar a um dos marcos legais essenciais na compreensão da organização legislativa e material dos equipamentos de atendimento às mulheres em situação de violência, deparamo-nos os seguintes artigos da Lei 11.340/06, a conhecida Lei Maria da Penha:

“Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.” (BRASIL, 2006).

Ora, mesmo com a legislação discursando enquanto garantia do livre acesso, democraticamente institucionalizado e formalizado pelas ações do Estado, a manutenção das desigualdades no que se refere à constituição do aparato de assistência às mulheres em situação de violência permanece enquanto um dos pilares constituidores da lógica espacial. O poder, flexibilizado na contemporaneidade, reproduz “a falsa impressão de determinados avanços quanto aos processos de resistência ao poder. Até porque ele está presente na construção de desejos e poderes” (TAVARES, 2015: 94).

Reafirmando Massey (2008), se o sujeito é fruto da ação diferenciada de poder, e as estruturas sociais acabam por ser criadas através destes mesmos atos, pautados nos interesses daqueles que os fazem, é possível admitir que as mesmas estruturas resistentes de hoje, podem ser

reajustadas. Neste sentido, o processo de urbanização e o sistema de circulação oferecido pela cidade aos indivíduos são fundamentais para explicar os usos e as apropriações dos lugares. Assim,

“O reconhecimento destas práticas importa igualmente em tratar as mulheres como cidadãs, reconhecendo seus direitos a participar mais ativamente do espaço político. Contudo, não se trata de uma luta exclusivamente feminista, mas sim do reconhecimento de que tais ações revelam questões comuns com outros segmentos sociais ou grupos de gênero. O elemento comum destas situações é que todos demonstram situações de opressão, e impulsionam reações para defesa das liberdades e da satisfação de necessidades sociais que diretamente se vinculam à existência digna do ser humano.” (FRANÇA, et al, s/d: 300).

No que diz respeito às espacialidades constituintes de Campinas, referente ao diverso público feminino local, compreender as desigualdades socioespaciais, trazendo à tona as interseccionalidades pertencentes às práticas e vivências urbanas é de extrema importância para associar as materialidades à reprodução das dinâmicas violentas no município. Aqui, a acessibilidade aos equipamentos públicos da Rede da Mulher deve ser lida enquanto atributo do espaço geográfico que reúne o conjunto de meios materiais, regulações e serviços num dado subespaço, capaz de oferecer a um agente a possibilidade de se deslocar ou de fazer movimentar bens e informações em outros pontos do território. Conforme McDowell (1999), a associação da mulher com a natureza, ou a representação desta em forma de mulher é tão expandida que, segundo Lamphere; Rosaldo e Ortner (1974), a divisão do mundo em natureza e cultura e associação de cada uma delas a mulher e ao homem, respectivamente, configura-se enquanto uma das bases das distinções sociais. Dessa forma, em que pesem as especificidades culturais de cada sociedade, há um sistema de crenças arraigadas que impõe e naturaliza diferenças no uso do tempo e no estabelecimento das espacialidades femininas e masculinas.

Referenciadas através das relações entre os equipamentos públicos e a situação das mulheres em Campinas, as notificações de violência do SISNOV são elementos chave na compreensão da interseccionalidade das mulheres vítimas das dinâmicas violentas no município, bem como a compreensão da intersetorialidade correspondente aos fluxos de atendimento em Campinas, fomentando as discussões referentes à permanência, circulação, vivência e identidades urbanas femininas no município. Retomando as prerrogativas apresentadas nos capítulos anteriores, os caminhos da pesquisa que serão percorridos nos tópicos a seguir, traduzem a busca pela análise e correlação das problemáticas e possibilidades das identidades femininas, da constituição múltipla de suas respectivas espacialidades e da necessidade de compreensão da dinâmica plural de desenvolvimento urbano.

3.2 O SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE CAMPINAS (SISNOV)

No propósito deste trabalho, os dados de violência a serem analisados se referem à organização do Sistema de Notificação de Violência de Campinas (SISNOV), uma vez que possuem o caráter compulsório, sendo divulgados anualmente através de boletins que abrem possibilidades de análise múltiplas no que diz respeito às trajetórias e perspectivas de percepção e denúncia de violência no município.

Criado em 2005 por iniciativa do Poder Público, o SISNOV configura-se enquanto um sistema integrado, intersetorial e interinstitucional (PEDROSA; DINIZ; MOURA, 2016) de notificação dos casos de violência doméstica contra crianças, adolescentes e idosos, abraçando variáveis como raça, localidade da moradia e espacialidade dos equipamentos públicos denunciadores. No discurso defendido pelo Estado, a organização do SISNOV promove um banco de dados eficiente para o planejamento, constituição e aplicabilidade de políticas públicas de combate à violência doméstica, espalhadas pelas regiões identificadas enquanto mais vulneráveis no que diz respeito a esta problemática.

Na nomeação dos atores envolvidos na criação do Sistema de Notificação de Violência de Campinas, encontra-se o Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, protagonista - e pioneiro - no avanço das iniciativas voltadas à formação de um Comitê Intersetorial e Interinstitucional na gestão das informações geridas para e pelo banco de dados do SISNOV. No que diz respeito ao desenvolvimento da coleta das denúncias compulsórias, é evidente a estruturação gradativa do serviço, principalmente após a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), em 2006, que regulamenta as ações necessárias ao combate e punição dos agressores em situação de violência contra a mulher.

Já no ano de 2008, “quando o Ministério da Saúde implantou a Ficha de Notificação e Investigação de Violências no SINAN (Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação), que era obrigatório para as unidades de saúde e trazia uma lista de violências mais ampla que a do SISNOV, os gestores deste sistema, que já planejavam a ampliação da lista de violências, buscaram adaptar o SINAN para o SISNOV.” (PEDROSA; DINIZ; MOURA, 2016: 1883). Neste ponto é de extrema relevância pontuar que, para além da própria criação, configuração e funcionamento da Rede da Mulher em Campinas, o SISNOV já existia enquanto ferramenta importante na articulação das notificações de violência e promovia a integração entre outros equipamentos públicos com o

propósito de oferecer uma espécie de base estrutural de acolhimento e atendimento da mulher em situação de violência, contando com o respaldo legal para tais ações.

“Com apoio do Ministério da Saúde, o SISNOV foi adaptado para que, mantendo peculiaridades locais, fosse capaz de gerar notificações no SINAN, resultando no SISNOV/SINAN, que atualmente permite o registro de 14 tipos diferentes de violências predefinidas.” (PEDROSA; DINIZ; MOURA, 2016: 1883). O questionário base para a realização das notificações através do SISNOV/SINAN pode ser verificado no Anexo 1.

Já “o acesso ao sistema em Campinas, que está situado na página da prefeitura, é via internet, porém para ter direito a ser um serviço notificador, tanto os serviços como os profissionais devem solicitar um cadastro junto ao Conselho Gestor do SISNOV que irá analisar e decidir se eles estão capacitados para entrar na rede de cuidados” (PEDROSA; DINIZ; MOURA, 2016: 1883). O acesso público está restrito aos boletins SISNOV, responsáveis pela tabulação de notificações de violência realizadas no período de um ano. Para esta dissertação foram analisados os boletins referentes ao período compreendido entre os anos de 2010 e 2020, uma vez que no decorrer destes 10 anos uma série de avanços legais foram alcançados no que se refere ao combate à violência contra a mulher, além de apresentarem variações importantes para a análise da manutenção e compreensão de plurais escalas de ocorrência da violência no município de Campinas.

Contudo, antes de serem apresentados os dados analisados no decorrer deste trabalho uma imensa ressalva deve ser feita. Mesmo com a configuração de um Comitê responsável pela tabulação e análise das notificações, bem como da estruturação de uma rede de apoio aos sujeitos em situação de violência em Campinas, as informações públicas são extremamente deficitárias e por diversas vezes, inconsistentes. Na análise do período de dez anos proposto nesta dissertação, os boletins SISNOV variaram enormemente nos critérios estabelecidos para a contagem de casos de violência contra a mulher adulta no município.

Além disso, o recorte temporal por vezes teve que ser readequado perante os dados oferecidos pelas plataformas oficiais. Apesar do desenvolvimento de uma rede intersetorial, institucional e dita integrada, cada um dos boletins SISNOV apresenta critérios completamente diferentes entre si nas publicações, em alguns momentos, antagônicos. Por conta deste entrave, as informações que se seguirão estão dispostas de acordo com os dados oficiais do Boletim SISNOV em referência ao seu ano de publicação. Trabalhar com as notificações compulsórias de violência contra a mulher adulta exigiu, para além do cuidado, a destreza em organizar as informações de

forma que elas pudessem ser compreendidas da forma mais esclarecedora possível no decorrer das análises propostas nesta dissertação. Cuidado este que não se aplica às plataformas oficiais do município de Campinas.

3.2.1 A violência contra as mulheres notificada em Campinas nos últimos 10 anos

A ocorrência da violência contra a mulher em Campinas pode ser compreendida através de análises múltiplas que vislumbram a coexistência do fenômeno das dinâmicas violentas em consonância com a organização do território urbano, bem como das ações e materializações dos fluxos inerentes à presença dos equipamentos públicos de atendimento ao público feminino no município. Logo, para que as análises que se seguem sejam coerentes com a multiplicidade da violência, bem como sua geograficidade e compreensão plural através das constituições espaciais, inicia-se a caminhada de leitura das notificações de violência coletadas pelo Sistema de Notificações de Violência de Campinas (SISNOV) em um período de aproximadamente 10 anos, de acordo com a implementação de aparatos legais de acolhimento e denúncia de violência na cidade.

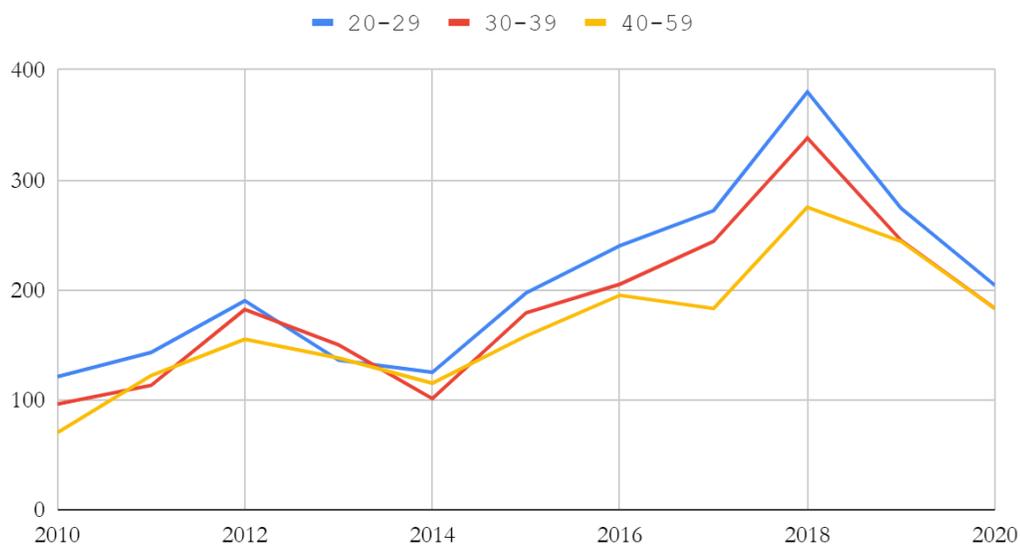
Aqui é necessário retomar que apesar dos avanços legislativos, a violência contra a mulher é uma constante na estruturação da organização social, uma vez que, em grande medida, associa-se a valores que vinculam à masculinidade a dominação e controle das mulheres, encaradas enquanto corpos externos à lógica de poder imposta pelas relações entre os sujeitos em amplas escalas. Segundo Biroli (2018: 166), “a violência ancora-se no entendimento da existência de um grupo de pessoas que podem ser violentadas e torturadas, afirmando-se a superioridade de determinadas identidades ao mesmo tempo que se promove a desvalorização das vidas construídas como seu ‘outro’”.

Neste sentido, “o discurso de liberdade do sistema capitalista é imposto através da expropriação, violência e morte daqueles que recebem marcadores sociais vinculados à manutenção de uma sociedade eurocêntrica, capitalista e patriarcal, que colocam os indivíduos em extrema vulnerabilidade no que diz respeito à própria existência e identidade” (ROSSETTO, 2021: 76). Fica o questionamento: quem são os que usufruem da libertação discursivamente posta pelo desenvolvimento do ideário do capital? Quais são os corpos permitidos a serem vividos e identificados em sua pluralidade? Quais são as narrativas aceitas e quais são os trajetos silenciados?

Enquanto princípio inicial nas análises acerca da violência da mulher, constrói-se a argumentação pautada na integração das diferenciações entre os sujeitos (BRAH, 2006) com o intuito de compreender os entraves e resistências das mulheres vítimas de violência em Campinas. Ao observar a estruturação do fenômeno nos últimos dez anos, deparamo-nos com a primeira intersecção necessária para a compreensão do fenômeno: o etarismo.

Compulsoriamente, as coletas dos dados realizados pelo SISNOV apresentam dados que, quando compilados no período analisado, demonstram, além do significativo aumento no número de notificações de violência contra a mulher no município, padrões interessantes no que se refere às mulheres adultas vítimas de violência, conforme é possível observar no Gráfico 3.

Gráfico 3- Faixa etária de mulheres adultas vítimas de violência por ano de notificação do SISNOV - Campinas



Fonte: Dados coletados no Boletim SISNOV (nº 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15). Confeção e adaptação próprias.

Ao observar as informações presentes no gráfico anterior, nota-se o crescente avanço do número de notificações compulsórias de violência contra mulheres adultas realizadas nos últimos dez anos de coleta do Boletim SISNOV em Campinas. Especificamente, mulheres jovens entre os 20 e 29 anos são as maiores vítimas de violência no município, seguindo gradativamente com as faixas etárias mais avançadas.

Alguns fatores podem ser inferidos no que diz respeito à alta das notificações nas idades de mulheres adultas mais jovens. Entre eles reside o fato de que esta parcela da população, em

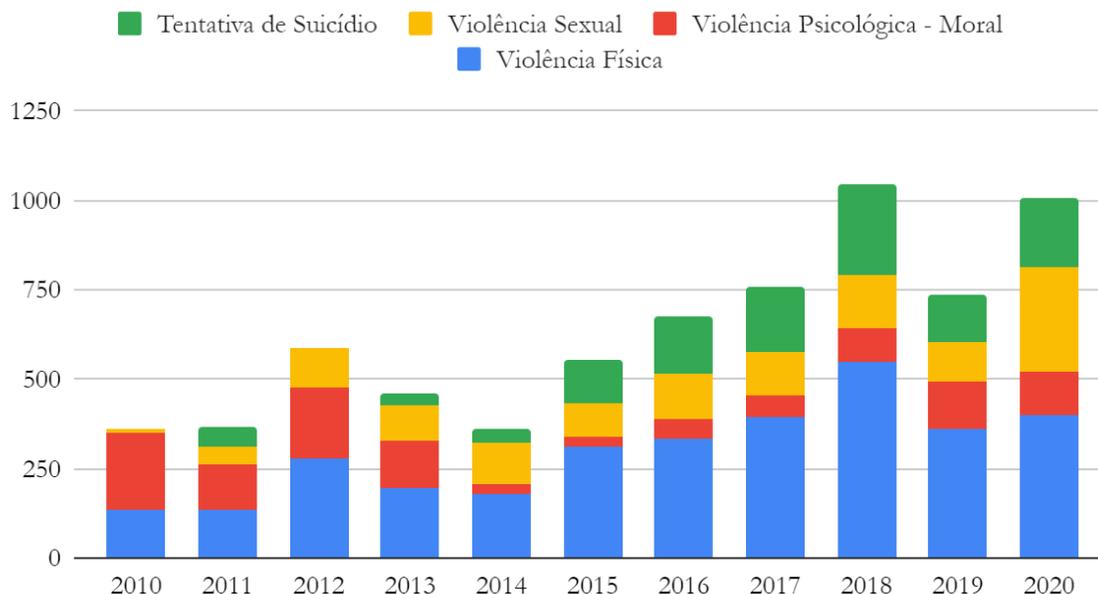
decorrência de variáveis múltiplas de leitura de seus marcadores sociais que as diferenciam dos sujeitos, acabam por encontrar ciclos de dependência violenta referente à manutenção de uma dominação que, para além de simbólica, interfere na autonomia econômica, uma vez que muitas mulheres jovens ainda não estruturaram solidamente sua independência financeira e das estruturas sociais correlatas à uma autonomia.

Além disso, e talvez, contraditoriamente, o público feminino mais jovem respira os ares dos avanços significativos no que diz respeito à organização legislativa, e conseqüentemente, estrutural, da rede de atendimento, informações e denúncias de violência contra a mulher. Neste sentido, é possível associar o fato do maior número de notificações se atrelar ao desenvolvimento recente da ampliação da comunicação, entendimento e reconhecimento de situações violentas por parte da população civil como um todo, de forma a incorporar número expressivos no número de notificações associadas ao recolhimento de dados realizado através do SISNOV.

Contudo, é necessário voltar a atenção para que mesmo com avanços ou mudanças no que se refere à divulgação, conscientização, promulgação de debates e assumida de vivências violentas por parte das mulheres e do coletivo social como um todo, não há uma transformação drástica na manutenção das relações domésticas, as quais as mulheres são constantemente expostas ao risco e às opressões múltiplas decorrentes de uma estrutura de poder fundamentalmente assimétrica e violenta.

É importante trazer enquanto norte da discussão a amplitude da violência e os simbolismos urbanos que auxiliam na manutenção de sua pluralidade. No que diz respeito às relações as quais as mulheres adultas estão inseridas, são apresentados dados interessantes que auxiliam na compreensão das dinâmicas relacionais de constituição das vivências do público feminino, colaborando na compreensão dos ciclos de violência (WALKER, 1979), bem como na composição da precariedade (BUTLER, 2009) a depender das marcas interseccionais apresentadas pelas mulheres. Para continuar com a análise das facetas da violência contra a mulher em Campinas, apresentam-se os dados representados no Gráfico 4.

Gráfico 4- Tipo de violência contra mulheres adultas em Campinas por ano de notificação do SISNOV



Fonte: dados coletados no Boletim SISNOV (nº 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15). Confecção e adaptação próprias.

Ao ler os dados dispostos no decorrer do gráfico acima, nota-se a predominância dos índices de violência física contra mulheres adultas em Campinas. Vinculada ao espaço doméstico, a frequência das ocorrências violentas associadas a agressões físicas acaba por se tornar a mais comumente presente no cotidiano feminino. Retomando o Ciclo da Violência proposto por Walker (1979), é possível notar a intrínseca presença da violência física enquanto eixo norteador das relações as quais as mulheres estão inseridas.

Além das agressões, é possível observar no gráfico a presença significativa de denúncias relacionadas à persistência da violência psicológica e sexual entre as mais sentidas pelo público feminino. Ambos os casos são interessantes de serem pensados em suas distintas dinâmicas relacionais, uma vez que envolvem percepções e identificações distintas no que diz respeito à denúncia da violência cometida. Outro ponto a ser lembrado reforça que “a violência nas relações de gênero e, particularmente, a violência sexual pode implicar uma maior ocorrência de diversos problemas de saúde física, reprodutiva e mental, como também acarreta um maior uso dos serviços de saúde por parte das mulheres” (OLIVEIRA, 2009: 37), situação que será melhor compreendida

posteriormente, quando analisados os principais pontos de notificação de violência contra a mulher em Campinas nos últimos anos.

Neste ponto é importante problematizar o fato de que nos últimos 10 anos, as notificações compulsórias de tentativas de suicídio no público feminino aumentaram significativamente em Campinas. Ora, quando se fala de violência contra a mulher, necessariamente associam-se às ocorrências a terceiros, principalmente sujeitos próximos, que compõem a rede de relações central das vítimas. Contudo, pouco se discute sobre as problemáticas de uma persistente estrutura social que evidencia as assimetrias de poder entre os sujeitos, de maneira a expor as mulheres à maximização do risco ao dano, inclusive no que se relaciona à violência causada por si mesmas.

Por mais que o enfoque dado por este trabalho resida nas esferas que se relacionam para a manutenção da vulnerabilidade feminina, assumindo simbolismos urbanos no que diz respeito à discussão acerca dos equipamentos de atendimento às mulheres em situação de violência em Campinas, pontuando o papel do Estado, bem como da constituição social na articulação dos limites e espacialidades que auxiliam na manutenção das relações violentas, é importante ressaltar os riscos e as precariedades inerentes à saúde mental das mulheres a partir de uma perspectiva ampla de problematização das vivências as quais são constitutivas das identidades femininas na construção do urbano.

No que se refere à violência psicológica, diferentemente da física ou até mesmo da sexual, por vezes ela pode passar imperceptível aos olhos desatentos da sociedade e até mesmo dos profissionais envolvidos com o atendimento público feminino em Campinas. Somada a esta dificuldade, encontra-se a não percepção das ocorrências de abuso moral e psicológico tanto por parte das vítimas desta violência quanto pela própria organização da comunidade como um todo.

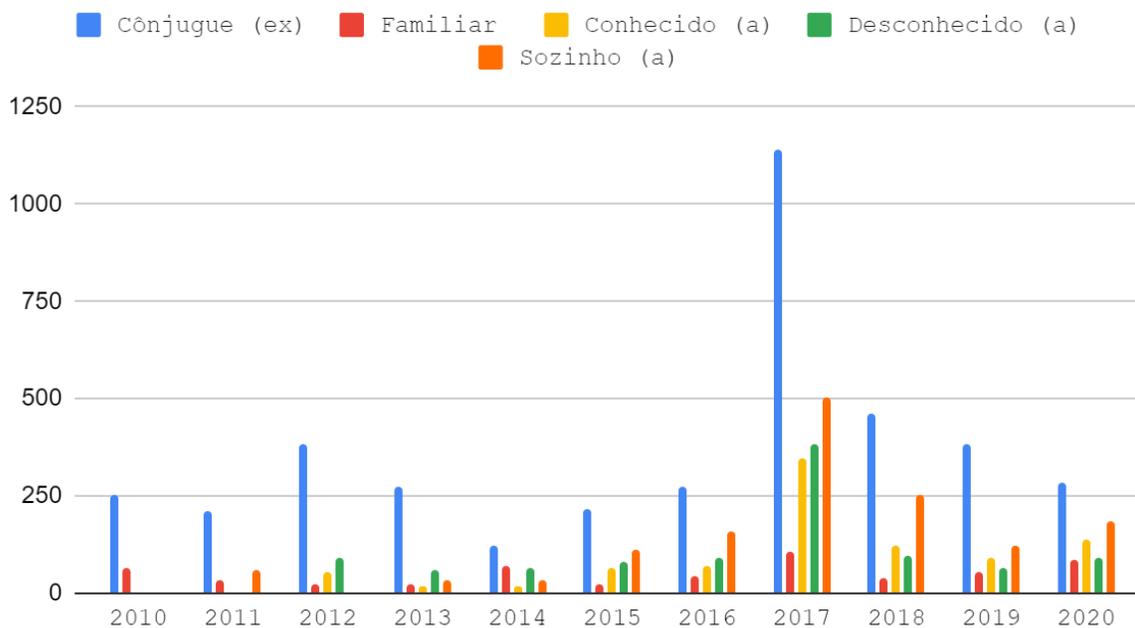
Reafirmando Saffioti (2015: 24) “ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa”. As mulheres adultas vítimas de violência posicionam numa trama engendrada de medo, dependência e intenso sentimento de culpa pela situação na qual se encontram. Este posicionamento constrói-se através de uma estrutura social que marginaliza as mulheres e, coletiva e individualmente, as incumbe da responsabilidade da aceitação da dominação e do não questionamento dos ciclos violentos os quais estão inseridos.

O julgamento pertencente à maneira como a sociedade encara as situações de violências às quais as mulheres estão inseridas passa a ser um dos pilares chave para a manutenção do

silenciamento, bem como da tentativa de deslocamento das vítimas perante os questionamentos acerca das relações que as cercam. Na distribuição das opressões (por vezes lidas como silenciosas), as mulheres tendem a sentir insegurança de estarem desacompanhadas, por vezes sentindo-se incapazes de realizar tarefas cotidianas, essenciais para sua vivência e composição identitária. Aqui, reforça-se o papel múltiplo da violência no que se refere ao apagamento e esquecimento da vítima, de forma que sua própria concepção e aceitação sobre si própria seja extremamente prejudicada.

As mulheres passam a ter contínua desconfiança dos outros, essencialmente dos homens, mas permanentemente de si mesmas. A partir disso, nota-se que apesar da permanência em ciclos violentos, as mulheres permanentemente sentem-se inseguras e amedrontadas a depender de onde, quando e quais são as relações estabelecidas com os agressores responsáveis pela violência cometida. De encontro com Oliveira (2009, pp. 37-38), quando a violência ocorre próximo à moradia da vítima, ou realizada por um indivíduo pertencente à rede de relações próximas, “há muito medo de que o agressor possa retornar, e elas expressam desejo de mudar de residência. Às vezes, não prestam queixa na delegacia por medo do retorno do agressor ou, quando o fazem, convivem com o medo da vingança.” Justificando a insegurança, observam-se os dados representados no Gráfico 5 no que diz respeito aos principais responsáveis pelas agressões sofridas por mulheres adultas em Campinas.

Gráfico 5 - Agressores das mulheres adultas vítimas de violência por ano de notificação do SISNOV



Fonte: Dados coletados no Boletim SISNOV (nº 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15). Confeção e adaptação próprias.

Ao observar o gráfico ilustrado acima, nota-se um padrão no mínimo assustador. Na análise das notificações de violência contra a mulher em Campinas, há um predomínio massivo de agressores sendo cônjuges ou ex-companheiros das vítimas. Além disso, é persistente a presença de familiares e sujeitos com relações próximas às mulheres como responsáveis pelas agressões. Não à toa, estes dados vão de encontro à argumentação referente à dominação masculina para além da esfera pública de reprodução do espaço, uma vez que no privado, as violências são permanentemente mantidas pelo uso simbólico da força e pela dominação através da violência. Assim,

“O espaço doméstico não pode ser concebido como naturalizado como espaço da família heteronormativa, mas pensado a partir de uma matriz de poder que situa pessoas e afetos em diferentes suposições hierarquizadas. É no espaço da casa que se pode perceber mais claramente a performance da cisheterossexualidade compulsória, bem como as estruturas hierárquicas de gênero e gerações que instituem poderes simbólicos e materiais que pauta nas relações entre os componentes familiares.” (GONTAREK; SILVA, 2020: 193).

“A naturalização dos pertencimentos, definidos de acordo com uma visão binária acerca dos gêneros, além de simplificada, constitui a conexão dos comportamentos e relações inerentes à

desigualdade no ambiente privado. A associação entre mulher e domesticidade constrói-se nessa chave” (BIROLI, 2018: 67), prevalecendo aos homens a prioridade no mundo do trabalho, a esfera pública, enquanto as mulheres são dispostas na divisão do trabalho remunerado e o coração da reprodução capitalista, o trabalho do cuidado (FEDERICI, 2019).

No que diz respeito ao gênero, os homens enquanto categoria socialmente construída tem liberdade quase absoluta, uma vez que a estrutura social é simbólica e materialmente constituída a partir da dominação masculina e de sua conseqüente hegemonia. Já as mulheres são inseridas na lógica de dependência, de forma que a autonomia “é privilégio de apenas uma categoria, ficando patente a hierarquia entre os corpos, e, portanto, a desigualdade” (VENTURINI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004: 50). Neste sentido,

“Entendemos o espaço doméstico como conexão multiescalar em que sujeitos sexuados e generificados formam um espaço singular da coexistência simultânea de interrelações que desenvolvem práticas domésticas, embebidas em emoções, contato físico, intimidade, cuidado, conflitos e tensões que são negociadas nas rotinas das pessoas que constituem a materialidade específica do espaço que chamamos de casa. Portanto, a casa também é um espaço complexo e político onde se negociam as relações cotidianas que estão pautadas por sujeitos generificados.” (GONTAREK; SILVA, 2020: 194).

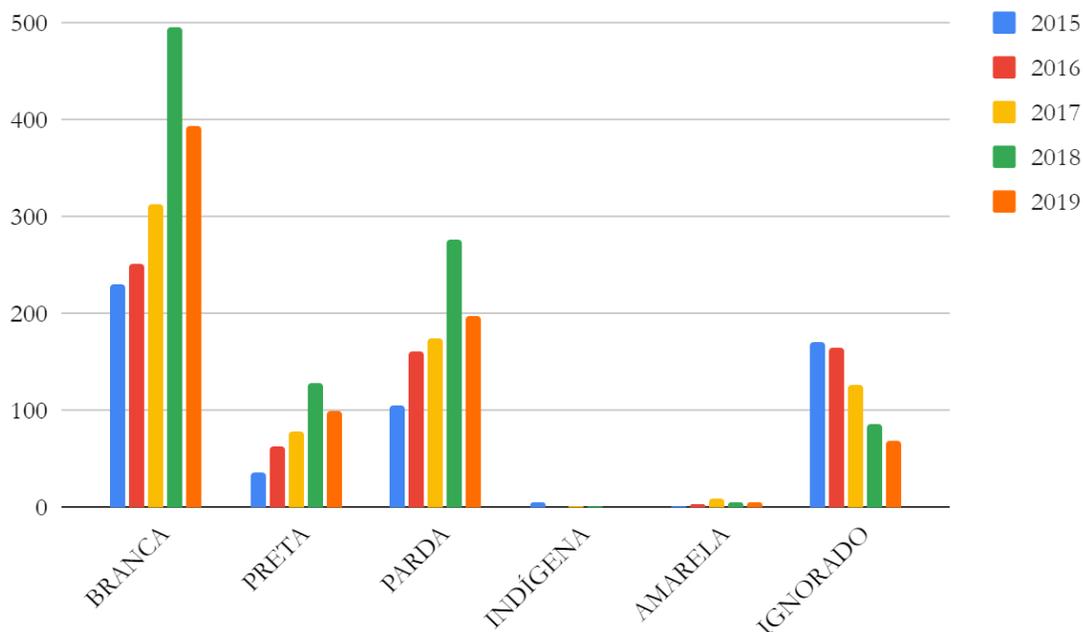
A persistência da violência entre membros próximos, familiares, companheiros, amigos de mulheres, evidencia a coexistência do silenciamento, da dominação e do subjugamento do feminino perante a dominação masculina. Interessante pontuar que, os homens acabam por serem constantemente expostos à exploração principalmente no que se refere à manutenção da esfera pública, assumindo as interfaces interseccionais que os atravessam. Contudo, mesmo que violentados em suas ações e identidades, a assunção da dominação faz parte dos ciclos relacionais os quais estão inseridos, expondo as mulheres ao risco e à sobreposição de violências cotidianas. “Daí a compreensão de que “na família, na nossa sociedade, e em suas relações proximais, as mulheres são dominadas para que seu trabalho possa ser explorado e porque seu trabalho é explorado” (BIROLI, 2018: 66). Logo,

“O trabalho doméstico e o de provimento de cuidado, desempenhados gratuitamente pelas mulheres, constituem os circuitos de vulnerabilidade que as mantêm em desvantagem nas diferentes dimensões da vida, tornando-as mais vulneráveis à violência doméstica e impondo obstáculos à participação no trabalho remunerado e na política (...) A causalidade que assim se estabelece não vai apenas na vida doméstica para outras esferas, uma vez, como venho argumentando, a alocação de responsabilidades é institucionalizada e decorre de decisões políticas.” (BIROLI, 2018: 66)

Apesar da permanência da dominação vinculada à binaridade de gênero e as consequentes construções sociais acerca das normas e papéis de gênero (BUTLER, 2019), é necessário pontuar que mesmo no espaço privado, a experiência de relações violentas se diferencia, a depender das marcas sociais trazidas por diferentes corpos femininos. No exemplo assumido por Tavares (2015), enquanto para as mulheres de classe média, o espaço doméstico possa ser um lugar de confinamento e repressão, para mulheres que vivem em favelas pode ser um espaço de resistência, de sua afirmação e proteção do espaço público violento e segregado. “Ao mesmo tempo que pode ser também um espaço de repressão e dominação masculina, ainda que não haja um homem em casa” (TAVARES, 2015: 86).

Além disso, segundo Crenshaw (2002: 9), “onde os sistemas de raça, gênero e dominação de classe convergem, como ocorre nas experiências de mulheres não-brancas, as estratégias de intervenção baseadas unicamente nas experiências de mulheres, sem a perspectiva interseccional, serão ajuda limitada para as mulheres que por causa de raça e classe enfrentam obstáculos diferentes.” De acordo com distintas leituras, a dificuldade de reconhecimento da violência doméstica, bem como da busca por serviços públicos de atendimento configuram-se enquanto entraves na acessibilidade e coerência dos atendimentos oferecidos, de forma que a questão racial se apresenta enquanto outro grande demarcador social de diferente no que se refere às notificações compulsórias de violência coletadas pelo SISNOV, como é possível visualizar na leitura do Gráfico 6.

Gráfico 6- Identificação étnico-racial das mulheres adultas vítimas de violência em Campinas por ano de notificação do SISNOV



Fonte: Dados coletados no Boletim SISNOV (nº 11, 12, 13, 14 e 15). Confeção e adaptação próprias.

O primeiro questionamento lançado reside no fato de que a alta das notificações de violência encontra-se associada às mulheres autodeclaradas brancas. Através das informações públicas fornecidas pela plataforma do SISNOV, não é possível realizar a somatória dos dados referentes à cor, idade e rendimentos das mulheres vítimas de violência em Campinas. Inclusive, talvez neste ponto seja necessário escancarar a dificuldade inerente ao processo de coleta, correlação e análise dos dados fornecidos pela plataforma das notificações.

A princípio, a organização do sistema público de articulação da Rede da Mulher, bem como das relações intersetoriais no avanço das notificações de violência em Campinas, assume-se enquanto complexa, engajada e ativa na busca da compreensão plural do fenômeno da violência. Contudo, ao realizar a leitura dos Boletins SISNOV dos últimos dez anos, apenas em um período extremamente recente existe a preocupação interseccional com relação a quem são as vítimas violentadas, bem como quais são as realidades vivenciadas por elas. Neste sentido, é possível refletir sobre o seguinte questionamento: quais são os interesses por trás do constante apagamento das vítimas de violência em Campinas? Por que, em um município com mais de 1 milhão de

habitantes, os marcadores sociais de raça e classe, por exemplo, não são considerados nas análises do fenômeno da violência, sabidamente distinto a depender de quais são as identidades sociais dos sujeitos urbanos?

O início de uma resposta reside no histórico processo de configuração das assimetrias de poder com relação aos sujeitos que se estabelecem enquanto hegemônicos na organização social. Entendendo que o Estado assume o papel disfarçadamente neutro, mas que privilegia dinâmicas que são masculinas, e não complexamente sociais e múltiplas, há uma desestruturação proposital das existências e vivências dos corpos que são marginais à manutenção hegemônica. O gênero, aqui somado a pilares como raça e classe, por exemplo, norteia os apagamentos e generalizações acerca da coleta e divulgação de dados sobre violência contra a mulher, além de orientar a precariedade no abastecimento da Rede da Mulher e de seu consequente acolhimento e atendimento às vítimas.

Ao analisar o Gráfico 6, a primeira informação que salta aos olhos diz respeito ao grande número de vítimas de violência autodeclaradas enquanto mulheres brancas. Ao interseccionar a compreensão acerca deste fenômeno, é possível inferir que no caso particular deste grupo de mulheres, o acesso às informações e a busca por acolhimento, é de certa forma, maximizada a depender das condições infraestruturais e de mobilidade urbanas as quais esta parcela vivencia. Reafirmando Biroli (2018: 36), “a produção do gênero não ocorre de forma isolada de outras variáveis que, em dado contexto, são relevantes no posicionamento e na identificação das pessoas, assim como no seu acesso a espaços e recursos.”

As mulheres não vivenciam suas espacialidades e identidades urbanas em um contexto que existe apenas a reprodução do sexismo e a permanência do machismo, uma vez que racismo, classismo e outras formas de opressão evidenciam que “o problema da diferença é na realidade o problema do privilégio” (BIROLI, 2018). “Embora a compreensão das ligações entre o racismo e a violência contra a mulher seja um componente importante de qualquer intervenção eficaz, também é nítido que mulheres não-brancas não precisam esperar o triunfo final sobre o racismo antes de poderem viver vidas livres de violência” (CRENSHAW, 2002, pp. 23-24).

Ao retornar à interpretação do Gráfico 6, outra questão a ser levantada reside na presença expressiva de mulheres autodeclaradas pretas e pardas enquanto vítimas constantes de violência de gênero. Esta constante, de encontro com o posicionamento de Gonzalez (1984) evidencia que “o contexto em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo

e do sexismo. O racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 1984: 224), escancarando que “as relações de poder entre homens e mulheres são vistas como a principal dinâmica da opressão das mulheres, levando às vezes quase à exclusão de outros determinantes como classe e racismo.” (BRAH, 2006: 343).

Compreendendo que as mulheres negras historicamente estão em situação de vulnerabilidade ampliada com relação às mulheres brancas, a violência assume uma postura complexa e multifacetada em seus cotidianos, uma vez que o jogo de poder e opressão perpassa pela diferenciação interseccional baseada não somente na questão de gênero ou de classe, mas também na estruturação do pilar racista de organização social. Por esta perspectiva, para Gonzalez (2018), o gênero e a etnicidade são manipulados de tal modo que, no caso brasileiro, os mais precarizados níveis de participação na força de trabalho, pertencem exatamente às mulheres e à população negra, constituindo os corpos em constante exposição à precariedade (BUTLER, 2014). Neste ponto é imprescindível retomar o posicionamento de CRENSHAW (2002), ao dizer que

“A raça e a cultura também contribuem para a supressão da violência doméstica. As mulheres não-brancas muitas vezes relutam em chamar a polícia, uma hesitação provavelmente devido a uma falta de vontade geral entre as pessoas não-brancas para submeter sua vida privada ao escrutínio e controle de uma força policial que é frequentemente hostil. Há também uma ética comunitária mais generalizada contra a intervenção pública, produto do desejo de criar um mundo privado livre dos diversos estupros à vida pública de pessoas subordinadas racialmente. A casa não é simplesmente um castelo do homem no sentido patriarcal, mas também pode funcionar como um refúgio seguro das indignidades da vida em uma sociedade racista. No entanto, mas para este "refúgio seguro" em muitos casos, as mulheres não-brancas vitimadas pela violência poderiam, de outra forma, procurar ajuda.” (CRENSHAW, 2002: 23).

As diferentes esferas de dominação de distintas formas de reprodução social, econômica e cultural coincidem nas condições de existência material e simbólica da comunidade negra. Neste sentido, “as relações raciais, com o foco para negros e brancos, são exercidas em contexto de total desigualdade e invisibilidade para os negros. Quando nos deparamos com a realidade das mulheres negras, intensifica-se o quadro de desigualdades e opressões, sendo inter cruzadas as questões de gênero e raça” (VENTURINI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004: 88), uma vez que as relações generificadas uma vez que são baseadas no confronto de poderes em distintas esferas, pública e privada, resultando em vivências hierarquizadas entre os sujeitos. Dessa forma,

“O racismo está ligado ao patriarcado na medida em que o racismo nega aos homens não-brancos o poder e o privilégio de que gozam os homens dominantes. Quando a violência é entendida como uma atuação de ser negado o poder masculino em outras esferas, parece contraproducente abraçar construções que vinculam implicitamente a solução à violência

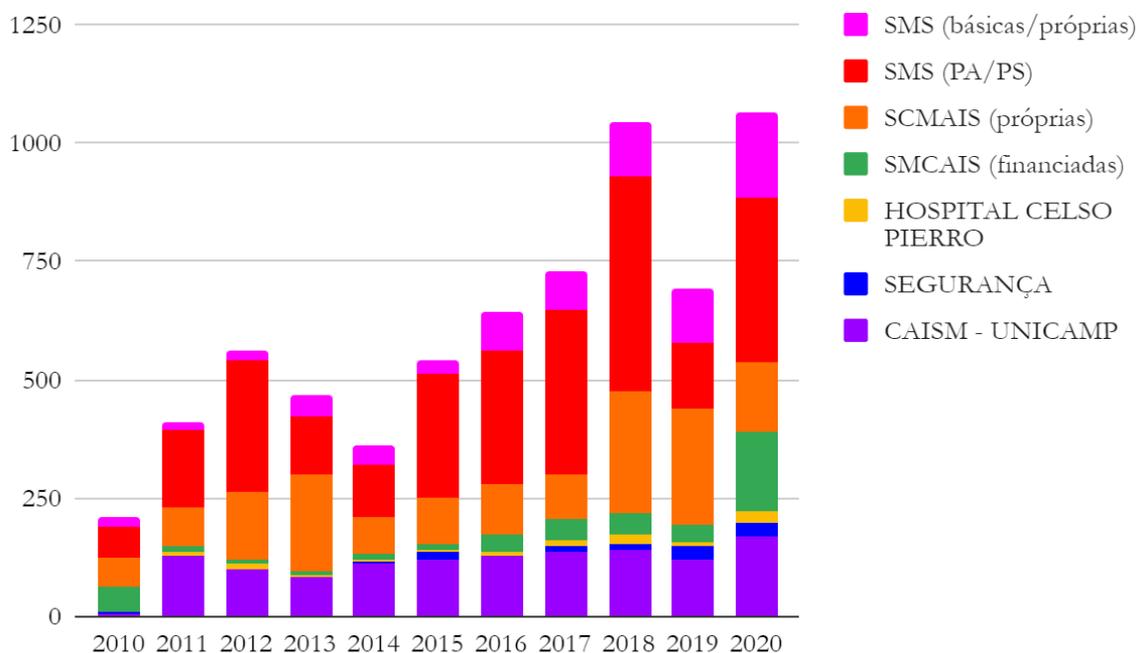
doméstica à aquisição de maior poder masculino. O imperativo político mais promissor é desafiar a legitimidade de tais expectativas de poder, expondo seu efeito disfuncional e debilitante sobre as famílias e comunidades não-brancas.” (CRESHAW, 2002, pp. 23-24).

Outro ponto a ser considerado com relação às notificações compulsórias de violência contra mulheres pretas e pardas em Campinas é o fato de que, em uma sociedade estruturalmente racista, o medo e a insegurança vão muito além as relações familiares ou entre sujeitos próximos das vítimas, uma vez que, a organização dos poderes e legislações, bem como do imaginário social, refletem o histórico processo de marginalização e violência o qual a população negra brasileira vivencia. Dessa forma, “o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão.” (GONZALEZ, 1979: 232).

É justamente no anonimato e no silenciamento que as mulheres negras sofrem os efeitos da culpabilidade dupla, a de gênero e a de reprodução de cunho racista. Deslocadas da centralidade da reprodução do capital, são elas que sobrevivem, e acessam pontos com base na prestação de serviços públicos, sendo a linha de frente na compreensão dos entraves e acessos que a mobilidade urbana constrói com relação aos seus corpos. Contudo, a insegurança as cerca constantemente, uma vez que “seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país)” (GONZALEZ, 1984: 231).

Observando os dados da perspectiva interseccional, a relação das informações compulsórias de violência em Campinas, associadas aos principais locais de notificação, evidenciam a desigualdade no que diz respeito ao acesso aos equipamentos públicos de atendimento à população, bem como da fragmentação, e conseqüente problemática, da estruturação da Rede da Mulher no município, como nota-se na leitura do Gráfico 7.

Gráfico 7- Principais pontos de notificações de violência contra a mulher adulta segundo ano do SISNOV



Fonte: Dados coletados no Boletim SISNOV (nº 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15). Confeção e adaptação próprias.

Para realizar a leitura do gráfico acima, é necessário compreender a quais serviços cada uma das localidades mencionadas se relaciona. De ponto, temos os Serviços Municipais de Saúde (os chamados SMS), que envolvem os serviços públicos básicos, divididos entre as grandes cinco macrorregiões de Campinas (também conhecidas enquanto Distritos de Saúde), compostos principalmente pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), abrangendo a Atenção Básica e de Média e Alta Complexidade.

Além disso, encontram-se os serviços da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Inclusão (os SMCAIS), que conta com a transversalidade de políticas voltadas às mulheres, à diversidade sexual, à juventude, à prevenção de drogas e à igualdade racial, comandadas pela organização dos equipamentos do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e do CRAS (Centro de Assistência Social). No primeiro caso, encontram-se locais públicos voltados ao atendimento de indivíduos que estejam em situação de risco social, ou tiveram seus direitos violados de alguma forma; em Campinas são 5 CREAS, um para cada macrorregião. Já os

CRAS, espalhados em 12 bases no decorrer do município, representam “a porta de entrada” para serviços da Assistência Social; com o objetivo de fortalecer a convivência dos sujeitos com seus círculos de relações mais próximas, bem como com a comunidade no geral.

Com base nas análises dos dados fornecidos pelo SISNOV não é possível afirmar quais as localidades específicas, nas macrorregiões, são responsáveis pelas notificações. Com exceção de pontos determinados, como é o caso do CAISM – UNICAMP, na macrorregião Norte, e do Hospital Celso Pierro (localizado na macrorregião Sudoeste de Campinas, é pertencente à Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC), as denúncias de violência contra a mulher se fragmentam pelo município.

O local que chama a atenção por sua expressiva quantidade de notificações de violência contra mulheres adultas em Campinas é o CAISM – UNICAMP (Centro Integral à Saúde da Mulher), equipamento público de extrema relevância tanto para a centralidade do atendimento das demandas femininas no setor da saúde, como um grande articulador na existência da Rede da Mulher no município. Além deste ponto, outra localidade que aparece timidamente entre os pontos de notificação principais em Campinas, associa-se ao setor de Segurança, compreendido majoritariamente na presença das Delegacias, especializadas no acolhimento às mulheres ou não. Contudo, aqui reside uma verificação interessante.

Neste primeiro momento, é possível notar que a maior parte das notificações de violência contra a mulher adulta se atrela a lógica do cuidado e de uma extensão do trabalho doméstico realizado majoritariamente pela população feminina, e numa negação dos equipamentos voltados à segurança, e conseqüentemente, à polícia. De pronto associa-se este segundo movimento ao fato de que o policiamento reproduz em sua dinâmica a persistência de movimentos machistas e racistas, uma vez que estabelece a perseguição aos sujeitos classificados à margem da sociedade, por terem facetas identitárias que são lidas de maneira pejorativa e violenta.

Em somatória, a presença massiva de notificações vinculadas aos serviços de saúde, revela a permanência do cuidado para além do paradoxo entre a organização das relações nas esferas pública e privada, as quais incidem diretamente na dinâmica feminina em Campinas. Inseridas na reprodução doméstica, às mulheres estão inerentes as responsabilidades do cuidado, principalmente dos filhos e outros menores que podem estar sob seus olhares. Não à toa são estes locais que representam a maior chegada de vítimas de violência, mulheres que majoritariamente vivenciam situações de agressões físicas, psicológicas e sexuais, essencialmente atreladas ao

ambiente da casa, do privado, como foi possível observar através dos gráficos apresentados anteriormente. Desse modo,

“O feminismo mostrou a separação entre o público e o privado e a atribuição do espaço público aos homens e do espaço privado às mulheres. A separação não é somente física, mas, sobretudo, simbólica: o público é o espaço da racionalidade, o espaço do interesse comum, e o privado é o do particular, do cuidado. Daí a atribuição do interesse comum e racional aos homens e o privado e afetivo às mulheres. Isto não foi uma exceção no planejamento e nas políticas urbanas” (MAYORGA; RUEDA, 2019: 9).

Neste sentido, “apesar das relações de poder entre opressores e oprimidos, há práticas sociais de resistência à exclusão promovidas pelas subjetividades dominantes. Esta constante tensão de quem está fora e quem está dentro, depende de inúmeros elementos, como a identidade do grupo, o tempo, etc. entre os quais influenciam nas práticas sociais e também na performance das mulheres” (TAVARES, 2015b: 8). Dessa forma, a sobreposição dos fluxos urbanos acaba por favorecer uma série de demandas as quais há uma visível separação social entre os papéis assumidos entre homens e mulheres. “Pautada na desigualdade de gênero, o conhecimento da cidade é um conhecimento corporificado, construído pela memória corporal” (FREITAS; GONÇALVES, 2021: 6), evidenciando o falso binarismo entre os sujeitos e suas respectivas normas e funções sociais.

Ora, mas então qual seria eficácia do estabelecimento da Rede da Mulher em Campinas, se, através de uma breve leitura dos dados coletados pelo SISNOV é possível notar que, com exceção do CAISM – UNICAMP e das poucas notificações relacionadas à Segurança, nenhum outro equipamento público que compõe a centralidade da rede está presente nos principais locais de denúncia de violência contra a mulher no município, quais são as estruturas pretéritas associadas à esta realidade; Quais são os motores propulsores desta desigualdade; Quais são os indícios que levam a uma explicação deste padrão de notificações de violência em Campinas; Questionamentos estes que podem ser vinculados ao posicionamento de Kleba e Wendausen (2009),

“É no território que se materializam as desigualdades e, por ser considerado dinâmico, possui um desenvolvimento próprio que evidencia as disparidades entre os conflitos sociais e espaciais que abriga, assim como as consequências que se espalham pela cidade. A forma como os sujeitos fazem suas escolhas tem estreita relação com a capacidade de participação, mas também com a distribuição do poder nesses espaços.” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009: 737).

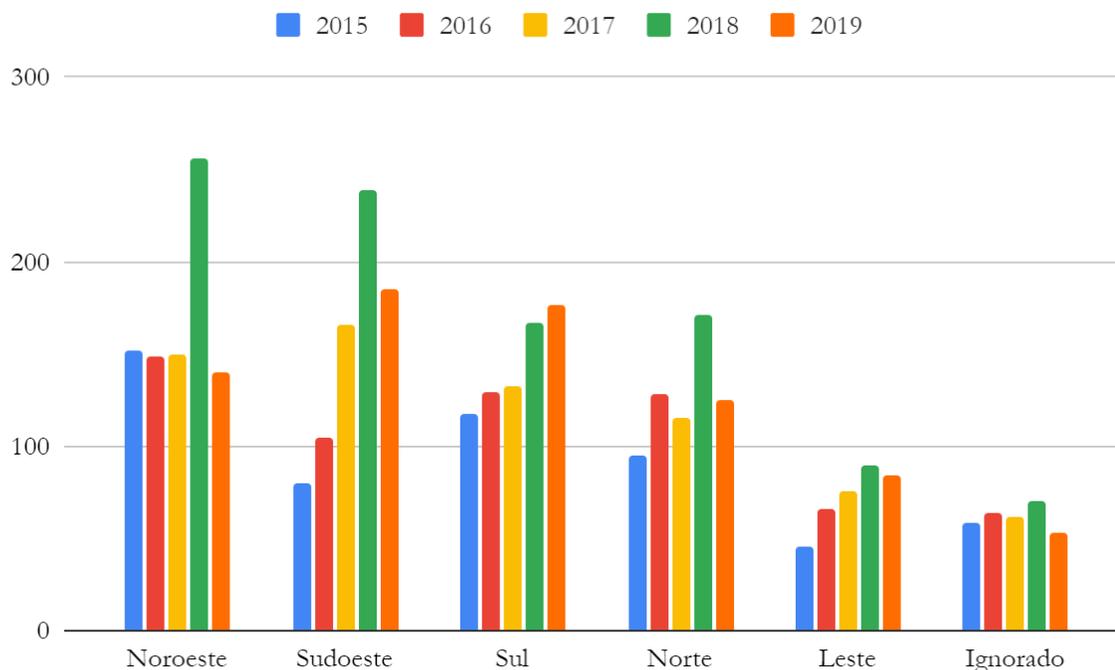
A fragmentação da divisão espacial de acordo com a demanda de sua privatização e negociação em seu constante processo de mercadologização reforça a assunção do espaço perante

os interesses do Estado capitalista. Desse modo, o espaço social do capitalista se fragmenta frente a homogeneização e hierarquização dos corpos (LEFEBVRE, 1991 [1974]). Portanto, a hierarquia das identidades espaciais, pautadas nas assimetrias de poder, determina o padrão base para que o espaço efetivamente seja produzido, de acordo com a otimização do capital perante sua racionalização, em detrimento às existências diversas e pautas de constituição das espacialidades que revelam sua potencialidade plural. Percebe-se que as mulheres estão vinculadas ao projeto de cidade que articula o capital em negação às demandas sociais, que muito além de femininas, são essenciais para a garantia da cidadania.

Além disso, ao voltar a atenção aos fluxos possíveis realizados pelas mulheres em Campinas, nota-se que há uma discrepância no que se volta ao número de notificações de violência por macrorregião com relação a presença (ou inexistência) de equipamentos públicos formalizados enquanto centralidades de atendimento e acolhimento de vítimas de violência pela Rede da Mulher no Município. Esta realidade abre horizontes para a compreensão de que transporte e mobilidade são exemplos significativos, quando se pretende diagnosticar as condições de vida das mulheres na cidade. “O processo de urbanização atual, que especializa e pulveriza as várias funções urbanas em espaços estritamente residenciais, ou comerciais, ou industriais e cria periferias extensas, com pouca infraestrutura, veio multiplicar e diversificar os deslocamentos das mulheres” (CALIÓ, 1991: 117). Contudo, a persistência da lógica do cuidado no que diz respeito às motivações propulsoras dos deslocamentos femininos em Campinas age de acordo com a maior procura por atendimento nos serviços de saúde, uma vez que às mulheres estão vinculados a responsabilidade inerentes ao afeto e ao trabalho não pago do cuidado e da reprodução social.

Ao observar os dados presentes na leitura do Gráfico 8, é possível mensurar, por macrorregião, a persistência da violência contra a mulher adulta. Em somatória com todos os dados apresentados anteriormente, no decorrer dos Capítulos 2 e 3 desta dissertação, um amplo campo de associações pode ser feito para que a geograficidade da violência ganhe a interseccionalidade necessária para compreender sua materialidade no simbolismo urbano em Campinas.

Gráfico 8- Macrorregiões de moradia das mulheres adultas vítimas de violência em Campinas



Fonte: dados coletados no Boletim SISNOV (nº 10, 11, 12, 13, 14 e 15). Confeção e adaptação próprias.

Nos últimos cinco anos, a totalização das denúncias compulsórias de violência contra a mulher evidencia a espacialidade das ocorrências no município de Campinas. De pronto, nota-se que a macrorregião Noroeste lidera os maiores índices de denúncia em praticamente todos os anos analisados. Em seguimento, apresentam-se as macrorregiões Sudoeste e Sul.

Neste ponto, é possível retomar a discussão feita anteriormente no desenvolvimento do Capítulo 2 desta dissertação, de encontro com a concepção de urbanização de Campinas, levando em conta o processo de concentração de capital, e conseqüentemente, do interesse do Estado em articular determinados pontos do território à lógica de reprodução do capital. A partir disso, as macrorregiões localizadas na porção Centro-Sul do município são diretamente afetadas pela organização de um planejamento que as coloca em situação de marginalização e precariedade com relação aos circuitos de articulação e funcionamento e outras porções do urbano.

A análise deste gráfico fornece a orientação necessária para a compilação final dos dados expostos anteriormente, uma vez que, para além de toda a complexidade da pluralidade interseccional das mulheres habitantes de Campinas, reconhecer quais são as localidades principais

das residências das vítimas de violência no município vai de encontro à problemática da não neutralidade da constituição espacial, de forma a reconhecer que o espaço é relacional a partir do momento em que amplia as vivências e a maneira de se encarar e ser encarado socioespacialmente por uma sociedade centrada no machismo, classismo e racismo atrelados às vivências femininas.

Através de todo o apanhado dos dados expostos no decorrer desta escrita, somam-se bases para que se construa uma discussão voltada à compreensão da dinâmica da violência contra a mulher adulta em Campinas, de forma a ampliar a discussão acerca das estruturas, interesses e assimetrias que, organizadas e relacionadas entre si, ampliam as possibilidades de maximização da precariedade (BUTLER, 2014) ao público feminino, a depender das facetas interseccionais que marcam os corpos, em distintas localidades do município.

A partir disso, a reflexão proposta no decorrer da dissertação se encaminha para sua finalização, somando trajetórias e traçando perspectivas por meio de uma produção que lança mão das anamorfoses enquanto instrumentos potentes de compreensão das desigualdades inerentes à reprodução urbana em Campinas, abrindo espaço para as multiplicidades pertencentes às identidades femininas em suas constantes relações com a violência.

3.3 ENTRE A DEMANDA FEMININA E AS AÇÕES DO ESTADO

Com base nas análises apresentadas anteriormente, é possível compreender que a maneira como a violência contra a mulher em Campinas se especializa e se concretiza é extremamente diversa, uma vez que é amparada pelas distinções socioespaciais, bem como pela forma como os sujeitos vivenciam a cidade, a depender dos marcadores sociais e das normas de gênero (BUTLER, 2019) que os orientam. Neste sentido, “sendo o espaço a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade” (MASSEY, 2008: 98).

Além disso, se a temporalidade também é espacial, o espaço assume a característica biográfica, trazendo consigo os simbolismos históricos, sociais e culturais dos sujeitos e de suas identidades coletivas e marcadores sociais através dos discursos e dos embates de poder. Então, é possível assumir que o corpo pode ser o depositário da história das mulheres. Violentá-lo de qualquer forma, significa o subjugamento e o silenciamento feminino no histórico de desenvolvimento das espacialidades e compreensões coletivas acerca do espaço.

Entendendo que “a cidade é condição, meio e produto das sociedades, lugar de realização da vida humana, extensão do próprio corpo humano, já que o indivíduo usa e vive a cidade através de seu maior e primeiro instrumento, com suas sensações, ações, reações, emoções e contingências” (GALETTI; DRUMOND, 2020: 115), infere-se que em sua não neutralidade, o espaço é fruto da interseccionalidade dos sujeitos, especialmente no caso deste trabalho, dos corpos femininos que coexistem, dialogam, conflitam e resistem às precariedades constantemente expostas às suas identidades em um eterno movimento paradoxal. Assim,

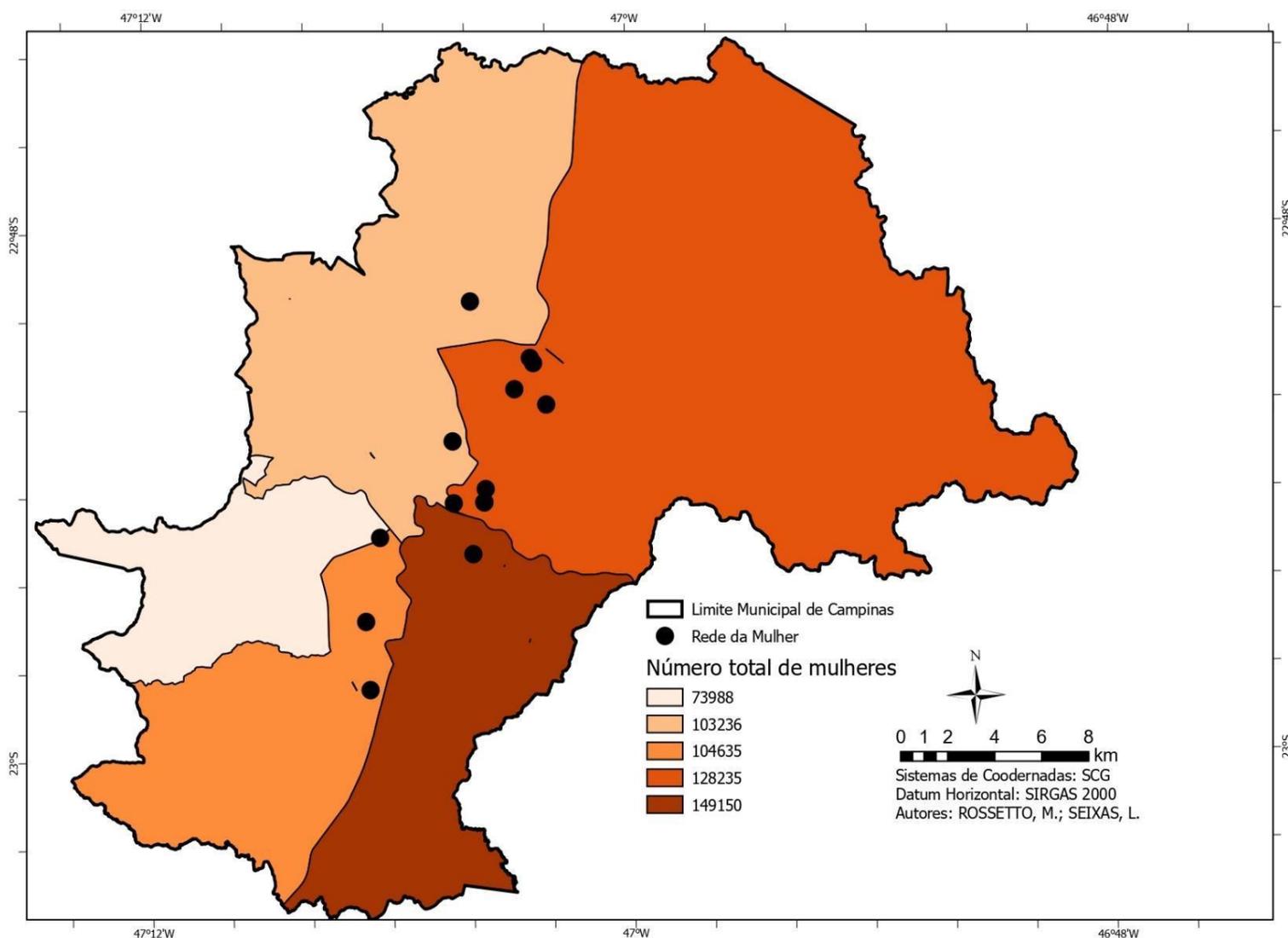
“Existem muitas cidades em uma grande cidade. Mais do que expressão da diversidade, essa é uma marca das desigualdades em cidades nas quais predomina uma lógica de exclusão. Os recursos, a estrutura, o saneamento básico, os equipamentos públicos e as áreas de lazer não são distribuídas de forma igualitária e geralmente se concentram nas regiões em que vivem as pessoas com maior renda. [...] Ermínia Maricato (2000) afirma que existe uma exclusão urbanística, ou seja, existe uma parte da cidade que é invisível, não cabe no mercado imobiliário legal/formal e inclusive o poder público desconhece sua realidade quando planeja investimentos e políticas. Também são invisíveis as mulheres, negros, negras e imigrantes cujo cotidiano é bem diferente do indivíduo tomado como modelo para o planejamento e organização das cidades.” (MORENO, 2015: 43).

Dessa forma, gênero, raça e classe (DAVIS, 2017) são constituintes e constitutivos do espaço urbano, apresentando em sua combinação a contribuição para uma vivência desigual das cidades, a qual resulta em discriminação e violência. Dentre as ações empregadas por um Estado que privilegia sua hegemonia e a aplicabilidade de seus interesses através da dominação, o controle social exercido mediante a exploração das desigualdades é um dos horizontes que proporcionam a funcionalidade urbana, bem como as disparidades espaciais inerentes ao processo. Ao retomar a defesa de Czytajlo (2020), a articulação entre as esferas material, simbólica e política transparecem a vulnerabilidades aos riscos e a violência as quais as mulheres constantemente encontram-se expostas em Campinas, uma vez que, ao encarar a articulação dos serviços públicos voltados às mulheres, as fraturas da exclusão são rapidamente encontradas.

“No campo das políticas públicas o tema das mulheres tem sido tratado de maneira fragmentada, como parte dos grupos sociais vulneráveis, em situação de risco, e integrado aos programas focalizados de “inclusão social” – chave política das políticas neoliberais para o trato da pobreza, desemprego e crescimento econômico, sob a rubrica de políticas que visam a promover a igualdade de oportunidades, tendo o mundo do trabalho como referência” (GOHN, 2007: 59). Contudo, ao realizar um breve mapeamento, correlacionando a quantidade de mulheres habitantes por macrorregião de Campinas em relação à presença de equipamentos públicos voltados à Rede

da Mulher no município, é possível notar que mesmo com o discurso integrador, em busca da minimização das desigualdades em um movimento de contínuo respaldo e políticas que buscam a garantia de direitos às mulheres, equipados em uma recente e frágil legislação, nota-se que a referência econômica destas ações não se orientam pela demanda social, mas sim, por uma lógica bem conhecida, de estabelecimento da fluidez do capital e mercadologização do urbano, conforme é possível notar na Figura 4.

Figura 4– Equipamentos da Rede da Mulher por macrorregião em relação à população total de mulheres (IBGE, 2010)



Apenas 14 locais em uma cidade de mais de 500 mil mulheres, sendo que na macrorregião Noroeste não está presente nenhum equipamento da Rede da Mulher. Além disso, ao visualizar o mapa do município de Campinas, é perceptível que a porção Centro-Sul do município apresenta uma oferta evidentemente menor de locais públicos de atendimentos às mulheres, apesar dos altos índices de violência, como foi possível verificar anteriormente.

Se o Estado, em sua representação, ação e simbolismo se atrela diretamente à constituição de uma hegemonia de poder, pautada através das desigualdades inerentes ao desenvolvimento capitalista, é possível assumir que, em sua existência, ele reproduz a identidade masculina, branca e heteronormativa dominante. “Temos, portanto, cidades que desde sua origem não consideram as perspectivas e as necessidades das mulheres. Pensadas por homens e para homens” (GALETTI; DRUMOND, 2020: 114). Desta maneira, “as especificidades do “ser mulheres”, como forma de identificação pessoal e coletiva, como prática cultural de um modo de ser e prática política de sujeitos diferenciados – as atrizes em movimento, assim como suas posições no ordenamento da sociedade, continuam silenciadas e invisíveis” (GOHN, 2007: 59).

Para além da localização dos equipamentos perante a presença feminina no município, é possível, em somatória aos dados analisados e problematizados anteriormente, vincular à mesma representação, fenômenos que estão diretamente relacionados, como iniciativa de obter maiores debates referentes, neste caso, a violência contra a mulher adulta em Campinas. Neste sentido, enquanto produto essencial para o prosseguimento desta discussão, são apresentadas anamorfose¹³, elementos fundamentais para o dimensionamento das assimetrias presentes nas relações socioespaciais dispostas pelo município de Campinas.

De início, assume-se que a cidade possui persistentes fraturas em sua organização social, o gênero é uma delas. Identificado enquanto o lócus da produção e do consumo de mercadorias, atrelado à necessidade de intensa concentração de pessoas, o urbano ocasiona socializações que reverberam em tensões, conflitos e, conseqüentemente, violência. Através do simbolismo das relações, as desigualdades são acentuadas, “produzindo novas hierarquias sociais e econômicas expressas na paisagem urbana” (GALETTI; DRUMOND, 2020: 111).

¹³ “Anamorfose é o processo de transformação dos limites, da área e da posição dos localizantes X e Y em um cartograma já produzido (em geral, do território) em função de outro tema, como a distância medida em horas. No cartograma em anamorfose, o espaço representado deixa de ser o do território (topográfico e topológico) e passa a ser o espaço do fenômeno.” (ALMEIDA, 2021a).

Ao aprofundar a lógica da dominação, a violência contra a mulher aparece enquanto constante não somente nas relações entre os sujeitos, mas como o pilar formador das identidades urbanas em relação às práticas e ações coletivas, e por parte dos instrumentos de controle em representação dos interesses do Estado. A partir disso, soma-se a representação presente na Figura 5.

Figura 5- Anamorfose das notificações de violência contra mulheres adultas por macrorregião de Campinas- SP



Fonte: Dados dos Boletins SISNOV (nº6, 7, 8,9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15). Confecção em parceria com Lucas Pinto Seixas.

Na produção acima estão relacionados os elementos referentes à quantidade de habitantes mulheres por macrorregião de Campinas em somatória ao número de notificações de violência coletadas pelo SISNOV de acordo com esta mesma escala de análise. Aqui, nota-se o padrão de concentração do fenômeno vinculado à porção Centro-Sul do município, indo de encontro ao processo de desenvolvimento urbano em consonância com a reprodução do capital atrelada à divisão espacial com o propósito de mercadologização das relações.

Considerando que “o norte conta com as maiores rendas e o sul com as menores, evidenciado pelos dados que comprovam que Macrorregião Norte campineira possui menos de 25% de sua população residente em favelas, ocupações e loteamentos clandestinos, enquanto a Macrorregião Sul possui os outros 75% da população de baixa renda” (MOYSÉS; RIZZATTI, 2017), a permanência da maior proporcionalidade de mulheres violentadas na porção de Campinas que historicamente conta com o olhar marginalizador de um Estado capitalista e homogêneo, é possível somar que a distinção de classe aparece como um vetor importante para a compreensão da violência contra a mulher.

Neste sentido, é imprescindível retomar o fato de que, a articulação da Rede da Mulher, mas principalmente, dos serviços públicos de assistência social e saúde, constituem as principais localidades de notificações de violência através do SISNOV. Neste caso, as principais atendidas por programas sociais, especialmente aqueles voltados à manutenção do bem estar familiar, são as mulheres, especificamente as de menor rendimento.

Sendo reflexo da divisão espacial, a distinção entre violências e procuras por serviços públicos por parte das mulheres sem Campinas, demonstram a desigualdade de classe no que se refere à demanda por serviços públicos nas macrorregiões, evidenciando a existência desta correlação especialmente na porção Centro-Sul do município. Além disso, na porção Norte, a baixa relação entre mulheres violentadas e habitantes reflete a baixa notificação das mesmas por parte do sistema de coletadas vinculado ao SISNOV, uma vez que para a obtenção de dados é necessário o vínculo com os pontos de atendimentos do setor público, sejam eles da Rede da Mulher ou não.

No caso das mulheres com maiores rendimentos, concentradas especialmente nas macrorregiões Norte e Leste de Campinas, para além da complexa percepção das dinâmicas violentas, a depender das condições infraestruturais e de alcance de poder delimitadas pela intersecção de classe, a busca por serviços públicos é consideravelmente menor, uma vez que o acesso à iniciativa privada se faz com mais constância. Além disso, a permanência do status, em

um ciclo de dependência que muito além da financeira, pode se representar por exemplo, na figura dos filhos, por exemplo, estreita os laços da violência entre as mulheres e seus possíveis agressores, por vezes, como visto anteriormente, representados nas figuras de companheiros, pais e outros familiares.

Entendendo que a categoria mulheres não institui apenas um único corpo, com uma única vivência, e uma única identidade, não é possível lançar uma análise profunda com relação às especificidades de cada uma das vítimas e suas respectivas chegadas aos serviços de atendimento apenas pela análise dos dados fornecidos pelo Sistema de Notificações de Violência de Campinas (SISNOV). Contudo, com o mapeamento e a consequente análise interrelacional das informações coletadas, é possível encontrar padrões que sugerem caminhos a serem seguidos na obtenção de maior detalhamento das condições das mulheres violentadas no município.

Outro ponto imprescindível de ser levantado reside no fato de que a percepção da violência também está calcada em vivências plurais, as quais, a depender de inúmeros fatores socioculturais, espaciais e identitários, podem ser (ou não) reconhecidas de diversas formas por parte das mulheres e das comunidades as quais estão inseridas.

A geograficidade da violência contra a mulher em Campinas, portanto, insere-se nas distintas percepções, constituições e usufrutos do espaço urbano, a depender dos marcadores sociais vinculados aos sujeitos. Viver, trabalhar, ter lazer, se locomover e se sentir representado na cidade fazem parte de uma multiplicidade de relações históricoespaciais que são demarcadas em um espaço biográfico, constituído por diferentes corpos, inseridos em uma complexidade infinita de relações, mediadas pelas esferas materiais, simbólicas e legislativas (CZYTAJLO, 2020). Então,

“Se para os homens não proprietários esse direito não tem sido garantido no modelo de gestão urbana capitalista, a situação para as mulheres – sobretudo as negras, de povos originários e/ou imigrantes– é ainda mais grave. Por muitos séculos elas estiveram alijadas de qualquer possibilidade de opinar sobre os usos e rumos do espaço urbano devido à restrição ao voto e à participação política formal.” (FREITAS; GONÇALVES, 2021: 5).

Em seguimento com a proposta das anamorfozes calcada na necessidade de relacionar mais grandezas que auxiliem na compreensão da violência contra a mulher em Campinas, estão dispostas variáveis que relacionam o simbolismo da urbanização em contradição (ou associação, a depender de quem e para quem incide o discurso acerca das iniciativas do Estado) com a dispersão dos índices de violência contra a mulher coletados nos últimos anos.

Figura 6- Anamorfose da relação entre notificações de violência e presença de equipamentos da Rede da Mulher por macrorregião de Campinas



Fonte: dados dos Boletins SISNOV (nº6, 7, 8,9, 10l 11, 12, 13, 14 e 15) em somatória das localidades da Rede da Mulher de Campinas. Confecção em parceria com Lucas Pinto Seixas.

A análise da anamorfose acima amplia a discussão acerca das condições materiais e simbólicas de permanência da violência contra a mulher em Campinas. De acordo com a relação entre duas grandezas, o número de notificações coletadas pelo SISNOV por macrorregião do município, em somatória com a disponibilidade de equipamentos públicos da Rede da Mulher

revela a dinâmica da realidade de Campinas no que se refere ao atendimento e articulação do urbano no que se refere à manutenção da opressão contra o público feminino.

De pronto, o que chama a atenção é o fato de que a macrorregião Noroeste não aparece nesta representação. O motivo é simples, ao mesmo tempo alarmante: a região que mais apresenta notificações de violência contra a mulher não possui nenhum equipamento da Rede da Mulher disponível para o atendimento das vítimas. Portanto, para além do ciclo da violência (WALKER, 1979), as mulheres são forçadas a um deslocamento pelo município em busca de acolhimento e orientação para denúncias e respaldos legais após sofrerem violência, o que pode expô-las ao risco e a condições de maximização de precariedades (BUTLER, 2014), uma vez que as incube a sensação de medo e insegurança, tanto em relação aos seus agressores, como em relação a cidade, que as coloca em situação de marginalidade. Além disso, ao retomar a perspectiva da manutenção do trabalho do cuidado (FEDERICI, 2019), estes “deslocamentos feitos pelas mulheres, não importa a que classe pertençam, revelam a lógica de continuidade e superposição de suas atividades de reprodutora da vida. (...) São exatamente os efeitos da divisão social do espaço se justapondo aos da desigualdade” (CALIÓ, 1991: 120). Neste sentido, a busca por acolhimento e aconselhamento age de acordo com a inerente associação das mulheres aos serviços atrelados ao afeto e ao cuidado, como é o caso dos equipamentos de saúde e assistência social no município de Campinas.

Em seguimento, a porção Centro-Sul do município escapa à “lógica”. Por mais violenta que seja a relação entre equipamentos e vítimas na macrorregião Noroeste, as macrorregiões Sudoeste e especialmente, Sul, apresentam relações mais “eficientes” no atendimento às mulheres. Apesar dos altos índices de notificações pelo SISNOV, a disponibilidade da Rede da Mulher é mais presente nestas localidades, de forma a ampliar o acesso e minimizar as problemáticas de um deslocamento forçado das mulheres em situação de violência. Nota-se uma espécie de preferência na concentração destes equipamentos, por mais que no discurso de criação das macrorregiões exposto pelas plataformas oficiais da Prefeitura de Campinas, haja a necessidade de espalhar com melhor eficiência os serviços públicos pelo município, de maneira a ampliar o acesso e minimizar as desigualdades.

A macrorregião Leste demonstra outra faceta da violência contra a mulher em Campinas. Apesar de pertencer ao “eixo da riqueza” (BRASCO, 2020) do município, a relação entre mulheres violentadas e a presença da Rede da Mulher demonstra-se extremamente frágil. Mesmo com um

baixo índice de notificações, a presença de equipamentos públicos não ocorre de forma eficiente para as possíveis demandas da população feminina. Portanto, ao evidenciar a desigualdade das relações inerentes às constituições espaciais, a assimetria no que diz respeito ao gênero se concretiza em distintas dinâmicas, mesmo que a situação de classe coloque as mulheres em uma estruturação de maior “privilégio”. Assim, “o desafio da negociação do lugar é, de forma chocante, desigual. E a política, a economia e as culturas de espaço - através da fuga dos brancos, através de comunidades muradas, através das geografias das relações de mercado polarizadoras de classes - são usadas ativamente na produção dessa desigualdade.” (MASSEY, 2008: 239).

De certa maneira, o entendimento da questão da violência contra a mulher em Campinas perpassa por ações espalhadas de um Estado que, apesar de um discurso integrador, vinculado às propostas de maior dinâmica e eficiência no atendimento das demandas sociais na criação das macrorregiões, seleciona porções específicas do município voltadas a investimentos específicos, de forma a não conceber a multiplicidade do fenômeno da violência, muito menos a dinâmica das identidades femininas em Campinas, através de um olhar interseccional. Neste sentido, “a gestão urbana baseou o processo de mudança em uma intervenção nos espaços públicos da cidade, a fim de viabilizar uma qualidade urbana, dignidade social, valores, convivência, solidariedade e pertencimento à cidade, mas que muitas vezes não foram significativos e acessíveis a todos os cidadãos” (RAMON; GUITART; FERRET, 2014: 175). Então,

“As “cidades” podem, certamente, colocar a “questão geral de nosso viver juntos” de uma maneira mais intensa do que muitos outros tipos de lugares. No entanto, o próprio fato de que as cidades (como todos os lugares) são o âmbito da tecitura conjunta de indiferenças mútuas e de francos antagonismos em tamanha miríade de trajetórias, e que isso em si mesmo tem uma forma espacial que ajudará a moldar aquelas relações e diferenciações, significa que, dentro das cidades, a natureza dessa questão - do nosso viver juntos - será articulada de maneiras diferentes.” (MASSEY, 2008: 239).

Logo, nota-se que o modelo urbano de Campinas é pensado e materializado em uma integração social que exclui parcela significativa da população, especialmente no que se refere à interseccionalidade dos corpos com relação a renda, raça e gênero, por exemplo. Reafirmando Massey (2008:151), “a trama ilimitada de uma multiplicidade de trajetórias (elas mesmas, desse modo, em transformação), as fraturas concomitantes, as rupturas e as separações estruturais são o que fazem do urbano, afinal, tão inacessível como um projeto único e totalizador.”

O simbolismo de um urbano marcado pela hegemonia de um poder branco, masculino e heterossexual contradiz em sua existência as narrativas de um espaço democrático, neutro e que,

em sua organização, promove a diversidade. A assunção da geograficidade da violência contra a mulher em Campinas identifica-se enquanto um fenômeno de extrema pluralidade, apesar da linearidade e opressão das ações tomadas pelo Estado, bem como da consequente organização das esferas material, simbólica e política em distintas escalas espaciais, bem como em localidades múltiplas em um espaço em eterno processo de devir, permeado por fraturas e cicatrizes que demonstram a desigualdade e a estruturação de uma sociedade produto de um longo trajeto de violências cometidas e resistidas por parte dos sujeitos e de suas identidades e subjetividades. Dessa forma, “continuará problemático se o desafio a uma forma de opressão levar ao fortalecimento de outra. Parece imperativo que não compartimentalizemos opressões, mas em lugar disso formulemos estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam” (BRAH, 2006: 376).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu amo o agora, e não a memória
Eu amo a luta, e não a vitória
Eu amo o fato, e não a história
Eu amo a trajetória, eu amo a trajetória
Eu amo o bem forte, e não o assim
Eu amo o papel, e não o cetim
Eu amo pra onde vou, e não de onde eu vim
Eu amo o meu meio, e não o meu fim
(Espaço Liso - o Fado, Paulinho Moska, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na finalização de toda a trajetória aberta no decorrer desta dissertação, é possível encontrar alguns pontos essenciais que centralizam a discussão, assim como possibilidades amplas de novas perspectivas de análise e compreensão das materialidades e simbolismos urbanos de Campinas. Reafirma-se que este trabalho não se propõe a definir um propósito rígido no que se refere à violência contra a mulher em Campinas. Pelo contrário, toda a discussão presente neste documento está alinhada à necessidade de traçar caminhos, reconhecer trajetórias e promover dinâmicas plurais de compreensão espacial dos sujeitos e de seus desenvolvimentos individuais e coletivos

De pronto, nos anos voltados ao desenvolvimento desta pesquisa foi possível observar intensas transformações no que se refere aos marcos legais, materiais e simbólicos acerca da manutenção da violência contra a mulher, especificamente no caso de Campinas. É interessante notar que a divulgação midiática acerca das dinâmicas violentas no município tornou-se evidentemente mais cotidiana. Diferentes circuitos midiáticos passaram a voltar maior atenção à esta pauta. Mas no decorrer de todo este trabalho apresenta-se uma profunda dualidade vinculada à realidade das informações sobre violência.

Apesar de uma postura “caridosa” massivamente espalhada pelos veículos oficiais, o Estado age constantemente contra uma perspectiva interseccional e múltipla, que se proponha a abranger a complexidade do fenômeno da violência. Mesmo com as conquistas objetivas e subjetivas, o aprofundamento da compreensão da geofricidade da violência adormece sobre um Poder Público que diariamente auxilia na produção de vivências violentas em Campinas.

Refletido nos dados coletados, mapeados e expostos no decorrer desta dissertação está evidente a pluralidade do fenômeno da violência, bem como das dinâmicas urbanas decorrente das notificações computadas no decorrer do período analisado. Contudo, é necessário redobrar a

atenção no que se refere a articulação de distintas esferas na manutenção da geograficidade da violência, bem como da exposição à precariedade (BUTLER, 2009) dos corpos, a depender de suas diversas identidades e subjetividades socioespaciais, através de uma leitura interseccional acerca da violência.

Na construção histórico e espacial das sociedades, as desigualdades justificadas pela assimetria da leitura de gênero, bem como as de classe, raça, sexualidade, etarismo, entre tantas outras que poderiam ser vivenciadas, foram reduzidas em abordagens falsamente neutras e discursiva e ativamente vazias no que se refere ao debate sobre liberdade e autonomia. Neste sentido,

“O indivíduo, essa abstração que passaria a constituir subjetividades tanto quanto normas e valores sociais, têm histórias diferentes se pensamos em homens ou em mulheres, se levamos em conta a raça e o lugar do mundo em que vivem, o ambiente cultural em que sua vida se desenrola e, sem dúvida, se incluímos na nossa visada as assimetrias nos recursos materiais.” (BIROLI, 2018: 139).

Entre as manifestações de poder presentes na constituição espacial de Campinas, faz-se presente a compreensão dos marcadores sociais das trajetórias dos sujeitos e do estabelecimento de suas relações no espaço urbano. Segundo Calió (1991), a cidade está proibida às mulheres, mas no decorrer de toda esta dissertação fica evidente que o grau de proibição e violência contra os corpos femininos é imensamente complexo, uma vez que a interseccionalidade dos sujeitos produz, em diferentes escalas, vulnerabilidades relativas. Outro ponto a ser reafirmado é o anulamento da importância das relações estabelecidas no ambiente doméstico, e com este e o espaço público. A configuração de uma sociedade estruturalmente desigual, violenta e baseada na exploração e dominação de corpos que fogem à “neutralidade” é um dos grandes fortalecedores das ocorrências de violência contra a mulher.

A violência contra a mulher em Campinas constitui-se enquanto um paradoxo. No jogo dos poderes, na discrepância das ações e na configuração simbólica das espacialidades do desenvolvimento urbano do município analisado, foram constantes os entraves e as inconstâncias encontradas no decorrer da pesquisa, como uma espécie de tentativa de silenciamento e imposição de um discurso hegemônico, dito enquanto progressista, mas que na prática mantém os pilares de dominação social, atrelados à lógica historicamente presente ao desenvolvimento urbano da cidade, em negação à garantia de direitos de acesso, vivência e constituição espacial e identitária de maneira democrática, diversa e plural.

Não à toa esta dissertação é fruto de uma persistente inconformidade com relação às ações rarefeitas inerentes à postura do Estado, bem como da tentativa de esquecimento das pautas femininas, inúmeras vezes encaradas enquanto “menores”, marginais, promovendo no poder público (e muitas vezes na própria população civil) um sentimento de caridade no que diz respeito ao atendimento das demandas das mulheres na busca da inserção urbana e da vivência de suas identidades.

Compreendendo que a violência reproduz a desigualdade, é necessário assumir uma postura crítica e engajada com relação aos pilares mantidos por essa opressão, de forma a ampliar a análise referente às formas de vivenciar e transformar o urbano, trazendo à tona a necessidade de compreensão interseccional e plural do espaço. “É no assumir sentidos como estes que o espaço pode ocupar, simbólica e realmente, um papel importante no desenvolvimento da consciência crítica e das formas radicais de luta política” (CALIÓ, s/d: 7).

“Assim como o espaço, os sujeitos são multidimensionais, caracterizando seus corpos e trajetórias enquanto políticos, tensionados pelas relações de poder” (ROSSETTO, 2021: 380). Neste sentido, não é possível afirmar que o fenômeno da violência se concretiza de maneira homogênea por todo o urbano, uma vez que os sujeitos acabam por delimitar os limites das ações, bem como definir como são orientadas as relações de poder, em concordância de que “as mulheres possuem diferenças em toda a cidade, com estéticas, múltiplas visões de mundo e ações sociais, políticas e humanas e condições territoriais profundamente distintas” (FRANCO, 2017: 90).

As mulheres, “imersas em relações em que a autoridade masculina e a heteronormatividade constituíram as condições de possibilidade para suas trajetórias, os processos de individuação desiguais e diferenciados não permitem que tratemos dos direitos individuais ou do individualismo como se significasse a mesma coisa para todas as pessoas” (BIROLI, 2018: 139). Por este ponto de vista, produzir uma pesquisa sobre a violência contra a mulher em Campinas, abre possibilidades para amplos caminhos discursivos e de compreensão das dimensões das ações, subjetividades, estruturas e identidades dos sujeitos, coletiva e individualmente, de maneira a compreender a política espacial, bem como encarar o espaço, em sua multidimensionalidade, enquanto político e conflituoso.

De encontro com este posicionamento, é possível, associar que segundo (SILVA; ORNAT, 2016) os corpos são espaços políticos por excelência, tensionados pelas relações de poder e podem também ser morada de resistência. Na estruturação de uma sociedade pautada em relações

violentas, é necessário pontuar que na relação entre oprimido e opressor sempre existirão nuances. O que determina a localização do sujeito na teia é sua posição em relação ao poder exercido por ele em determinado espaço-tempo. (MACHADO; RATTS, 2017).

“Dar-se conta da multiplicidade é romper com a abstração e partir da concretude das posições, das relações entre as pessoas em sociedades específicas, dos sentidos socialmente atribuídos a elas e dos sentidos que são mobilizados por elas próprias nos relatos e nos embates cotidianos” (BIROLI, 2018: 139). Portanto, assumir como eixo estruturador das análises propostas no decorrer desta dissertação o protagonismo da violência enquanto simbolismo e materialidade das constituições espaciais constituem-se não enquanto um fim em si mesmo, mas um meio de perpetuar a importância desta temática enquanto orientadora das problemáticas as quais os corpos estão inseridos cotidianamente.

Logo, as relações espaciais também podem ser lócus da resistência às hierarquizações de poder constituídas de forma relacional. O sujeito deixa de ser uma identidade fixa em um mundo de relações sociais, com seu correspondente gênero, para se converter em algo sempre fluído, em contínua conversão (MCDOWELL, 1999: 42). Portanto, os corpos estão em eternas negociações em suas relações e isso se materializa através das redes estabelecidas entre os sujeitos da cidade.

Ao retomar o foco da análise realizada no decorrer dos anos de pesquisa e imersão na temática da violência, propósito central desta dissertação, fica evidente a inconsistência das ações e dos discursos promulgados com relação ao combate à violência contra a mulher em Campinas. Estando posicionada, e reflexo, de um período histórico extremamente opressor, violento e extremista, os dados de violência no município extrapolam a análise vazia dos casos de notificações coletadas no decorrer do período de 10 anos, uma vez que posicionam a pesquisa, bem como toda a metodologia, olhares e discussões propostos durante o trabalho, através de uma Geografia Feminista, preocupada (e engajada) com a leitura plural do espaço, assumindo a interseccionalidade e a multiplicidade dos sujeitos – e das conseqüentes relações estabelecidas – que constituem permanentemente as transformações, permanências e resistências espaciais.

Encarando o espaço em seu eterno processo de devir (MASSEY, 2008), reforça-se que este trabalho não fecha seu ciclo em si mesmo. Não propõe encerrar quaisquer discussões posteriores, muito menos silenciar as pretéritas, necessárias para que esta escrita se concretizasse. Concretizar a escrita de uma pesquisa turbulenta, complexa, que reproduziu e escancarou afetos e cicatrizes também é parte da luta feminista em busca de sentidos e narrativas que façam sentido perante a

multiplicidade vivenciada por mulheres, e por todos aqueles considerados dissidentes e ameaçadores à lógica dominante de um Estado branco, heteronormativo e burguês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALADRO, A. As mulheres em Lefebvre: para uma releitura do espaço urbano a partir dos feminismos marxistas. **Plural**, 28(2), 47-65, 2021.

ALMEIDA, V. Mapeamento da violência motivada por discriminação à identidade de gênero e sexualidade no município de São Paulo: uma metodologia cartográfica na investigação de geografias invisíveis. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 53, 2021a.

_____. Comentários sobre quatro mapas da violência motivada por discriminação à identidade de gênero ou à orientação sexual no município de São Paulo, Brasil. **GEOUSP**, v. 25, 2021b.

ALVES, M. Mulheres na cidade: diálogos possíveis para a construção da igualdade no mundo urbano. **Cadernos de Crítica Feminista**, 7 (6), 2013.

ARAÚJO, M. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia Para América Latina** n.14, 2008.

AUDI, C.; CORRÊA, A.; TURATO, E.; SANTIAGO, S.; ANDRADE, M.; RODRIGUES, M. Percepção da violência doméstica por mulheres gestantes e não gestantes da cidade de Campinas, São Paulo. **Ciência e Saúde coletiva**, 14(2), 2009.

BARAGATTI, D. **Caminhos de mulheres em situação de violência na busca por serviço de apoio**. Campinas, tese (Doutorado em Ciências da Saúde). FENF/Unicamp. 2017. 141 p.

BEEBEEJAUN, Y. Gender, urban space, and the right to everyday life. **Journal of Urban Affairs**, v. 39, n. 3, p. 323-334, 2017.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONDI L. Gender symbols and urban landscapes. **Progress in Human Geography**. 16(2), 157-170, 1992.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, pp.329-376, 2006.

BRASCO, M. A. Análise crítica do uso e ocupação do solo na região noroeste de Campinas/SP. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 10, n. 2, 2020.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

_____. **Lei nº 13104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto - Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Presidência da República, 2015.

BROSIN, D.; TOKARSKI, M.L. Do gênero a norma: contribuições de Judith Butler para a filosofia política feminista. **Revista GÊNERO**, Niterói, v.18, n. 1, 2017.

BRYAN, F. **Mobilidade urbana em Campinas: análise do espaço de circulação**. 2011. 155 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287106>>.

BUTLER, J. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Paidós, 2007.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151- 198.

_____. **Repensar la vulnerabilidad y la resistencia**. In: XV Simposio Internacional de la Asociación Internacional de Filósofas: Filosofía, Conocimiento y Prácticas feministas, Conferencia Inaugural, Alcalá de Henares. 2014. p. 24-27.

_____. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. Tradução de Veronica Daminelli, Daniel Yago Françoli. São Paulo, SP: n-1 edições: Crocodilo Edições, 2019. 399 p.

CAIADO, M.; PIRES, M. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Nepo/Unicamp, Campinas [Online], 2006.

CAICEDO-ROA, M. *et al.* **Feminicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil**. **Caderno de Saúde Pública**. v.35, n.6, 2019.

CALAZANS, M; CORTES, I. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. H. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CALIÓ, S. **Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana**. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 1991. 194p.

_____. **Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano**. **Observatório Geográfico Americalatina**. (s/d).

CAMPOS, M. **Mulheres vítimas de violência sexual e os significados de suas experiências corporais e espaciais: teu corpo é o espaço mais teu possível**. 147 f. Dissertação (Mestrado em

Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

CARLOS, A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto. 1992.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRUZ, C.; SAÉZ, F. Violencia contra las mujeres. Laca Universal. **Viento Sur**. n. 28, 1996.

CZYTAJLO, N. Espaço, gênero y pobreza. Discursos, prácticas y subjetividades. Políticas sociohabitacionais en Tucumán (2004-2008). **Cuadernos de Investigación Urbanística**, 6 (90): pp. 1-87, 2013.

_____. Gênero, ciudad y violencia(s). Territorialidades y cartografías emergentes. **Revista Nodo**, 14(28), pp. 41-57, 2020.

DAMIANI, A. A Geografia que desejamos. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 83, p. 57-90, 2005.

DA SILVA, Susana Maria Veleda. Geografia e gênero/geografia feminista-o que é isto?. **Boletim gaúcho de geografia**, v. 23, n. 1, 1998.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. Boitempo Editorial, 2017.

EMILIANO, E. **Legislação para habitação de interesse social**: estudo de caso do município de Campinas. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. 2006.

FRANÇA, G.; PEREZ, J.; ISAGUIRRE, K.; BARBOSA, L. Gênero e território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento da cidadania. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**. Curitiba, 16: 294-306, s/d.

FRANCO, M. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, W. et al (orgs.). **Tem saída?** Ensaios críticos sobre o Brasil. Editora Zouk. 2017.

FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCINI, C; UNBEHAUM, S. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002, p. 61-78.

FREITAS, L.; GONÇALVES, E. Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. **Cadernos Pagu**, v. 62, 2021.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa** - Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Editora Elefante, 2019.

FOUCAULT, M. História da sexualidade. Vol. I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder.** Edição: Edições Graal. Rio de Janeiro, 1984.

_____. **Vigiar e punir.** Petrópolis, Vozes, 1975.

GALETTI, C. H; DRUMOND, N. Direito à cidade: revisitando o conceito de Henri Lefebvre sob uma perspectiva marxista feminista. **Revista Vernáculo**, n. 45, 2020.

GOMES, N.; DINIZ, N.; ARAÚJO, A; COELHO, T. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, n. 4, p. 504-508, 2007.

GONÇALVES, V; PINA, S. O centro de Campinas: habitação e ocupação do território 2000 – 2015. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**. v.04, n.28, p. 163 – 178. 2016.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: GONZALES, L. **Primavera para as rosas negras.** São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

_____. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. **8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association.** 1979.

GOHN, M. Mulheres- atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política e Sociedade**, n. 11, pp.41-70, 2007.

GONTAREK, D.; SILVA, J. Violência Doméstica e Masculinidades: Uma Análise Geográfica. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 188-207, 2020.

GROSSI, M. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo conjugal. In: PEDRO, J.; GROSSI, M.; (Org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 293-313.

HELENE, D. A cidade das meninas: o Jardim Itatinga e o confinamento urbano da prostituição. In: **Anais da XVIII Semana de Planejamento Urbano e Regional**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Caderno Metropolitano**. São Paulo, v.21, n.46, p. 951-974, 2019.

HELENE, D.; ANDREOTTI, M.; MARINO, F. A segregação espacial planejada: Uma análise da urbanização da cidade de Campinas-SP. **XIX Semana de Planejamento Urbano e Regional**, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em setembro de 2018.

IBGE. **Bases e Referências (2015)**. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>. Acesso em dezembro de 2018.

KLEBA, M.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc**, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

LAN, D. Género y territorio: la violencia doméstica en espacios de vulnerabilidad y exclusión social - notas a partir de un caso en Argentina. IN: SILVA, J. (Org.) **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

LAVINAS, L. Gênero, Cidadania e Adolescência. In: MADEIRA, F. R. (Org.). **Quem Mandou Nascer Mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 11-43.

LEANDRO, A. Implementação de Políticas Públicas e desafios ao enfrentamento da violência contra a mulher. In: **Anais da II Semana de Pós-Graduação em Ciências Políticas**. Universidade Federal de São Carlos, 2014.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, [1974] 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008a.

_____. A revolução urbana. 3ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2008b.

LAMPHERE, L., ROSALDO, M.; ORTNER, S. Is female to male as nature is to culture? In: **Woman, culture and society**, 67-87, 1974.

LUCENA, K.; SILVA, A.; MORAES, R.; SILVA, C.; BEZERRA, I. Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 28(6):1111-1121, 2012.

MACHADO, T.; RATTS, A. As mulheres e a rua: Entre o medo e as apropriações Feministas da Cidade de Goiânia, Goiás. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**. v.8, n.1, p.194-213, 2017.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Spatial divisions of labour**: Social structures and the geography of production. Oxford: Macmillan. 1984.

_____. Contribuições feministas para o estudo de gênero. **Cadernos Pagu**. n.16. 2001.

_____. Reflections on geography and gender. In T. Butler & M. Savage (Eds.). **Social change and the middle classes**. London: UCL Press. 1995.

MAYORGA, C.; RUEDA, L. Gênero, feminismo e cidades. **URBS: Revista de estudios urbanos y ciencias sociales**, v. 9, n. 1, p. 9-15, 2019.

MCDOWELL, L. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

MESTRE, A. **Os usos do território e as políticas urbanas**: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas. 2009. Dissertação. (Mestrado em Geografia), IG, Unicamp, Campinas-SP, 2009.

MIGUEL, L.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORENO, R. Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades. In: MORENO, R. (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista São Paulo**: SOF, p. 43 - 73, 2015.

MOYSÉS, M; RIZZATTI, H. A urbanização de Campinas-SP e os recentes conflitos urbanos na região do Jardim Campo Belo. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 7, n.1, 2017.

OLIVEIRA, E. M. Cadernos de Crítica Feminista Ano III, N. 2 – dezembro / 2009.

ORNAT, M. J. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 309–322, 2009.

PERROT, M. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PIERCE, J. How can we share space? Ontologies of spatial pluralism in Léfèbvre. Butler and Massey. **Space and Culture**. p. 1-13. 2019.

PRZYBYSZ, J. Espacios públicos, género y diversidad: Geografias para unas ciudades inclusivas. Resenha. RAMON, M.; GUITART, A; FERRET, M.; 279 p. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 1, p. 174 - 177, 2016.

REIS, M. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**. UERJ, n. 38. 2015.

ROSE, G. **Feminism & Geography**: the limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press. 1993.

RIBEIRO, A. Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: Jacques, P. B., BRITTO, F. D. (Org.). **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, p. 24-41, 2010.

RAMON, M.; GUITART, A.; FERRET, M. **Espacios públicos, género y diversidad**: Geografias para unas ciudades inclusivas. Barcelona: Icaria, 2014, 279 p.

ROSSETTO, M. Violência contra as mulheres e instituições públicas em Campinas - SP: O paradoxo entre a lógica espacial masculina e a experiência feminina. **Revista Da ANPEGE**, 17(32), 367–385, 2021.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

_____. **Violência contra a mulher e violência doméstica**.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria última de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre. V.20. n. 2. pp. 71 – 99. 1995.

SILVA, C.; MATIAS, L. Vetores de expansão urbana: análise da cidade de Campinas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.7, n.2, 2017.

SILVA, J. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e cultura**. UERJ, Rio de Janeiro. n, 2, pp. 97-109, 2007.

SILVA, J. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, J. (org.). **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade. Ponta Grossa (PR): TODAPALAVRA, 2009a. p. 25-53.

_____. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, J. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b, v. 1, p. 93-114.

_____. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, 2003

SILVA, J.; DE OLIVEIRA CESAR, T.; PINTO, V. Gênero e geografia brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 185-200, 2015.

SILVA, J. M; ORNAT, M; CHIMIN JR, A. “Não me chame de senhora, eu sou feminista!” Posicionalidade e flexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**. v.19, n.40. 2017.

SILVA, J. M; ORNAT, M. J. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. In: Cláudia Luisa Zeferino Pires; Álvaro Luiz Heidrich; Benhur Pinós da Costa. (Org.). Plurilocalidade dos sujeitos. 1ed.Porto Alegre: Compasso, 2016, v. 1, p. 56-75.

SILVA, J.; ORNAT, M; CHIMIN JR, A. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 63-77, 2019.

SILVA, S. Os estudos de gênero no Brasil: Algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, No 262, 2000.

SISNOV – Sistema de Notificação de Violência em Campinas. Boletim SISNOV n° 5. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim5.html>. Acesso em: 04/11/2018.

_____. Boletim SISNOV n° 6. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim6.html>. Acesso em: 04/11/2018.

_____. Boletim SISNOV n° 7. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim7.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV n° 8. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim8.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2022

_____. Boletim SISNOV n° 9. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim9.html>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV n° 10. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim10.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV n° 11. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim11.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV n° 12. Disponível em: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins/sisnov/Boletim_SISNOV_n12_2018. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV n° 13. Disponível em: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins/sisnov/Boletim_SISNOV_n13_2019. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV n° 14. Disponível em: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins/sisnov/Boletim_SISNOV_n14_2019. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV n° 15. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim15.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

TAVARES, R. **Indiferença à diferença:** espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015a.

_____. Uma cidade indiferente: espaço generificado de resistência à cidademercadoria. Sessões temáticas ST 10. XVI Enanpur. Espaço, planejamento e insurgências. Anais. Belo Horizonte, v. 16, n. 1, 2015b.

VARGAS, V. Espacio público, seguridad ciudadana y violencia de género: reflexiones a partir de un proceso de debate (2006-2007). **Cuadernos de Diálogos** Brasília, DF: UNIFEM, 2008. 75 p. (, 1).

VENTURINI, G.; RECAMAN, M; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora e Fundação Perseu Abramo, 2004.

WALKER, L. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

WIEVIORKA, M. Violência hoje. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p. 1147-1153, 2006.

ZARBATO, J. A. M. As configurações urbanas e as trajetórias de mulheres: refletindo sobre as questões de gênero. **OPSIS**, v. 15, n. 2, p. 384–398, 2015.

CARACTERÍSTICAS

Esta violência foi motivada por:

01 – Sexismo 02 – Homofobia/Lesbofobia/Transfobia 03 – Racismo 04 – Intolerância Religiosa 05 – Xenofobia
 06 – Conflito Geracional 07 – Situação de Rua 08 – Deficiência 09 – Outros 88 – Não se Aplica 99 – Ignorado

Característica: **Se relacionada ao trabalho, foi emitida CAT?** **Ocorreu outras vezes? (revitimização)**

1- Doméstica (autor é pessoa da relação familiar) 2- Urbana 3 - Institucional
 4- Relacionada ao Trabalho 5 – Nenhuma das anteriores 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado

Meio de agressão 1- Sim 2- Não 9- Ignorado

Força corporal/ espancamento Obj. pérfuro- cortante Substância/ Obj. quente Arma de fogo Omissão
 Enforcamento Obj. contundente Envenenamento Ameaça Ameaça de Morte
 Esganadura Asfixia Outros _____

DADOS DA OCORRÊNCIA

Local da Ocorrência (para Viol. Urbana registrar o local da abordagem)

01 - Residência 03 - Escola 05 - Bar ou similar 07 - Comércio/serviços 99 - Ignorado
 02 - Habitação coletiva 04 - Local de prática esportiva 06 - Via pública 08 - Indústrias/construção 09 - Outro _____

UF Município da ocorrência _____ Bairro da ocorrência _____ Distrito da ocorrência _____

Tipo Logr. Nome do Logradouro da ocorrência, para TIPO utilizar: 1-Avenida 2- Rua 3- Travessa 4-Caminho 5-Viela 6-Praça 7-Alameda 8-Estrada 9-Outro _____ Número _____

Complemento (apto., casa, ...) _____ Ponto de Referência _____

CEP _____ Zona 1 - Urbana 2 - Rural
 3 - Periurbana 9 - Ignorado

VIOLÊNCIA SEXUAL

Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado

Assédio sexual Exploração Sexual Comercial (Crianças e Adolescentes)
 Estupro Pornografia infantil Exploração Sexual
 Outros _____

Se ocorreu penetração, qual o tipo?
 1- Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado

Oral Anal Vaginal

Procedimento realizado (somente para área da saúde, outras marcar 8-Não se aplica) 1- Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado

Profilaxia DST Profilaxia Hepatite B Coleta de sêmen Contracepção de emergência
 Profilaxia HIV Coleta de sangue Coleta de secreção vaginal Aborto previsto em lei

Consequências da Violência Sexual 1- Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado

Gravidez DST Aborto Tentativa de Suicídio

AUTOR

Ciclo de Vida do Provável Autor da Agressão

1 – Criança (0 a 9 anos) 3 – Jovem (20 a 24 anos) 5 – Pessoa Idosa (60 anos ou mais)
 2 – Adolescente (10 a 19 anos) 4 – Pessoa Adulta (25 a 59 anos) 9 – Ignorado

Número de envolvidos Suspeita de uso de álcool pelo autor(es) Suspeita de uso de outras drogas pelo autor(es)

1 - Um 2 - Dois ou mais 9 - Ignorado 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamento da pessoa vítima (realizado pela unidade notificadora) 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado

Rede da Saúde (Unidade Básica de Saúde, Hospital, outras) Delegacias de Atendimento ao Idoso Justiça da Infância e da Juventude
 Rede da Assistência Social (CRAS, CREAS, outras) Centro de Referência dos Direitos Humanos Defensoria pública
 Rede da Educação (Creche, Escola, outras) Ministério Público Ministério do Trabalho e Emprego
 Rede de Atendimento à Mulher (CEAMO, outras) Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente Centro de referência LGTTB
 Conselho Tutelar Delegacia de Atendimento à Mulher Abrigo
 Conselho do Idoso Outras Delegacias Outros: _____

Não Preencher

CID 10 - Cap XX

Informações Complementares e Observações

Nome do Acompanhante _____ Vínculo/grau de parentesco _____ (DDD) Telefone _____

Observações Adicionais:

Para Unidades de Referência (indicar unidade que encaminhou) _____